



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**RODOLFO JOSÉ OLIVEIRA LIMA**

**INTERESSES E CONFLITOS DE CLASSE NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA-AL (2000 – 2020)**

**Maceió/AL  
2020**

**RODOLFO JOSÉ OLIVEIRA LIMA**

**INTERESSES E CONFLITOS DE CLASSE NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA-AL (2000 – 2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas – PPGH/UFAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

**Maceió/AL  
2020**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

L732i Lima, Rodolfo José Oliveira.  
Interesses e conflitos de classe na dinâmica da produção do espaço urbano de Arapiraca-AL (2000-2020) / Rodolfo José Oliveira Lima. – 2020. 168 f. : il., figs. e grafs. color.

Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 150-168.

1. Produção do espaço urbano – Arapiraca (AL). 2. História – Arapiraca (AL). 3. Conflitos de classes. I. Título.

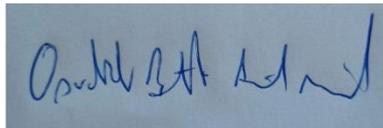
CDU: 981.35

**Folha de aprovação**

**RODOLFO JOSÉ OLIVEIRA LIMA**

**INTERESSES E CONFLITOS DE CLASSE NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA-AL (2000 – 2020)**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de novembro de 2020.



---

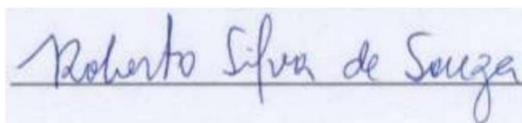
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas



---

Prof. Dr. Roberto Silva de Souza (Examinador Externo)  
Universidade Estadual de Alagoas

*Aos meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, com a graça de Deus: mãe, Ivete; pai, Noé; irmão, Rodrigo. Sem a qual não teria a estruturação fundamental para prosseguir com esta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos e camaradas que muito colaboraram com esta pesquisa, especialmente ao grande amigo Fábio Barbosa, sempre companheiro desde o período da graduação na Universidade Estadual de Alagoas.

Aos professores do PPGH que proporcionaram, por meio das disciplinas cursadas, novas perspectivas de abordagem da História e especialmente ao meu orientador, professor e camarada Osvaldo Maciel, cujas observações sempre serviram como motivação para continuar a pesquisa.

Aos entrevistados que com muita boa vontade forneceram informações cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Gratidão também aos funcionários dos acervos públicos visitados, que com presteza forneceram muitos dos materiais utilizados como fontes de estudo: Arquivo Público de Alagoas, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Casa da Cultura de Arapiraca, Prefeitura Municipal de Arapiraca. Estendendo também essa gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) que subsidiou o desenvolvimento deste estudo, proporcionando uma dedicação de tempo que seria, de outra maneira, impossível; apoio fundamental em tempos em que os ataques à pós-graduação vêm se tornando uma séria ameaça ao progresso científico do país.

A todos e todas, minha gratidão!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das transformações urbanas que Arapiraca, segundo maior município do estado de Alagoas, distante cerca de 125 km da capital Maceió, sofreu nas duas últimas décadas (2000 – 2020), tendo como enfoque a dinâmica das classes sociais em sua existência cotidiana. Pretende-se demonstrar como o Centro urbano da cidade e a área ao entorno do Lago da Perucaba, um açude situado no bairro Zélia Barbosa Rocha, vem sendo moldados de acordo com as relações sociais que vão se estabelecendo ao longo dos anos. Assim, pode-se observar como o Centro foi sendo modificado a partir dos anseios do capital varejista em constante conflito com os pequenos mercadores da tradicional feira livre da cidade, durante o período em que a mesma era realizada nesse bairro (tensão esta que culminou na sua remoção para outro local em 2003). Este conflito permanece nos dias de hoje, agora com ambulantes e camelôs; trabalhadores que mantêm em suas atividades diárias um elo com o passado da área, o que traz implicações diretas na construção de um projeto de organização espacial que contraria o que as elites almejam para este espaço. Já o açude público datado do final do século XIX, ampliado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na década de 1960, e rebatizado pela prefeitura de Lago da Perucaba em 2009, se encontra em uma área historicamente segregada, que foi ocupada por pessoas de baixa renda, inclusive pescadores que criaram uma pequena colônia de pesca onde vivem e trabalham há mais de 50 anos. O local passou por benfeitorias que o tornaram uma das áreas mais valorizadas da cidade, passando a ser alvo dos interesses do capital imobiliário que construiu condomínios de luxo, alguns aos moldes de um bairro planejado, pressionando o Poder Público para forçar a saída desses moradores que residem nas proximidades. Deste modo, pretende-se evidenciar como as mudanças no espaço urbano de Arapiraca estão diretamente vinculadas às necessidades e interesses das classes sociais existentes, tanto no sentido de projetos intencionalmente elaborados por determinados setores, como enquanto um imperativo advindo da própria forma como os sujeitos sociais se reproduzem na esfera das relações materiais de produção.

**Palavras-Chave:** Arapiraca; Produção do espaço urbano; Centro da cidade; Lago da Perucaba; Conflitos de classe.

## ABSTRACT

This work aims to discuss some of the urban transformations that Arapiraca, the second largest city in the Alagoas state, distant about 125 km from the capital Maceió, has undergone in the last two decades (2000 - 2020), focusing on the dynamics of social classes in their daily existence. It is intended to demonstrate how the Town Center and the area around Lago da Perucaba, a weir located in the Zélia Barbosa Rocha neighborhood, has been shaped according to the social relations that have been established over the years. Thus, it can be observed how the Town Center has been modified from the desires of the retail capital in constant conflict with the small merchants of the traditional free fairs of the city, during the period that it was held in this neighborhood (tension that culminated in its removal to another location in 2003). This conflict remains today, now with street vendors; workers who maintain in their daily activities a link with the area's past, which has direct implications for the construction of a project of spatial organization that contradicts what the elites desire for this space. The public weir dating from the late 19th century, expanded by the Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) in the 1960s, and renamed by Lago da Perucaba in 2009, is located in a historically segregated area that was occupied by low-income people, including fishermen who created a small fishing colony where they live and work for over 50 years. The place has undergone improvements that have made it one of the most valued areas of the city, becoming the target of the interests of real estate capital that has built luxury condominiums, some like a planned community, pressuring the Public Power to force the exit of these residents who live nearby. In this way, it is intended to show how changes in the urban space of Arapiraca are directly linked to the needs and interests of existing social classes, both in the sense of projects intentionally designed by certain sectors, and as an imperative arising from the very way in which social subjects reproduce themselves in the sphere of material relations of production.

**Keywords:** Arapiraca; Urban space production; Town Center; Lago da Perucaba; Class conflicts.

## LISTA DE INLUSTRAÇÕES

Figura 01: Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.....	31
Figura 02: Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.....	32
Figura 03: Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.....	32
Figura 04: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	33
Figura 05: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	34
Figura 06: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	34
Figura 07: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	35
Figura 08: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	35
Figura 09: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	36
Figura 10: Arreadores do Bosque das Arapiracas em 2019.....	36
Figura 11: Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba .....	38
Figura 12: Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba .....	39
Figura 13: Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba .....	39
Figura 14: Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba .....	40
Figura 15: Perucaba Bairro Planejado .....	40
Figura 16: Perucaba Bairro Planejado .....	41
Figura 17: Perucaba Bairro Planejado .....	41
Figura 18: Perucaba Bairro Planejado .....	42
Figura 19: Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca .	43
Figura 20: Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca..	44
Figura 21: Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca..	44
Figura 22: Comércio de ambulantes na avenida Rio Branco, Centro de Arapiraca .....	45
Figura 23: Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.....	57
Figura 24: Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.....	58
Figura 25: Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.....	58

Figura 26: ZEIA do Açude do DNOCS em 2006.Destaque em círculo para a área em questão .....	85
Figura 27: ZEIA do Açude do DNOCS em 2016 .....	85
Figura 28: Assentamentos precários em Arapiraca .....	91
Figura 29: Perímetro urbano aproximado da cidade de Arapiraca em 1948 .....	105
Figura 30: Perímetro suburbano aproximado da cidade de Arapiraca em 1948.....	106
Figura 31: Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1970 registrados pela prefeitura.....	113
Figura 32: Comparação dos perímetros urbanos de 1984, 2006, 2011 e 2016.....	115
Figura 33: Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1980 registrados pela prefeitura.....	116
Figura 34: Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1990 registrados pela prefeitura.....	118
Figura 35: Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 2000 registrados pela prefeitura .....	120
Figura 36: Loteamentos produzidos em Arapiraca entre 2010 e 2015 registrados pela prefeitura.....	121
Figura 37: Favela Escorrego da Catita em 1979 .....	131
Figura 38: Favela Escorrego da Catita em 1979 .....	132
Figura 39: Imagem ilustrativa do Perucaba Bairro Planejado. Destaque em círculo da área onde atualmente está localizada a Vila dos Pescadores na qual pode-se ver o projeto de um hotel à beira do açude .....	142

## **LISTRA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACENA	Associação Centro Novo de Arapiraca
AVAL	Associação dos Vendedores Ambulantes Livres
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas de Arapiraca
CEASA	Central de Abastecimento
CEP	Código de Endereçamento Postal
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CIT	Comissão de Incentivo ao Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB-AL	Companhia de Habitação Popular de Alagoas
COPE	Consultoria, Projetos e Engenharia LTDA
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOU	Diário Oficial da União
EPEAL	Estação de Pesquisa Agropecuária de Alagoas
FACOMAR	Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Arapiraca

FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas
FECOMÉRCIO	Federação Comercial de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas
FIPLAN	Fundação Instituto de Planejamento
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNESA	Fundação Universidade Estadual de Alagoas
GEOWEB	Núcleo de Geoprocessamento de Arapiraca
HBB	Habitar Brasil BID
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAJUP	Núcleo de Extensão e Assessoria Jurídica Universitária Popular
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDMA	Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Arapiraca
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMH	Política Municipal de Habitação de Arapiraca
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Brasileiros

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RFA	Região Fumageira de Alagoas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Arapiraca
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESC	Serviço Social do Comércio
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SINDILOJAS	Sindicato do Comércio Varejista de Arapiraca
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNIRB	Faculdade Regional da Bahia
ZEIA	Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIA PN	Zona Especial de Interesse Ambiental Patrimônio Natural
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>CAMINHANDO PELA CIDADE</b> .....	20
2.1	Interregno etnográfico .....	30
<b>3</b>	<b>AS DISPUTAS DE CLASSE PELO CENTRO DE ARAPIRACA</b> .....	48
3.1	O espaço da cidade .....	49
3.2	As disputas de classe pelo Centro de Arapiraca .....	54
<b>4</b>	<b>EXPANSÃO URBANA E INTERESSES DE CLASSE: OS CONFLITOS SOCIAIS ENVOLVENDO O LAGO DA PERUCABA</b> .....	83
4.1	Contexto planejamento urbano de Arapiraca.....	89
4.2	Crescimento urbano de Arapiraca .....	102
4.3	A urbanização do Açude do DNOCS .....	125
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	150
	<b>FONTES</b> .....	155
	Legislações e documentos oficiais.....	155
	Jornais e sites .....	160
	Audiovisuais .....	166
	Mídias sociais .....	168

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como ponto de partida o projeto de pesquisa: “Expansão urbana e conflitos de classe: O recente histórico de urbanização e especulação imobiliária no Lago da Perucaba em Arapiraca-AL”, onde, como sugere o título, se propunha realizar um estudo, com os devidos recortes históricos, sobre o processo de urbanização e especulação imobiliária que ocorre nas duas últimas décadas envolvendo a área no entorno do açude público situado no Bairro Zélia Barbosa Rocha, em Arapiraca, na qual famílias tradicionais de pescadores, que vivem na área há mais de meio século, estão sendo ameaçadas de expulsão de seu local de moradia e sustento pela prefeitura da cidade, claramente como uma forma aumentar a especulação imobiliária beneficiando um empreendimento de luxo que está sendo construído, também às margens do açude: o Perucaba Bairro Planejado.

Nos momentos iniciais da pesquisa, já se entendia esse processo como um claro exemplo de como as forças econômicas vem agindo na cidade, moldando-a de acordo com seus interesses, qual seja, o das classes sociais ligadas ao capital imobiliário. Com o objetivo de demonstrar essa constatação, percebemos, ao longo do trabalho, que haviam implicações bem mais amplas que abriram possibilidades de estudar como, de uma maneira geral, a cidade inteira ao longo dos anos vem sendo construída, na prática, a partir dos interesses e, por conseguinte, conflitos entre as classes sociais existentes. Por isso, à medida que buscamos justificar o porquê deste estudo ser realizado na área onde localiza-se o Lago da Perucaba, percebemos como outras partes da cidade também poderiam ser objeto desta análise com igual riqueza de conteúdo, aumentando a projeção de nosso trabalho. Isso nos fez optar por analisar outras regiões, até como uma forma de traçar balizas que podem orientar a continuidade desta pesquisa futuramente, uma vez que não é nossa pretensão apresentar uma história de toda a cidade de Arapiraca na contemporaneidade, se é que tal objetivo é possível.

Esse percurso acaba sendo até uma consequência do desenvolvimento da pesquisa a partir do referencial teórico-metodológico empregado: o materialismo histórico-dialético, que mais tende a ampliar a maneira como enxergamos a realidade do que restringi-la, ao passo que investigamos as categorias que a sociedade capitalista nos oferece. Nesse sentido, uma das premissas mais fundamentais do marxismo, que muito orientou os rumos que este estudo tomou, foi a máxima de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “A história de

todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8). Essa constatação não é uma mera frase de agitação política, já que essa obra dos autores é, em sua essência, um manifesto político, mas sim uma maneira de enxergar como a sociedade, no dia a dia, é construída por homens e mulheres; indivíduos pertencentes a classes sociais que ocupam lugares diferentes na esfera da produção material da vida e, portanto, com interesses políticos diferentes que implicam na manutenção ou no abalo do *status quo*.

Em nosso fazer historiográfico, observamos como essa afirmação dos filósofos é patente. Não é apenas nos grandes momentos da história como greves, guerras, revoltas ou revoluções que a luta de classes ocorre. Outrossim, pode até ser mais perceptível nessas conjunturas, mas esse fenômeno também pode ser observado emanando do próprio cotidiano da sociedade. Precisamos enxergar que uma determinada forma de ocupação espacial para habitação, labor ou lazer; a forma como o comércio é feito de determinado modo e por determinados indivíduos; a maneira de usufruir um determinado equipamento público, enfim, as várias formas de vivência, são como tal, exatamente por serem o resultado de um processo que é executado por atores sociais que pertencem a uma classe social específica e, portanto, sofrem imperativos que os condicionam a (sobre)viverem nessas condições. Afinal, o que a existência de grandes favelas, de um lado, e bairros luxuosos, de outro; ou de um camelô que vende CD piratas numa rua que dá acesso a um grande shopping center; ou ainda o uso de uma praça pública para lazer, por uns, enquanto outros utilizam as áreas descuidadas pelo poder público desta mesma praça, onde há matagais, para alimentar seus animais de criação, transparece senão formas de vivência que possuem relação direta com o estrato social desses indivíduos?

Temos clareza que nada escapa a este imperativo, contudo, essa afirmação não deve ser interpretada como uma negação de outras relações sociais presentes na sociedade, como as de cultura, gênero, raça ou meio ambiente. O pesquisador que se interessar, com certeza irá encontrar esses fenômenos sociais nos mesmos objetos de estudo e fontes que consultamos, mas não é com este enfoque que lidamos com esses materiais. A totalidade em todos os seus aspectos é impossível de ser sintetizada, não sendo razoável para qualquer trabalho acadêmico propor-se a abarcar todas essas imensas janelas de estudo, sendo cada uma delas um campo próprio da história que requer atenção especial. Por isso, o que o leitor pode esperar deste trabalho, é visualizar uma perspectiva de explicação da realidade a partir da dinâmica das classes sociais em sua existência cotidiana, já ressaltando que, mesmo dentro do marxismo, este

é um debate bastante difícil, para o qual abriremos, no momento oportuno, um breve parêntese necessário para expor o aporte teórico que utilizamos, tendo por base Thompson e também Gramsci em seus debates sobre os grupos sociais subalternos.

Desta forma, este trabalho acaba por ter dois objetos principais de análise: a estruturação do Centro urbano de Arapiraca a partir dos conflitos entre lojistas e pequenos mercadores; e a forma como o capital imobiliário se apropria da área no entorno do Lago da Perucaba, entrando em choque com os pescadores que lá se vivem há décadas.

Quanto a delimitação temporal, este sempre acaba por ser um problema difícil de solucionar. A dinâmica da história torna os marcos temporais ora muito curtos, em que o pesquisador se depara com fenômenos sociais cuja origem está bem mais enraizada no passado, o que dificulta sua compreensão sem estender esse intervalo de tempo; ora marcos temporais muito longos que acabam por deixar várias lacunas no trabalho por haverem ocorrido outros fatos nesse período, aos quais não se foi possível explicar.

Por isso, dado que objetivamos expor como o espaço urbano da cidade de Arapiraca vem sendo construído, na contemporaneidade, a partir da dinâmica da luta de classes, o período de 2000 a 2020 se torna satisfatório para abarcar a maioria dos fenômenos que lidamos. Contudo não nos furtamos em recuar, quando necessário, às décadas anteriores; fato que é uma constante, como o leitor poderá observar, havendo subtópicos que, inclusive, concentram-se quase que inteiramente na segunda metade do século passado para, enfim, adentrar no século XXI.

Seguindo para a apresentação dos capítulos, no Capítulo I: “Caminhando pela cidade”, trazemos algumas das inquietações iniciais que são as grandes impulsionadoras do trabalho. Todo pesquisador se choca com seu objeto de estudo de alguma maneira, seja por contato pessoal com determinada realidade, por uma curiosidade que em algum momento aflora, através de outrem que lhe apresenta uma problemática para análise, enfim. No caso desta pesquisa, temos um exemplo da primeira situação. A partir da formação historiográfica na academia, começou-se a observar mais cuidadosamente a realidade da cidade de Arapiraca, uma cidade marcada por um crescimento acelerado que em muito sufocou suas raízes históricas, passando despercebidas para a maioria, mas que em vários detalhes da vida cotidiana, se for feita uma observação mais atenta, é possível perceber traços de um passado impossível de ser apagado. Assim, pretende-se demonstrar como Arapiraca oferece múltiplas possibilidades de estudar os processos de transformações ocorridos (assim como as continuidades e descontinuidades

históricas) partindo de seu próprio presente; processos estes diretamente ligados ao modo como os indivíduos, enquanto membros de uma classe social, produzem a realidade.

A etnografia veio a ser uma ferramenta fundamental para avançarmos em nossas análises e, dentre as inúmeras maneiras de expor esse debate, optou-se por quebrar um pouco as formalidades que são de praxe a um trabalho acadêmico e trazê-la em forma de relato literário, em que é descrito as impressões pessoais que um personagem anônimo teve ao conhecer alguns lugares de Arapiraca, da qual só detinha algumas informações. São esses locais que serão analisados mais profundamente nos dois capítulos seguintes. Apesar de nem todas as áreas pelas quais o protagonista percorre serem abordadas, optou-se por incluí-las nos relatos para demonstrar como outros espaços da cidade também podem ser muito bem trabalhados tendo por base a perspectiva apresentada. Se as fontes utilizadas nesse momento são os próprios objetos, construções e pessoas que se encontram atualmente no cotidiano da cidade; trouxemos como ferramenta auxiliar ao leitor e, também como forma de preservar esses elementos, algumas fotografias, material sempre útil ao pesquisador.

O Capítulo II: “As disputas de classe pelo Centro de Arapiraca”, inicia com uma necessária discussão sobre cidade e espaço, categorias fundamentais para compreendermos nosso objeto de estudo, cujo aporte teórico vamos buscar principalmente em Henri Lefebvre e Milton Santos, demonstrando a importância que a interdisciplinaridade com outras ciências oferece aos estudos históricos, especialmente a geografia.

A segunda parte do capítulo adentra no tema propriamente expresso em seu título. Arapiraca possui um Centro muito forte para o comércio e a dinâmica de seu crescimento apagou a maior parte da arquitetura histórica da cidade. Interpreta-se esse processo não como uma marcha natural do progresso, mas como parte de um projeto de organização do comércio da cidade que vem sendo aplicado há décadas pelas elites. Porém, não pretendemos nos deter a uma análise arquitetônica, nosso foco se encontra na dinâmica dos indivíduos que historicamente se encontram naquele espaço, disputando-o como forma de garantir sua subsistência, sendo sua própria prática laborativa um marco do passado arapiraquense. Assim, buscamos demonstrar como os conflitos entre lojistas, de um lado, e ambulantes e camelôs de outro, nos contam como vem se dando o projeto de organização dessa área da cidade; adentrando em uma retrospectiva histórica das últimas décadas de modo a visualizarmos, com o devido distanciamento, a construção desse processo, cujo ápice acreditamos ser a remoção da

tradicional feira livre, que ocorria todas as segundas-feiras no Centro da cidade para um outro bairro no início do ano de 2003.

Apesar deste trabalho focar nas duas últimas décadas deste século, faz-se necessário essa flexibilização no recorte histórico para enxergarmos com clareza como historicamente são construídos os projetos de classe para a cidade, com avanços e recuos e, claro, conflitos de interesses.

O terceiro capítulo: “Expansão urbana e interesses de classe: os conflitos sociais envolvendo o Lago da Perucaba”, irá focar nesse espaço da cidade que inicialmente foi o ponto de partida da dissertação. Primeiramente será exposto algumas contradições latentes aquele local, especialmente às ações que são, em teoria, planejadas pelo poder público, mas que na prática não regem a organização espacial da área, o que despertou a necessidade de demonstrar, de forma mais aprofundada, o contexto de planejamento urbano da cidade, isto é, a análise dos planos diretores e demais dispositivos relacionados, em que se percebeu que, por mais que sejam bem organizados, com diagnósticos profundos da cidade feitos por profissionais competentes, a dimensão ideal da legislação tem pouca aplicabilidade no mundo material, construído por homens e mulheres a partir de projetos vinculados a um determinado estrato social. Constata-se que a cidade cresce e, posteriormente, é que a legislação urbana vem acompanhar as mudanças, o que demonstra que o próprio comportamento da administração pública também possui origens históricas, não sendo apenas uma questão de má gerência das gestões municipais. As ações e também a inércia do Estado ocupam um lugar específico na forma como a sociedade capitalista é ordenada.

A necessidade de compreender o processo de povoamento dessa parte da cidade foi outro ponto que motivou a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre o modo como a cidade de Arapiraca cresceu de uma maneira geral, até mesmo pela falta de bibliografia relacionada ao tema. Assim, a partir das legislações urbanas, do crescimento populacional ao longo das décadas e observando o surgimento de empreendimentos residenciais privados (loteamentos), conseguimos elaborar uma visualização progressiva do crescimento de Arapiraca, especialmente a partir de meados do século passado. São levantamentos que acabam indo além do necessário para estudar a área em questão, mas consideramos importante sua presença como forma de deixar alguns alicerces para pesquisas que adentrem em outras partes da cidade, que venham a ser elaboradas.

Após essas análises seguimos mais diretamente para a formação histórica da área onde localiza-se o Lago da Perucaba e da própria obra pública em si. Para esse estudo, recuamos ainda ao final do século XIX, de modo a resgatar a primeira intervenção governamental que resultou na construção de um açude público no arrabalde da então vila Arapiraca, pertencente ainda a Limoeiro de Anadia, para então prosseguirmos para as intervenções feitas pelo Departamento nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), na década de 1960 e, por fim, às realizadas pela prefeitura de Arapiraca nos últimos anos, que resultaram no rebatismo do “Açude do DNOCS” ou “Açude do Governo”, como era conhecido, para “Lago da Perucaba”. Ao discorrermos sobre a ocupação das áreas no entorno do açude, mostramos como esta região sempre foi considerada periferia da cidade, ocupada por pessoas que não tinham outra opção de moradia, resultando, inclusive, no aparecimento de uma favela. É essa mesma área, desvalorizada, que após as benfeitorias feitas pelo poder público passou a ser alvo da especulação imobiliária; pressionando o poder público para solucionar o problema que passou a ser a coexistência dessas habitações ao lado de tão importante obra pública, que valorizou o condomínio construído aos moldes de um bairro planejado na área.

## 2 CAMINHANDO PELA CIDADE

Ao caminhar por Arapiraca, um transeunte em uma rápida observação poderia construir uma representação um tanto radical sobre a cidade: a de que a mesma seria “a-histórica”, isto é, uma cidade onde o presente impera de uma forma em que o passado estaria sufocado, teria cessado seu lugar diante do novo. Não o julgaria. Praticamente não há arquitetura que revele uma cidade com quase um século de história, ou mais de um século se for levar em conta o período de sua colonização, já que normalmente são as edificações ancestrais que estabelecem esse laço com o passado. Se a significação de um monumento histórico é “aquilo que traz à lembrança de alguma coisa” (CHOAY, 2006, p.17-18), Arapiraca tem pouca coisa a lembrar; a maior parte das construções antigas foram demolidas ou reformadas (sem preocupação em preservar características de época) para ceder espaço a pontos comerciais.

Mas numa segunda observação, mais cuidadosa, encontramos detalhes que guardam traços de um passado que continua, sim, presente na cidade. Podemos iniciar pelo que é mais perceptível, pois, mais de meio século de predominância da cultura fumageira em Arapiraca é algo que não é possível ser apagado, principalmente quando ainda temos várias gerações de pessoas que vivenciaram o auge e a crise da fumicultura. Arapiraca já chegou a ser responsável no final da década de 1980 por 90% da produção nacional de fumo em corda (NARDI, 2010), característica que ainda hoje faz as pessoas lembrarem do título de “Terra do Fumo”. Essa relação ascensão-queda é bem marcante no imaginário de parte dos agricultores da cidade, em que ao mesmo tempo que lembram dos bons tempos nos quais tudo do fumo se aproveitava, da sapata<sup>1</sup> aos pirulitos<sup>2</sup>, com um olhar distante nesse passado, quase mitológico, agradecem a Deus por não mais plantar fumo, dado ao pouco rendimento ou mesmo prejuízo que a produção oferecia já nos últimos anos.

Os monumentos<sup>3</sup> construídos nas principais entradas da cidade pelo Rotary Club (uma das associações que aglomerava boa parte das elites locais) são um dos lembretes mais evidente desses tempos, mas aqueles mais presentes no cotidiano da cidade passam hoje despercebidos.

---

<sup>1</sup> Folhas mais baixas do pé de fumo, de má qualidade e sem mercado, normalmente quebradas 60 dias após o plantio e jogadas fora para que as demais se desenvolvam.

<sup>2</sup> Pequenos pedaços de folha que ficam presas aos talos do fumo após o destalamento, reutilizados na hora de enrolar o fumo ou até mesmo cozidas com açúcar para untar as bolas de fumo.

<sup>3</sup> A “folha de fumo” no início da Av. Deputada Ceci Cunha, antiga Avenida do Futuro, nome tão icônico como o símbolo fixado, e o “macaco de virar fumo” no trevo que dá acesso à cidade a partir da AL-110.

A maior parte dos grandes galpões de firmas de processamento de fumo, existentes em todos os cantos da cidade, fecharam com o declínio da atividade econômica e, aos poucos, foram dando lugar a novos pontos comerciais, sem nenhuma preocupação com a preservação de características arquitetônicas ou outras formas de memória. Talvez a rústica estrutura de um salão de fumo não se adequasse às modernas características que uma loja precisaria ter, ou mesmo é um estorvo sobre um espaço que poderia ser ocupado por outra atividade lucrativa, precisando ser demolido. Não obstante a isso, os traços do passado que ainda não foram destruídos têm uma relação de estranhamento. O velho se torna esquisito, são os fantasmas da cidade:

Essas velharias que parecem dormir, casas desfiguradas, fábricas desativadas, cacos de histórias naufragadas, elas ainda hoje formam as ruínas de uma cidade desconhecida, estranha. Irrompem na cidade modernista, cidade de massa, homogênea, como os lapsos de uma linguagem que ninguém conhece, quem sabe inconsciente. Elas surpreendem. Cada vez mais defendidas por associações de fiéis, essas ilhotas criam efeitos de exotismo em seu interior (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 189-190).

Ocorre que após sugar tudo o que podia, o capital migra para outra região e outro assume seu lugar, buscando readequar o espaço as suas novas necessidades. Essa é uma relação que encontramos nas demais atividades da cidade. Tão importante quanto o fumo, a Feira Livre de Arapiraca possui uma existência centenária, foi uma das principais do Nordeste. O documento mais antigo em que encontramos relatos do funcionamento da feira data de 1887, trata-se de uma passagem do jornal *O Orbe*, na coluna voltada a publicações feitas a pedido de leitores, escrita por um anônimo sob o pseudônimo “O Passageiro”, que reclamava sob a desorganização do povoado de Arapiraca após a realização da feira livre:

Pouco dias depois do da feira tive de passar por dentro do povoado de Arapiraca, e com indivisível repugnancia fui testemunha do lixo e porcaria que ali se acham no centro da principal rua que constitui o commercio; cascas e caroços de manga, por outro lado cavacos e páus dispersos, e sobretudo algumas frentes das casas em estado de desordem, tudo devido á falta de um fiscal naquella povoação, que offerece um lisonjeiro futuro e digna de melhor sorte!

Deite o snr. presidente daquella camara suas benevolas vistas para o asseio e limpeza de tão florescente povoamento, o mesmo em abono á hygiene, tão necessaria, cujas medidas a v. s. compete. (AO SNR....., 1887, p.3).

Mas a sua fundação de acordo com Guedes (1999) ainda é um pouco anterior, data de 1884.

Mais de 20 ruas do Centro da cidade eram ocupadas todas as segundas-feiras por comerciantes que de tudo vendiam. Porém, desde 2003, houve sua retirada e redução drástica de tamanho, devido aos interesses dos grandes e médios varejistas donos das lojas no Centro e

hoje a feira não exerce mais o mesmo impacto de antes, contudo, resquícios dessa atividade são encontrados como veremos mais adiante, é uma lembrança ativa que ao mesmo tempo se torna uma resistência daqueles que lutam pela subsistência diária na cidade.

Não apenas atividades econômicas, também as obras de urbanização do espaço da cidade estabelecem rupturas com as antigas formas de vivência, mas as permanências ainda são encontradas nesses ambientes, pois, as formas de reprodução da vida ainda estão presentes; mesmo que perdendo a característica hegemônica que antes prevalecia em determinada área, passando a ser vistas como um estorvo ao novo ambiente.

Esse é o debate que pretendemos fazer neste capítulo. Grandes reformas urbanas ocorreram em Arapiraca no início deste século, sejam elas planejadas, como às ações administrativas do poder público; ou não, a exemplo da autorregulação do espaço impulsionada pelos imperativos da produção e circulação da economia após a decadência do fumo.

Há um grande planejamento urbano em realizar modificações a começar no Centro da cidade: temos em 2000 a finalização da construção do Parque Ceci Cunha, no Centro; em 2002 o término do novo Calçadão do Comércio, também no Centro; em 2003 há a remoção, como mencionado, da Feira de Arapiraca para um bairro mais afastado; em 2004 a finalização do Centro Administrativo, nova sede da prefeitura e da maioria das secretarias, mas nesse caso num bairro nas adjacências; em 2005 há a inauguração da Área Verde no Bairro Novo Horizonte; e em 2007 há a revitalização e conclusão da segunda parte do Parque Ceci Cunha. 2007 também é o ano em que inicia o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com entrada ainda maior de dinheiro federal para obras de urbanização como a de parte do Açude do DNOCS finalizadas em 2009, que foi até rebatizado de “Lago da Perucaba” (atualmente ponto de maior especulação), e construção de conjuntos habitacionais. Em 2011 finalizam-se as obras do Bosque das Arapiracas, área ligada ao Parque Ceci Cunha, onde havia uma favela.

Obviamente outras obras ocorreram pela cidade: pavimentação de ruas, construção de escolas, postos de saúde etc., mas o que nos levou a destacar em especial as obras mencionadas é o tamanho e os impactos sociais que as mesmas tiveram. De imediato podemos fazer uma ligação entre a conjuntura local e o que nacionalmente está ocorrendo no país, ficando incompleto qualquer entendimento da realidade que não trace esse paralelo. A urbanização local está inserida em toda uma lógica de desenvolvimento capitalista que expropria o espaço como forma de garantir a sua reprodução/acumulação, e isso influencia na imagem que vem sendo

construída de uma Arapiraca “moderna”, onde o “velho” cede seu lugar ao “novo” como um processo “necessário”, mas obviamente os conflitos de classe existem dentro da dinâmica social urbana da cidade.

É com essas transformações que pretendemos lidar. Inicialmente sem o compromisso de focar em um ponto específico, nesse momento o que queremos fazer se parece com uma etnografia. Na verdade, é uma etnografia de Arapiraca, uma vez que também nos detemos a observar o cotidiano das pessoas, reconhecendo aqui a importância que essa aproximação com a antropologia tem a trazer para os estudos históricos. O trabalho etnográfico é aqui entendido na perspectiva apontada por Frehse:

Aquilo que chamo de *perspectiva etnográfica* é forjada na metáfora da *perspectiva* para destacar, na concepção de etnografia, a sua dimensão de ponto de fuga para o qual converge a maneira de o pesquisador apreender, analisar, interpretar, representar e, assim, conhecer a vida social, independentemente de sua forma de contato com o seu “campo” empírico de estudo (2006, p. 302, grifos da autora).

A forma de contato não necessariamente precisa se dar de forma ocular, o campo de estudo é alargado para as pesquisas empíricas de épocas passadas realizadas nos arquivos históricos, isso porque a forma como se pesquisa carrega em si uma essência etnográfica.

Seguindo na linha em que iniciamos este capítulo, o que aquele transeunte enxergaria na rotina semanal da cidade? Queremos demonstrar como a primeira impressão desatenta pode nos dizer bem mais coisas que, a princípio, se interpretaria ao observar, por exemplo, uma atividade do labor cotidiano ou o ambiente de uma praça pública, para, a partir disso, entender como foi e está sendo construída a cidade de Arapiraca por esses atores sociais diversos. Vamos tornar nosso pedestre um *flâneur* conduzido pela rua “em direção a um tempo que desapareceu. Para ele, qualquer rua é íngreme. Ela vai descendo, quando não em direção às Mães, pelo menos rumo a um passado que pode ser tão mais enfeitiçante por não ser seu próprio passado, seu passado particular” (BENJAMIN, 2018b, p. 702).

Aquele ambulante, aquela senhora que leva animais para pastarem num parque público, aquelas ruas e ruelas, cortiços, barracos são traços característicos de uma cidade em constante transformação, mas que carrega consigo continuidades históricas. Como dizia Benjamim sobre Paris: “Podemos construir a cidade topograficamente, dez vezes ou cem vezes, a partir de suas passagens e suas portas, seus cemitérios e bordéis, suas estações e seus..., assim como antigamente ela se definia por suas igrejas e seus mercados” (BENJAMIN, 2018a, p. 167). Nos

interessa aqui a disputa pela cidade e a forma de construí-la (que na maioria das vezes é silenciada) desses atores sociais. Deste modo, esse passado não se encontra apenas nos objetos, mas nos próprios indivíduos:

Uma vez que a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo, e reciprocamente. A prática social considerada globalmente supõe um uso do corpo: o emprego das mãos, membro, órgãos sensoriais, gestos do trabalho e os das atividades exteriores ao trabalho (LEFEBVRE, 2006, p. 67-68, grifo do autor).

O passado, em verdade, é inescapável, e não poderia ser diferente quando compreendemos que o mesmo é “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBBSAWM, 2013, p. 25). É preciso ter a compreensão que existe mais de uma “temporalidade” na sociedade, isto é, sujeitos, objetos, comportamentos, ideias e símbolos de outrora, mais ou menos antigos, mais ou menos dispersos no espaço que transcendem o “agora”.

Braudel (1965) colabora para essa compreensão ao nos demonstrar que uma das contribuições que a história tem a trazer para as ciências humanas é a compreensão das multitemporalidades que não dizem respeito apenas ao passado, mas também ao presente. Para explicar isso, podemos nos deter especialmente em duas temporalidades que nos são suficientes para entender a lógica do autor: a curta e a longa duração.

Este historiador explica que o tempo curto corresponde ao tempo do indivíduo, a dimensão cotidiana, ou a história *événementielle*, para utilizar o termo em francês que expressa melhor essa noção. Porém, já entrando em uma das problemáticas que essa dimensão carrega, mesmo essa realidade eventual carrega uma série de estruturas, objetos, signos, entre outras coisas, que se inscrevem em temporalidades mais antigas, que fogem a esse recorte limitado do tempo. Isto é algo que os historiadores, diferentemente de outros cientistas sociais, não podem ignorar. Portanto, é preciso recorrer a outro recorte temporal que possibilite aos profissionais da história enxergarem com mais clareza os fenômenos que fogem a sua apreensão. É nesse sentido que se inscreve a longa duração. Ela é quem permite ao historiador uma visão mais concisa: “Todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela” (BRAUDEL, 1965, p. 271).

Entre curta e longa duração, nosso recorte temporal se situa melhor num meio termo. A

média duração de nossa delimitação temporal nos é suficiente para ter uma boa compreensão do “espaço” desta pesquisa, categoria esta que já nos exige uma discussão mais abrangente, realizada no próximo capítulo. O que merece um destaque nesse momento é o debate sobre o conceito de memória, afinal, o quanto dessa memória dos sujeitos e lugares é esquecida, silenciada, modificada?

Os conceitos de passado, história e memória elencam grandes discussões dentro da historiografia. Debates que, inclusive, recebem contribuições de outras ciências sociais que, mesmo com objetivos diferentes, expõe considerações que são bastantes pertinentes aos historiadores.

A memória não diz respeito apenas aos profissionais da história que são os mais interessados no passado. Antropólogos, psicólogos, sociólogos, entre outros, também se interessaram em entender o que é a memória, como ela influencia nas relações culturais, psicológicas e sociais, considerações que enriqueceram a compreensão do homem no mundo.

Le Goff (1990) bem discorre sobre o papel da memória no capítulo homônimo de sua obra “História e Memória” nos diferentes períodos da história humana, e faz destaque ao peso que a “memória coletiva” – entendida como história não científicizada na forma como é percebida por um coletivo – possui em nossa sociedade atualmente, assim como na historiografia que é produzida, apontando-a também como um instrumento de poder, mas que pode ser usado para a libertação do homem, ao invés de sua dominação. O debate realizado pelo autor nos obriga a ter maior atenção seja para uma análise casual da realidade, seja para um trabalho historiográfico mais profundo, de modo que nosso olhar se torne mais abrangente.

Em seu fazer historiográfico, além de métodos e técnicas de pesquisa, o historiador precisa compreender a sua realidade a partir de modelos, conceitos, enfim, teorias que o ajudem em sua trajetória. Afinal, como nos diz Peter Burke (2012, p. 38): "Sem combinar a História com a teoria, é provável que não se consiga entender nem o passado nem o presente". Desta forma, ao lidarmos com memórias, é importante conhecermos as discussões em torno de sua utilização pelos historiadores como uma forma de alcançar o passado (ou uma parte do passado) que não poderia ser feito sem esta mediação.

David Lowenthal (1998) nos apresenta as memórias como exclusivamente particulares. O passado, para o autor, é inalcançável, jamais poderemos saber o que realmente aconteceu,

mas há registros que nos podem levar a um passado possível, são os resíduos remanescentes de outras épocas que nos trazem pequenas frações das gerações anteriores e, entre esses resíduos, temos as memórias. O passado é relembado coletivamente, as lembranças de uma pessoa sempre são complementadas por outras, não sendo possível, deste modo, nenhuma síntese pessoal completa:

Na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que só nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade (LOWENTHAL, 1998, p. 81).

Mesmo assim, em sua visão, a memória é algo individual por ter um caráter pessoal que varia de indivíduo para indivíduo. A memória possui uma seletividade ao ser exposta por seu portador, assim, acontecimentos públicos também são transformados em pessoais a partir do ponto de vista que cada ator enxerga determinado processo. Nessa perspectiva teríamos as memórias de cada indivíduo como uma estrela isolada, mas que, se somada a outras, nos daria a noção de algo maior, da constelação que formam.

Uma reflexão importante também trazida por Lowenthal é o papel fundamental da memória para a construção da identidade de cada indivíduo. Nós necessitamos de uma imagem de nós mesmos, ainda que isso não seja fácil de definir (se autodefinir), na verdade, segundo o autor essa é uma característica das lembranças que nos identificam, elas são tácitas e involuntárias.

As lembranças podem ser tanto vívidas como ilusórias, aqui fica nítida a diferenciação entre memória e história. Esta última expande e elabora a memória ao interpretar os fragmentos e sintetizar testemunhas oculares do passado. A memória é particular do indivíduo, maleável, sujeita a modificações, esquecimentos; a história é um contingente coletivo, mais rígida, implica a preservação do passado e consegue alcançar fatos que estão além das possibilidades da memória (ainda assim não dando conta de toda a dimensão que é o passado). A natureza coletiva da história afasta-a da memória que é, como dito, pessoal.

Podemos problematizar se realmente a memória é algo particular como diz Lowenthal, se não há um papel coletivo nesse processo de construção da mesma, também a visão de história e do papel do historiador que esse autor nos apresenta. Quanto ao primeiro ponto, é algo pertinente ao tema que aqui desenvolvemos, mas discutir as diferentes concepções de história

se imporia como algo além de nosso objetivo. Acredita-se que a visão de história com que nos afinamos pode ser identificada de forma implícita no decorrer deste trabalho, não necessitando ser polemizada com a de autores dos quais buscamos algumas contribuições para a temática. Retornando a Lowenthal, sem dúvidas ele contribuiu para uma reflexão profunda ao discutir o papel entre memória e identidade e a necessidade de diferenciar memória de história, o que é bastante relevante para os trabalhos que possuem essa abordagem em suas pesquisas.

Halbwachs (1990) dá um maior peso ao processo coletivo que envolve a formação da memória: “se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Para o autor, mesmo os posicionamentos pessoais são explicados a partir das “combinações” e “influências” e ambas possuem uma natureza social. Através dos fatos comuns identificados pelos indivíduos de um determinado meio, podemos chegar a uma memória histórica. Mesmo esta memória sendo diluída no senso comum, seus argumentos permanecem históricos, vistos em cortes cronológicos.

Nos parece mais crível o peso maior do coletivo na construção das memórias dos indivíduos, uma vez que é impossível separar as influências sociais que os homens recebem de seu meio, entendendo as mesmas não como fatos sociais, para usar a terminologia da sociologia durkheimiana<sup>4</sup>, escola a qual Halbwachs é vinculado, sim como um processo dialético advindo da relação homem-mundo. Deste modo, podemos também buscar em autores de outras concepções teóricas, visões que caminham por esse mesmo entendimento sobre a memória, não sendo esse, portanto, um posicionamento isolado de uma determinada corrente.

Em Hobsbawm (2013) temos uma referência para sustentar este entendimento. Ao nos explicar que o passado tem uma experiência a legar ao presente no capítulo “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?”, o autor também vai colocar a função do historiador caracterizando-o como banco de memória da experiência:

Os historiadores são um banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado – todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que se compilam e constituem a **memória coletiva** do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles (HOBSBAWM, 2013, p.

---

<sup>4</sup> Durkheim (2011) define fato social como: 1º exterior em relação aos indivíduos; 2º coercibilidade que exerce sobre as consciências individuais, sendo independente em relação a mesmas.

45, grifo nosso).

Assim, nessa curta passagem, vemos o destaque ao conceito de memória coletiva também sendo focado por Hobsbawm ao nos apontar um dos pontos do fazer historiográfico. Talvez Halbwachs não lesse satisfeito parte dessas palavras já que Hobsbawm não trabalha aí uma diferenciação entre história e memória, até poderíamos enxergar que o trecho “memória coletiva do passado” é utilizado como sinônimo de história. Halbwachs, mesmo não sendo historiador (e aqui vemos o quanto produções advindas de outras áreas disciplinares são importantes para a história), é bem mais enérgico quando se propôs a essa discussão:

De tudo que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados, são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Mas em nenhum momento essa foi a proposta de Hobsbawm, também não achamos que foi um deslize, pois, com um pouco mais de aprofundamento no autor percebemos que essa diferenciação não passa sem a devida criticidade. Tais citações curtas podem ser didáticas, mas por vezes abrem espaço para más interpretações, por isso, é importante não deixarmos dúvidas quanto a alguns posicionamentos dos autores. Para pegar apenas a mesma obra de Hobsbawm, em vários momentos vemos o cuidado e seriedade com que ele discute o compromisso que o historiador deve reservar aos fatos e fontes, sem perder de vista o caráter universal da história (uma marca de sua concepção teórica), o que está em contraste à manifestação pura da memória das pessoas que ainda precisa ser trabalhada pelos profissionais da história e não possuem tal comprometimento.

A memória por si só não é história, e a memória pessoal é por demais escorregadia para o historiador, merecendo bastante cuidado e, para não deixar dúvidas quanto ao que afirmamos de Hobsbawm, o mesmo cita: “História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprendem de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão” (HOBSBAWM, 2013, p. 22).

Se avançássemos mais nessa discussão, poderíamos ainda identificar melhor a tonalidade que separa um historiador marxista de um sociólogo durkheimiano. Novamente são diferenças que não passaram despercebidas no momento que escrevemos este trabalho, mas o

que buscamos foi extrair destas várias contribuições uma maneira de enriquecer o debate e ampliar as possibilidades de abordagens. O que um autor nos diz, ajuda a suprir as lacunas que existem no acúmulo teórico que estamos construindo, evitando assim o sectarismo que empobrece qualquer trabalho.

Expor aquele pequeno fragmento ora citado de Hobsbawm que gerou toda essa necessidade de esclarecimento foi importante para evidenciar a visão que nos parece mais adequada à forma como compreendemos e buscamos dar enfoque nesse processo de formação da memória. Essas são relevantes preocupações para lidarmos principalmente com a história oral, ainda sendo necessário para esse momento discorrer sobre uma outra relação, entre a “memória” e o “lugar” já que vamos, neste capítulo, trabalhar com observações empíricas dos espaços da cidade.

Conforme Certeau (2014) a memória mediatiza as transformações espaciais, consegue estabelecer rupturas e transgressões da lei do lugar, isto é, da narrativa dominante. Mas as memórias não ficam simplesmente “encaixadas” nos lugares harmonicamente: “Ela se mobiliza relativamente ao que acontece – uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro.” (CERTEAU, 2014, p. 150). É um fragmento apenas insinuado a partir de fora, uma bricolagem que o historiador realiza, representando algo que não mais está lá. E quanto aos lugares?

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 2014, p. 170).

A cidade se constitui, ou tenta se constituir, como um sujeito universal e anônimo e as classes hegemônicas assim a tratam. A organização funcionalista tenta orientar suas partes em função de um todo, tratando o que não se adequa a essa ótica como uma anormalidade. Desta forma, como explica Pollak (1989), as memórias subterrâneas<sup>5</sup> estão em disputa com a memória coletiva, isto é, a forma de memória que se tornou hegemônica. Mas a impossibilidade de controle absoluto torna a cidade palco de tensionamentos e contradições, podemos então ir em

---

<sup>5</sup> O termo “memória subterrânea” para Pollak (1989) tem um significado abrangente. Se remete não apenas às memórias dos setores subalternos da sociedade, sentido que foi empregado em nosso texto, mas também à memória envergonhada, à memória resignada, enfim, à percepção de passado que o contexto político dominante do momento contraria ou impõe um silenciamento.

busca desses passados marginalizados. E onde ele está? Em todo lugar:

Os restos de passados que se foram abrem, nas ruas, escapeladas para um outro mundo. No cais dos Célestins, na ilha Saint-paul, em tantos outros lugares, fachadas pátios, calçadas, relíquias de universos desfeitos, vêm encaixar-se no moderno como pedras orientais (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 191).

Caminhando pela cidade, fazendo uma etnografia podemos buscar os rastros do passado de Arapiraca e entender como as relações de classe sociais veem moldando o espaço urbano da cidade. Para essa tarefa, precisamos criar um personagem que percorra a cidade cujas impressões nos possam ser úteis para o estudo que precisa ser feito.

## **2.1 Interregno etnográfico**

Em um domingo qualquer, um transeunte visita Arapiraca. Sua estadia vai ser muito breve, por isso, decide conhecer alguns cartões postais da cidade passados como referência aos externos a mesma. Assim, primeiramente desce no terminal rodoviário urbano localizado em um dos cartões postais da cidade, o Parque Ceci Cunha, bem no Centro. Uma área bonita, aparentemente bem cuidada, com algumas deteriorações em monumentos arquitetônicos, nas lixeiras e também alguns bancos, mas nada que forçasse um contraste negativo destoante ao que o local pretende transparecer. Pelo que ele conhecia da história de Arapiraca, sabia que era por ali que passava o Riacho Seco, onde, às suas margens, o fundador da cidade, Manoel André, começou o desbravamento. “Mas onde está esse o Riacho Seco? Secou?” Pensa consigo mesmo. Interpela, então, a um jovem da cidade que a ele responde com uma outra pergunta: “Que rio? Não sei, a única coisa que há é o esgoto ali”, apontando para o final do parque onde se viu um canal que vinha de baixo da praça, seguindo rumo ao sul.

Percebeu, então, que na verdade o Riacho Seco estava abaixo de seus pés, todo ele se encontrava canalizado e também recebendo esgotos dessa parte da cidade; escondido por uma praça pública que o sobrepôs. Não o admirou, então, o fato do jovem da cidade nem sequer saber que aquilo era um riacho e não um esgoto. Constatando isso, um primeiro fato curioso é notado. Ao mesmo tempo que deixa de aproveitar um riacho natural, escondendo, talvez pela vergonha de haver um rio poluído numa área nobre da cidade, construiu-se um lago artificial, cruzado por uma ponte metálica na mesma área. A água estava verde-escura e um mal cheiro

podia ser percebido. Segundo um outro frequentador mais assíduo do parque o informou, é assim a maior parte do ano. Ora, “mas que tipo de arquitetura é essa que reprime e esconde o natural, para depois, de forma artificial, o tentar imitar?” Refletiu.

Ao lado esquerdo do parque estão médias e grandes lojas da cidade, claramente ali inicia o famoso comércio de Arapiraca, que atrai gente de todo o interior alagoano e também de estados vizinhos. Já ao lado direito está um outro bairro da cidade, o Alto do Cruzeiro. Nosso pedestre é curioso por arquitetura antiga, mas nada ali o chamou atenção. Se no local de fundação da cidade não há lembrança, onde encontrar? Foi então que olhou mais atentamente para esse lado direito do parque. É uma área residencial e nota-se que as casas, apesar de outdoors publicitários atrapalharem a visão, são simples, mesmo a área sendo valorizada. Uma está colada na outra, algumas com uma frente extensa e lado curto, outras o oposto, longa nos lados e com pouca frente, como se cada centímetro de espaço tivesse sido obtido por meio de uma luta. O parque está em um certo declive em relação as mesmas e parece até uma estrutura escavada... Foi então que lhe assomou lembrança que aquele local já foi chamado de Aterro da Lagoa, exatamente por conta de uma lagoa construída no local ter sido aterrada, há muito tempo, em uma obra de urbanização da cidade. Mas aqui estão vestígios desse passado.

Figura 01 - Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 02 - Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 03 - Lado direito do Parque Ceci Cunha em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Essa organização residencial revela um pouco de como, no passado, aquele espaço foi organizado. Os cortiços que lá existiam e o padrão social dos moradores. Nem tudo, afinal, foi encoberto.

Continuando a caminhada pelo Ceci Cunha, chega-se ao seu fim, onde agora inicia um outro parque público: o Bosque das Arapiracas. A primeira impressão é a de um local bem cuidado, muito bom para práticas de atividades físicas. Mas na outra metade do Bosque as coisas não estão do mesmo jeito. As árvores estão no meio de um matagal, que chega a ser intransponível em alguns pontos, e ali nosso caminhante se depara com alguns cavalos, burras, e até cabras pastando nessa vegetação e questiona: “mas o que esses animais fazem aqui?” E então novamente olha para os arredores desse local público e descobre mais um velho ruído do passado arapiraquense.

Casas pequenas, ruelas estreitas e até barracos improvisados são uma lembrança da paisagem urbana que predominou durante muito tempo na área, conhecida como Lagoa Olarias, pois, no começo do século passado haviam fábricas de tijolos cujo barro era tirado na mesma localidade, onde também se instalou uma favela nos anos de 1990, conhecida como favela do “Caboje”.

Figura 04 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 05 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 06 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 07 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 08 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 09 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

Figura 10 - Arredores do Bosque das Arapiracas em 2019.



Fonte: Acervo do autor, fotografia de Danilo Silva.

As várias práticas espaciais existentes na área mostraram a forma de apropriação dos vários atores sociais que lá estão. Além das pessoas de várias camadas sociais que vão ao Bosque das Arapiracas por lazer ou para realizar atividades físicas, temos os moradores das imediações que fazem um uso “diferente” do que hegemonicamente é pensado para o parque. Se o poder público abandonou, ou mesmo nunca finalizou parte da obra, ela acabou sendo bem utilizada por aquelas pessoas de baixa renda que tentam criar alguns animais, ou trabalham com carroças movidas por tração animal e precisam de pasto para os mesmos. Há vários sinais da especulação imobiliária que, aos poucos, vai cada vez mais consolidando o processo de gentrificação, basta acompanhar as novas edificações surgindo, mas não se pode ignorar a permanência de um passado, justamente pelo fato da manutenção de práticas cotidianas relacionadas à subsistência das classes sociais que lá estão.

Nosso personagem agora decide conhecer outro cartão postal da cidade que muito tinha ouvido falar, o Lago da Perucaba, e tentar ver o que esse local tem a revelar. Com a educação do olhar realizada pelas surpresas que o Parque Ceci Cunha e o Bosque das Arapiracas guardavam, agora estava com o tino de observador mais aguçado para o que viesse a encontrar. No caminho passa por parte do Centro da cidade, pouco movimentado, por ser domingo, mas com evidente potencial comercial, o que o motiva a retornar posteriormente ao local.

Chegando no Lago, depois de percorrer toda sua extensão, viu que havia muito para se falar. Esta atração da cidade, onde lhe informaram que ocorreram grandes eventos, como os festivais Viva Arapiraca e arrastões de quadrilhas juninas durante o mês de junho, estava hoje abandonado. As academias ao ar livre, as barracas destinadas ao comércio, as quadras esportivas, parques para crianças, enfim, as obras como um todo na área encontravam-se sem qualquer manutenção, perceptivelmente, há alguns anos. Partindo dessa realidade, como cidadão, a primeira conclusão que tirou foi óbvia e já convencional quando se trata de problemas com bens públicos: “a responsabilidade por isso é do Estado, da atual gestão da Prefeitura de Arapiraca que está sendo negligente com o local”. Mas pegou essa visão de cidadão e acrescentou a ela o ponto de vista de um cientista social e historiador que possuía e percebeu que há bem mais coisas que poderiam ser enxergadas naquele processo.

Primeiramente a “harmonia” da área não estava sendo afetada pela degradação do patrimônio público, o atual estado de abandono é apenas uma consequência de um outro processo econômico-social mais recente, ligado à crise econômica que o país de uma maneira

geral passa, refletindo nos demais entes federativos, e também a mudanças de caráter político com a troca de gestão do Executivo Municipal. O que ocorre é que toda a obra em si mascara uma realidade marcada pelos interesses e conflitos entre classes sociais que, por se tratar de uma mudança recente, se tornam bastante explícitos a uma observação mais atenta.

Para além dos equipamentos públicos, em uma das margens do lago estava uma pequena vila de pescadores, com suas casas de madeira, lona e alguma alvenaria, além de seus materiais de pesca, canoas e criatórios de peixes. Do outro lado, contrastando com esse espaço, um condomínio de luxo estava sendo erguido, com obras bem avançadas, pois, um novo projeto de ocupação espacial estava sendo implementado na área.

Figura 11- Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba.



Fonte: Perucaba para os Pescadores (2019).

Figura 12 - Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba.



Fonte: Perucaba para os Pescadores (2019).

Figura 13 - Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba.



Fonte: Perucaba para os Pescadores (2019).

Figura 14 - Vila dos Pescadores do Lago da Perucaba.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 15 - Perucaba Bairro Planejado.



Fonte: Urbis Perucaba empreendimentos (2019).

Figura 16 - Perucaba Bairro Planejado.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 17 - Perucaba Bairro Planejado.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 18 - Perucaba Bairro Planejado.



Fonte: Acervo do autor.

Depois dessa observação, percebeu que o Lago da Perucaba revelava duas faces de um processo histórico dessa parte da cidade, onde uma forma de vivência vem sendo sufocada por uma nova realidade imposta à área. “Quanta semelhante aos demais lugares”, concluiu. Isso tudo o deixou bastante curioso para entender melhor a história do local. Mas a viagem do dia havia acabado e esperava fazer uma visita ao Centro da cidade no dia seguinte.

É manhã em Arapiraca, mas não um dia qualquer, é segunda-feira e este dia tem uma importância especial para a cidade, não só por ser o reinício das atividades laborativas após a pausa do final de semana, mas por ser “dia de feira”, propriamente dito, na cidade.

Pelo que sabia da história, notou que esse tratamento dado principalmente pelos mais velhos advinha da existência centenária da feira livre que tomava as ruas do Centro da cidade e, durante muito tempo, teve uma representação especial em Arapiraca. Uma boa descrição é fornecida em uma matéria do Diário de Pernambuco de 1980, tendo a feira de Arapiraca como referência para descrever as demais feiras no Nordeste brasileiro:

O dia de feira no interior nordestino se constitui em ponto de encontro semanal, festa, lazer, enfim comunicação total, pois quase todo mundo vai ali para vender, comprar, trocar, botar carta no correio ou retirar, batizar menino, encontrar parentes, namorar, conversar com amigos e compadres, andar na feira, beber cachaça e também apreciar

as coisas da feira, as manifestações do povo; folheteiros, emboladores do coco, violeiros, tocadores de forró, aboiadores, curadores de cobra, rezadores, raizeiros, mágicos e cartomantes, mezinheiros, astrólogos, tocador de berimbau, tocador de pífano, tocador de rabeca, místicos, glosadores, cantiga de cego, tudo isto o homem simples da zona rural consome nos dias da feira, pois faz parte de sua vida. (GOUVEIA, 1980, p. A-15).

Porém, nosso transeunte sabia que no Centro de Arapiraca não mais se depararia com uma feira livre, pois, desde o início de 2003 o poder executivo municipal realizou a transferência da mesma para a área onde também está o atual Mercado Público. Mas algo curioso o fez pensar diferente, ao menos momentaneamente, uma cena típica de feira: os vendedores ambulantes e camelôs presentes nas principais esquinas e praças. Homens e mulheres, jovens e idosos, que vendem frutas, verduras, cereais, lanches, materiais eletrônicos, peças de roupas, brinquedos, enfim, uma cena comum em qualquer cidade, cada local resguardando uma particularidade, assim também sendo em Arapiraca. Questionou-se: “passado e presente estão se reencontrando?” Obviamente não nas mesmas proporções; “Ou será que o passado, de alguma forma, ainda não cessou?”

Figura 19 - Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 20 - Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 21 - Comércio de ambulantes e camelôs na rua Aníbal Lima, Centro de Arapiraca.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 22 - Comércio de ambulantes na avenida Rio Branco, Centro de Arapiraca.



Fonte: Acervo do autor.

Ao continuar sua caminhada pelo Centro, buscou observar melhor todo aquele fluxo de pessoas e as atividades do comércio. Foi então que percebeu que não são apenas aqueles mercadores avulsos que carregavam esses traços, mas as próprias lojas varejistas também mantinham um pé nesse passado, imitando um cotidiano de feira. Várias delas tentavam estreitar os laços com os clientes colocando locutores com caixas de som nas portas anunciando as promoções e chamando-os para entrar, como se fosse um mercador interpelando a freguesia para apreciar os produtos de sua banca; também ocupando as calçadas para expor melhor alguns de seus produtos, disputando a visibilidade dos pedestres e até como forma de evitar que outros camelôs ocupassem a frente das mesmas. Adiante, observou agora os representantes de óticas oferecendo óculos de sol, descontos na avaliação de acuidade visual e até mesmo abordando pacientes que já saem de consultórios oftalmológicos para fazerem o orçamento de seus óculos de grau em seus estabelecimentos. De repente, não são apenas as lojas, mas há outras pessoas panfletando folhetos de consultórios odontológicos, onde são oferecidos: próteses, aparelhos, procedimentos de extração, restauração, clareamento, cujo entregador já vai convidando o transeunte para uma avaliação grátis. Mal dando tempo de guardar esse folheto no bolso, já se acumulou outro na mão, este agora de empréstimo de certa instituição bancária, cujo anunciador informa que consegue significativa quantia, hoje mesmo, para ele.

Enfim, todas essas imagens que passamos montadas como um relato literário foram construídas a partir de algumas observações do cotidiano da cidade, mas que servem pra expressar bem as permanências e continuidades históricas nos pequenos detalhes da vida cotidiana. Quando falamos da feira livre, do mesmo modo que as mesmas conservaram um elo com o mercado medieval (ou colonial, no caso brasileiro), que as antecedeu (MASCARENHAS, 2008), o comércio moderno surge como uma mudança de sua forma, desenvolvendo características mais adequadas à sociedade capitalista, mas sem conseguir eliminar totalmente suas origens. Isso se deve a forma como a sociedade se desenvolve, dentro do que a teoria marxista compreende como a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. A mesma aplica-se tanto ao que é mais geral, como todo um modo de produção, quanto ao que é específico, como uma atividade econômica determinada, pois, se entende que:

Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele seguimento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual. Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior<sup>6</sup> (NOVACK, 2008, p. 18).

São muitas as possibilidades de trabalhar as transformações que ocorreram e ainda ocorrem em Arapiraca. “Caminhar” por cada rua ou bairro da cidade, notando essas características ora levantadas e, a partir delas, realizar os estudos necessários são uma tarefa muito grande para ser percorrida nesse momento. Desta maneira, precisamos delimitar o que será tomado por objeto de estudo.

A nossa escolha, para um dos capítulos, foi abordar o Centro da cidade como bairro historicamente construído pelas relações materiais de produção, o que necessariamente significa levar em consideração as classes sociais e seus embates em torno da disputa pelo espaço citadino.

As possibilidades de realizar estudos como esse em outras áreas da cidade, foi o pretexto para buscarmos conciliar, neste ensaio, também a discussão sobre a forma como Arapiraca

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar, uma vez que utilizamos essa citação como referencial para tratar a mudança do comércio típico das feiras para o do grande varejo, que os conceitos de inferioridade e superioridade tratados na citação fazem referência ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e não a um juízo de valor moral.

creceu a partir de uma outra área, o Lago da Perucaba, a qual identificamos representar bem fenômenos sociais que ocorrem na cidade sob esta perspectiva que abordamos e, assim, já estabelecer balizas que servirão de apoio para futuros ensaios relacionados ao tema.

### 3 AS DISPUTAS DE CLASSE PELO CENTRO DE ARAPIRACA

É importante destacarmos o significado (ou um dos significados) da cidade enquanto espaço do intercâmbio produtivo se quisermos adentrar no debate sobre vários atores sociais, ou melhor dizendo, classes sociais que a compõe. É igualmente importante discutir o próprio conceito de espaço com o qual trabalhamos ou pode parecer que se trata de um mero “substantivo” em nosso trabalho, quando na verdade é uma categoria fundamental.

Entender as novas formas como a sociedade lida com o espaço e como este também se impõe a ela, é algo necessário para orientar as pesquisas em diversas áreas da história em que seja necessário lidar com um determinado meio geográfico. Mas vale ressaltar que o espaço também só é passível de compreensão relacionado com o Mundo, e este não se explica por si só:

É a História que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A História é hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos da mesma forma que, natural ou artificial, a natureza nos dá as categorias. (SANTOS, 2013, p. 86).

Do mesmo modo que a história precisa da geografia, esta última, no entendimento da corrente da Geografia Crítica<sup>7</sup>, também necessita da primeira. Os historiadores que em seu trabalho se defrontem com o fenômeno urbano não podem ignorar a relevância desse debate, afinal a explosão urbana, principalmente do terceiro mundo, a partir da segunda metade do século XX, fato bem exposto por Davis (2006), impõe uma necessidade de interpretar esses processos gerais e suas implicações locais, o que nos faz levar em consideração novamente a hipótese de que um espaço não pode ser concebido de forma isolada. É preciso atentar, inclusive, que existe uma disputa de visões desses acontecimentos dentro do próprio campo da geografia (SILVEIRA, 2008), isso só acentua a necessidade de aprofundamento do pesquisador.

---

<sup>7</sup> Ao contrário das geografias de base positivista, a geografia crítica rejeitava também a autonomia do espaço, isto é, sua exterioridade em relação à sociedade. Para ela, o espaço geográfico não deveria ser concebido como espaço (externo) organizado pelo homem, e sim como produto desse mesmo homem. Em outras palavras, o espaço deveria ser visto como materialidade social; ele não era organizado pela sociedade, como assume o positivismo, mas produzido por ela através do trabalho (ABREU, 2002, p. 53).

### 3.1. O espaço da cidade

Milton Santos (2014) nos traz uma concepção já bastante difundida quando falamos em seu pensamento sobre o espaço. O mesmo o define como um híbrido formado por “sistema de objetos” e “sistemas de ações” que interagem entre si mutualmente e também contraditoriamente. Se é possível explicar sinteticamente o que são esses sistemas de objetos e de ações, teríamos os primeiros como as forças produtivas e os segundos como as relações materiais de produção. O espaço é formado por sucessões e coexistências de seus objetos e atores, não é algo isolado, mas onde o todo e suas partes se realizam, assim como a história, a geografia, os objetos, os símbolos etc. Não é a soma dos lugares, peças ou produtos, o espaço permeia tudo, inclusive as relações sociais, o Estado e as superestruturas no geral.

Esse pressuposto carrega uma série de implicações para a forma como o pesquisador enxerga a realidade. Significa ter o espaço como uma categoria fundamental para a compreensão do mundo, sendo indissociável do tempo, uma vez que, como expõe Lefebvre (2006, p. 167, grifos do autor): “toda a realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma *gênese* no tempo. Mas uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendre (produz) um espaço e somente num espaço assume uma “realidade” prática, uma existência concreta.

O espaço se introduz no conceito de produção, o invade, isto é, ele mesmo se torna o conteúdo, uma relação dialética, como compreende Lefebvre<sup>8</sup>. A problemática que percorre o espaço decorre do crescimento das forças produtivas, com elas, advém as “ideologias” (no sentido restrito de falsa concepção da realidade); para Lefebvre é preciso destruir essas ideologias da espacialidade que a mascaram. O caminho para isso não seria a fragmentação, ou seja, entender o espaço a partir de subdivisões: o espaço do lazer, do trabalho ou do morar, mas sempre entendê-lo como uma totalidade. Isto não quer dizer que o autor ignore que existem vários espaços sociais, mas é enfático quanto a sua ligação com o todo. O espaço representa a morfologia social, portanto é algo que pode ser apreendido, mesmo nas suas representações

---

<sup>8</sup> Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social. A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, linguagem e palavra escrita, compreendidos por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão ou constrangimento. O terceiro momento envolve poesia e desejo como formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte (SCHMID, 2012, p. 95).

abstratas. A separação entre o “espaço vivido”, campo da geografia, do urbanismo, da sociologia, entre outras ciências; do “espaço mental”, campo da matemática, da filosofia, é algo que mutila o entendimento da realidade. Isso advém da separação entre teoria e prática, o conceito não pode se separar do vivido.

Pode aparentar uma confusão entender o espaço da abstração como integrado ao mesmo espaço real (material), a princípio acha-se que são coisas diferentes, mas na concepção que estamos expondo, o espaço é o encontro, a reunião de tudo que existe: objetos, natureza, símbolos, conflitos sociais:

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos (LEFEBVRE, 2006, p. 149).

Fica claro que o espaço não é imutável, mas também um produto no sentido dialético que foi exposto. Assim, a partir de que pressupostos poderíamos entendê-lo na contemporaneidade? Se o espaço não pode ser entendido fora do tempo, qual o tempo predominante no capitalismo? Vamos buscar novamente em Milton Santos referências para nos ajudar nesses exames.

Como este autor vai explicar, o Mundo cada vez mais se “mundializa”, mas os indivíduos são cada vez mais fragmentados, o meio se dinamiza e se torna algo difícil de definir. Existe um tempo universal, mas não uma temporalidade universal. A cidade é um exemplo disso, quanto maior, mais são os vetores existentes, assim, temos várias temporalidades que permeiam o espaço. Se podemos sintetizar, teríamos as temporalidades “hegemônicas” que são relativas a economia, a racionalidade, cultura e sociedade e; as “hegemonizadas” por essas primeiras. Há uma constante necessidade de atualização posto como um imperativo por essas forças hegemônicas sobre as hegemônicas; podemos claramente ver essa ação no plano individual quando um sujeito se vê forçado a aprender uma nova tecnologia para conseguir se integrar à sociedade. Essas forças hegemônicas agem sobre o espaço, ou sobre os vários espaços, desse modo, também há espaços hegemônicos e hegemônicos (SANTOS, 2013).

Dessa última afirmação temos a ação do que o autor chama de “horizontalidades” e “verticalidades”. As primeiras referem-se ao substrato da vida material de um determinado meio, o conjunto das relações entre os indivíduos, instituições etc., diretamente ligados àquela

espacialidade, em que também se geram políticas próprias e relações solidárias. As verticalidades (diretamente ligadas ao poder econômico) são relações impostas a partir de fora pelas forças dominantes que trazem sua interferência ao local, são um vetor perturbador, pois implicam a mudança, é estranha aos habitantes locais. O mundo hoje é formado por ambas.

A formulação do conceito de “meio técnico-científico-informacional” por Santos (2014) é outro conceito que nos vem a ser bem útil. Dele apreendemos que espaço é indissociável das técnicas, isto é, a forma de interação entre o homem e a natureza. Por meio da técnica, o historiador pode entender o espaço como um fenômeno histórico (o tempo do processo de trabalho humano). Técnica não se separa da ciência (isto é, a natureza de sua concepção) e possui uma finalidade, um sentido (que é informação). É nessa gama de fatores que o sistema espacial se modifica, se torna mais ou menos denso a depender do grau de ligação com o mundo da produção.

O meio técnico-científico-informacional de hoje é uma sucessão do “meio-técnico” que representou a mecanização da vida, maior símbolo do domínio do homem sobre a natureza – este, por sua vez, sucedeu o “meio natural”, a forma de ligação primária do homem com a natureza – principalmente a partir da revolução industrial, contudo, ainda sem um contexto interligado, disperso geograficamente. É após a Segunda Guerra Mundial (que marca a união entre técnica e ciência) que temos sua predominância, mas seu auge se dá a partir da década de 1970. A informação representa a unificação global desse meio, isto é, a globalização (subordinada à lógica capitalista).

As cidades contemporâneas se erigem em torno do meio técnico-científico-informacional. Nesse processo, elas se tornam mais excludentes: “Na cidade, as formas novas, criadas para responder as necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas material e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização” (SANTOS, 2013, p. 70). O meio técnico-científico-informacional, antes monopólio dos centros urbanos, agora também abrange o campo. A tecnologia possibilitou a redução do espaço destinado a produção, possibilitando a ampliação do meio destinado a circulação e ao consumo:

Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenômeno chamou de “redução de arena” (SANTOS, 2014, p. 240, grifo do autor).

Os centros urbanos são o espaço dialético das relações sociais que carregam uma forma

de sociabilidade diretamente influenciada pelo modo de produção, sendo, portanto, o teatro da metamorfose do capital (LEFEBVRE, 2001a). Sobre a cidade, antes da lógica capitalista prevalecer, imperava o valor de uso, ela é um organismo fruto de um processo histórico; não é apenas parte dele, mas meio onde o mesmo se desenrolou. A cidade, em verdade, nasce como valor de uso, ou seja, ao mesmo tempo que é um produto humano, é o espaço onde se dá a reprodução do "ser" humano; se apresenta como a mediadora de uma forma de vida específica que é usufruída por seus habitantes (apresentando, assim, uma dimensão cultural), possuindo um nível prático-sensível e outro ideal (o urbano).

A cidade enquanto espaço de uma forma de vivência, torna-se intermediadora das relações sociais de produção e de poder, "comportando" o que Lefebvre (2001b) chama de "ordem próxima", isto é, a práxis dos indivíduos e seus grupos; e "compondo" uma "ordem distante", a do Estado e instituições, da qual recebe uma pressão vertical. A cidade é, deste modo, uma "*projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano" (LEFEBVRE, 2001b, p. 62, grifo do autor).

Nesse sentido, traçando um paralelo com esta pesquisa, as feiras livres, durante muito tempo, foram extremamente necessárias ao crescimento das cidades e, por conseguinte, para o desenvolvimento do capitalismo, são:

Territórios formatados pelos setores hegemônicos para a realização da mercadoria, mas que por aglomerar multidões resultaram em expressivos espaços de sociabilidade. Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios "econômicos", como uma luta criativa contra a norma (MASCARENHAS, 2008, p. 73-74, grifo do autor).

À medida que essa realidade começa a entrar em contradição com as novas relações materiais de produção e, portanto, com os interesses das classes sociais dominantes; precisa ser substituída pelo capital, principalmente quando se trata da esfera principal de concretização da mais-valia: a circulação. Ao dominar o espaço urbano, a burguesia também reforça seu poder, afinal, na forma de desenvolvimento da sociedade capitalista, a mesma "se orienta ideologicamente e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção. A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo" (LEFEBVRE, 2001b, p. 24-25).

Nesse contexto, os feirantes e trabalhadores ambulantes disputam diariamente seu espaço na cidade com uma nova realidade que não foi pensada com eles e para eles, entrando

em contradição com a necessidade de circulação de veículos, com os novos supermercados, vários tipos de lojas de artigos diferentes e, conseqüentemente, com o próprio poder público, que não poucas vezes realiza intervenções, apreendendo mercadorias e multando vendedores. No caso das lojas e dos supermercados (que se apresentaram como a principal fonte de abastecimento das famílias em gêneros alimentícios e necessidades do lar), além de competir consigo mesmo (outras redes), encontram um adversário em cada banca montada na rua (ou centenas de bancas de feiras) com os mesmos produtos que são disponibilizados em seus estandes/corredores. Assim, as justificativas ideológicas são cada vez mais difundidas quanto as vantagens de optar por uma forma de mercado em detrimento de outra, tornando-se uma arma contra o comércio popular. Por isso, a disputa acaba sendo mais que um conflito restrito apenas a esfera econômica ou mesmo jurídico-política:

No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do "american way of life" (MASCARENHAS, 2008, p. 79, grifo do autor).

Vemos que as formas de dominação estão presentes na maneira com a cidade se organiza, daí o fato de a democratização urbana ser uma ameaça aos privilégios da classe dominante, sendo necessário expulsar do centro urbano os atores sociais cujo modo como veem reproduzindo sua subsistência entra em contradição com o que é planejado pelas elites, função exercida pelo Estado. Mas, quando a fiscalização da prefeitura não está presente, o aglomerado de ambulantes e camelôs recria uma espécie de feira temporária em alguns pontos do comércio. Defendemos que isso, de certo modo, os torna memória viva de uma prática ancestral que se insiste presente, já que a demanda pela reprodução social desses trabalhadores continua a existir, o espaço onde tradicionalmente ela se dá/dava, é o Centro de Arapiraca. Além disso, esta não é uma atividade que pode ser simplesmente erradicada, ainda mais por ser uma profissão que se torna uma das primeiras alternativas ao desemprego (o que faz impulsionar seu crescimento nos períodos de crise econômica, como a que ocorre desde 2008). São trabalhadores e trabalhadoras informais que na labuta diária enfrentam uma realidade que diz não os querer mais ali, e sua persistência desafia a lógica dominante de organização espacial. Nesse sentido, se não buscarmos um olhar mais aguçado para esse contexto, podemos deixar passar despercebida essa relação, já histórica em Arapiraca, da disputa entre classes sociais pela cidade.

### 3.2 As disputas de classe pelo Centro de Arapiraca

Podemos começar nossa análise pelo mais recente projeto de organização do Centro de Arapiraca, trata-se do chamado “Centro Novo”, em que se projeta a construção de um shopping center a céu aberto por toda a área do calçadão que inclui as praças Manoel André e Bom Conselho e a rua Aníbal Lima. É uma proposta articulada, desde 2014, pela classe empresarial da cidade através de seus órgãos de representação local: a Câmara de Dirigentes Lojistas de Arapiraca (CDL), Sindicato do Comércio Varejista de Arapiraca (SINDILOJAS); e regionais, como: a Federação Comercial de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio) e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas (FCDL), ainda contando com parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que, inclusive, é o responsável por trazer essa proposta de fora, a partir da experiência obtida em outras cidades, como Florianópolis, o que demonstra o nível de articulação nacional das forças econômicas e seus projetos para as grandes e médias cidades do país<sup>9</sup>. Os lojistas, com o intuito de manter uma equipe de trabalho permanente em prol da obra, criaram até uma associação específica: a Associação Centro Novo de Arapiraca (ACENA).

Analizando a fala dos empresários em entrevistas concedidas à imprensa, podemos tirar algumas conclusões desse projeto:

Olha, o objetivo do Centro Novo, dos empresários, é ver aquela região toda revitalizada, né. Arapiraca é uma cidade que tem um comércio forte e a gente precisa ter um Centro revitalizado. O SEBRAE trouxe esse projeto para Arapiraca, nós abraçamos o projeto, a gente vem trabalhando nesse projeto desde 2014, tá; a Prefeitura é um dos grandes parceiros, na gestão passada teve o compromisso da... do projeto, né, foi feito um projeto pelo arquiteto Mário Aloísio, né, mas não houve tempo dá execução. Agora o nosso atual prefeito Rogerio Teófilo tá prometendo a conclusão desse projeto. E nós, os empresários, estamos ansiosos, porque a gente precisa ter aquela área revitalizada pra que a gente recebe melhor os nossos clientes. Não só os clientes de Arapiraca, mas de toda a região que aqui frequenta o nosso Centro de Arapiraca<sup>10</sup>.

Uma primeira dedução que podemos tirar, é que se trata de uma resposta local à inauguração do Arapiraca Garden Shopping, em 2013, que obviamente assustou o comércio da cidade com o nível de concorrência que o empreendimento impôs ao varejo local. Ou seja, a

<sup>9</sup> São mais de 70 projetos, como este, espalhados pelo país em mais de 50 cidades (MACENA, 2017).

<sup>10</sup> Transcrição da fala de Cláudio Junior, presidente da ACENA, concedida em entrevista à TV OOPS, Cf. Projeto... (2017).

arma contra a chegada de um shopping center é os próprios lojistas transformarem seu espaço em um shopping center. Em outras reportagens isso fica bem mais explícito:

Modernizar é a palavra de ordem para a região comercial do Centro do município de Arapiraca. Com a chegada do Garden Shopping, o mercado neste bairro se dividiu.

Visando solucionar este caso, a Prefeitura de Arapiraca está apoiando e acompanhando de perto um trabalho que vem sendo realizado e projetado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomercio/AL) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (Sebrae/AL) (NOVAS..., 2016, n.p.).

Através da fala do prefeito, também podemos ver essa preocupação, sendo uma forma de atender essa parcela do empresariado da cidade, que obviamente tem grande influência política, valorizando o potencial de atração comercial da área:

[...]Converge para Arapiraca aqui, praticamente um milhão de habitantes, e isso significa revitalização do comércio, uma autoestima pra todo comerciante e pra aquelas pessoas que vão procurar não só shopping center lá em cima, mas o shopping center a céu aberto; ele vai dar dignidade ao comerciante, às pessoas que vão comprar; vai dar um novo rumo econômico pra cidade de Arapiraca e pra o agreste alagoano[...]<sup>11</sup>.

Por meio da ACENA, a elite local também vem mantendo contatos com os políticos de Alagoas, afim de conseguir fundos públicos para a concretização do projeto<sup>12</sup>, e realizando eventos para já ir internalizando na cidade a ideia de ter um novo centro comercial moderno e luxuoso. Essa segunda finalidade é um ponto que normalmente não se presta muita atenção, passa despercebido como algo comum do cotidiano, mas é exatamente essa a intenção, se tornando parte fundamental das estratégias de dominação. Como explica Mészáros (2012, p.58):

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos.

Dessa forma, a ACENA já promoveu desfile de moda<sup>13</sup>, buscou se incorporar a datas já consagradas do comércio, como o Dia das Mães<sup>14</sup>, e realizou duas edições do “Feirão do Centro

<sup>11</sup> Transcrição da fala de Rogério Teófilo, prefeito de Arapiraca, concedida em entrevista à TV OOPS (idem).

<sup>12</sup> O Ministério do Turismo, que contava na época com o deputado federal alagoano Marx Beltrão (então filiado ao MDB) como ministro, concretizou a liberação de 5 milhões para a obra, havendo também emenda de outro deputado federal de Alagoas, Pedro Vilela (PSDB), no montante de 640 mil reais (ARAPIRACA, 2019).

<sup>13</sup> Desfile Centro Novo Fashion (ARAPIRACA, 2016a).

<sup>14</sup> Arapiraca (2016b).

Novo”, em 2016<sup>15</sup> e 2017<sup>16</sup>, evento com participação de dezenas de lojas locais oferecendo promoções, atrações e divulgando o projeto futuro. Com o atraso das obras que eram para ter iniciado em 2017, com previsão de conclusão em 2018, e um abatimento de praticamente metade do investimento planejado, antes orçado em 11 milhões<sup>17</sup> (o que não deve ter agradado nenhum pouco aos empresários), há um certo esfriamento do projeto no período, mas no final de 2019 é firmado o contrato para início das obras<sup>18</sup>, mas não se sabe o ritmo que terão.

Com essas estratégias de marketing a ideia que este é um progresso importante para toda a cidade é reforçada. Arapiraca precisa abraçar a modernização e o novo sempre é tratado como algo positivo dentro da lógica capitalista, afinal, o capitalismo existe em prol da circulação e cria as condições para tal, isso se traduz no que Harvey (2005, p. 130, grifo do autor) chama de ideologia do crescimento: “(‘o crescimento é bom’) independentemente das consequências ambiental, humana ou geopolítica”.

Essa perspectiva modernizante predomina bastante na fala dos empresários:

[...]Nesse projeto belo do SEBRAE, é... a gente vem capacitando não só os empresários, como também os funcionários, os comerciários. Porque não vai adiantar a gente ter um Centro revitalizado, bonito, quando o funcionário também não tá preparado para ter um atendimento diferenciado, nem tão pouco o empresário, sem estar totalmente capacitado, aonde ele vai ter um espaço de acessibilidade. Então, o projeto do SEBRAE, ele é perfeito e ele contempla também uma séria de coisas além da acessibilidade, melhorar a logística, fachada das lojas, assim, o projeto é perfeito<sup>19</sup>.

É um discurso que está em uníssono com a opinião da prefeitura municipal para o padrão que o comércio da cidade precisa ter:

[...]Esse é o novo perfil. O comerciante que não se adequar, não se adaptar ao mundo contemporâneo, ao mundo moderno, o mundo da tecnologia, ele fica pra trás. Esse grande avanço que nós vamos dar com o shopping center a céu aberto, isso significa que eles também vão ter que se qualificar, sua equipe vai se qualificar, por isso nós temos aí essa parceria com o SEBRAE, com o SESC, com o SENAC, com a Secretaria de Desenvolvimento é... Urbano de Arapiraca, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o Governo do Estado, essa... é a verdadeira parceria de uma construção de um novo momento pra o comércio de Arapiraca<sup>20</sup>.

Se encararmos os modernos shopping centers como outra evolução da forma do

<sup>15</sup> Com descontos... (2016).

<sup>16</sup> Lojas... (2017).

<sup>17</sup> Arapiraca (2017).

<sup>18</sup> Arapiraca (2019b).

<sup>19</sup> Transcrição da fala de Cláudio Junior, presidente da ACENA, concedida em entrevista à TV OOPS, Cf. Projeto... (2017).

<sup>20</sup> Transcrição da fala de Rogério Teófilo, prefeito de Arapiraca, concedida em entrevista à TV OOPS (idem).

comércio varejista ao construir um ambiente inteiramente voltado ao consumo (que não faz distinção de dia ou noite, início ou final de semana, sempre havendo uma aura propícia para compras), entendemos como essa etapa acaba apagando ainda mais os traços conservados da ancestralidade dessa própria atividade que mencionamos anteriormente. Querem se modernizar e isso significa construir um espaço onde qualquer rastro de algo considerado antiquado seja removido, não só na estrutura e organização das lojas, mas principalmente nos atores sociais inconvenientes (e persistentes) que se utilizam das ruas, calçadas e praças para obter os meios de sua subsistência.

Ao se referir ao Centro Novo, não encontramos nas falas das elites e do poder público que esse é um espaço exclusivo para os lojistas e que os vendedores de rua devem ser removidos da área. Obviamente não é o tipo de discurso político que se publicita, por outro lado, há a omissão, o que também nos passa uma mensagem. Como nos aponta Thompson (1998), uma importante tarefa do historiador é tentar enxergar os conflitos e antagonismos de classe na imagem que a própria elite tenta passar sobre a sociedade, do contrário, fica-se preso a autoimagem da classe dominante. Os símbolos utilizados por ela, também precisam ser vistos a partir de baixo. Dessa forma, ao visualizarmos o que é ambicionado pela elite empresarial nas imagens das plantas arquitetônicas da futura área, podemos ter uma visão do que é projetado para o Centro:

Figura 23 - Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.



Fonte: CDL (2016), sem escala.

Figura 24 - Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.



Fonte: CDL (2016), sem escala.

Figura 25 - Plantas ilustrativas do projeto Centro Novo.



Fonte: CDL (2016), sem escala.

Vemos realmente um ambiente de shopping, com readequação de todas as lojas para os padrões esperados, assim como das áreas de convívio; construção de escadas rolantes e até a incorporação de símbolos consagrados da cidade, como a folha de fumo dos áureos tempos do ouro negro, afinal: “O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença de que novidade é igual a melhoria” (HOBSBAWM, 2013, p.39). Isso faz com que os símbolos da época em que uma atividade que mesmo hoje não tendo praticamente

mais relevância política, mas que significou a chegada do progresso em Arapiraca, continuem a ser resgatados como exemplo do importante caminho que a sociedade trilhou.

Isso complementa muito bem a análise dos discursos transmitidos pelos empresários. Esse espaço luxuoso projetado pela burguesia local, visto sob um outro ângulo, demonstra claramente que não há lugar para os tradicionais camelôs e ambulantes que sempre estiveram presentes ali. A sua ausência nos discursos sobre o Centro Novo se dá justamente por não terem sido convidados para acompanhar a elaboração desse projeto, toda a representação é por parte das associações empresariais, como a prefeitura deixa bem claro ao destacar as parcerias realmente importantes para concretizá-lo:

É um projeto que tá sendo construído pela prefeitura, pelo CDL, pelo SINDILOJAS, por todos que fazem... nós vivenciamos isso hoje, né, o shopping center a céu aberto. Aonde a gente capitou recursos em Brasília, agora semana passada eu estive em Brasília, e nós vamos ser parceiros nesse processo. Isso vai dar certo, porque tá sendo feito pelo município, pela prefeitura, pela Associação Comercial, pelo CDL, pelo SINDILOJAS, por todos. Eu acho que isso é uma realidade, nós vamos licitar nesses sessenta, noventa dias e aí construir, que paro ano a gente tenha um grande shopping a céu aberto, com escada rolante, com estacionamento, com o novo perfil do comércio arapiraquense que vai ser exemplo pro Nordeste<sup>21</sup>.

O Projeto Centro Novo precisa ser compreendido como algo maior, assim como as ações do poder público contra os ambulantes que se esconde por trás do pretexto de promover a acessibilidade para os pedestres e veículos. Após realizarmos algumas reflexões, percebe-se que tudo faz parte da totalidade de um processo histórico que vem sendo construído em Arapiraca há décadas. É um projeto que transcende governanças, que é mais que um plano de gestão municipal, mas um projeto de classe e que por isso está vinculado não a esse ou aquele gestor específico, mas aos interesses de determinados setores da sociedade que cotidianamente buscam se impor cada vez mais na cidade.

Se fizermos um distanciamento no tempo, vemos que não é de hoje que a prefeitura executa ações contra os ambulantes. Casos não vão faltar, podemos encontrar atos de perseguição no início da década de 1990<sup>22</sup> a ambulantes que comercializavam cotidianamente nas principais esquinas e praças; ou bem antes, ainda na década de 1970, quando até carrinhos de mão usados para transportar mercadorias no dia da feira, normalmente levados por meninos para conseguir complementar a renda da família, eram multados e apreendidos pela prefeitura

---

<sup>21</sup> Transcrição da fala de Rogério Teófilo, prefeito de Arapiraca, concedida em entrevista à TV OOPS (idem).

<sup>22</sup> Arapiraca... (2016c).

que tentava buscar formas de controlar a feira livre e aumentar a arrecadação, sendo esse comércio movente mais difícil de fiscalizar que as bancas fixas da feira<sup>23</sup>.

Se em algum momento o objetivo foi tentar taxar o comércio individual como fonte de recursos, claramente o intuito passou a ser limitar ao máximo a presença desses vendedores no Centro. As ações que ocorrem a partir de 2009 tem a explícita intenção de evitar a presença dos ambulantes no polígono que compreende praticamente toda a área desse bairro:

De acordo com a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Caroline Albuquerque, o trabalho tem como alvo a transferência dos ambulantes que comercializam produtos na área central da cidade, no **perímetro que compreende a Rua Boa Vista, Largo Dom Fernando Gomes, Rua Anibal Lima até a Praça Manoel André** (ARAPIRACA, 2009a, n.p., grifo nosso).

E isso já teria sido concretizado se não fosse a persistência dos ambulantes, ao retornarem à prática comercial mesmo tendo mercadorias e carrinhos apreendidos, tão logo recuperem a capacidade de adquirir novos produtos.

Em dezembro de 2013 fiscais da prefeitura de Arapiraca realizaram a retirada dos ambulantes que atuam nas ruas do Centro da cidade com o objetivo de organizar o espaço, trazendo acessibilidade para todos.

Quase quatro meses após da (sic) operação, os ambulantes voltaram a ocupar pontos fixos nas ruas do Centro. Eles alegam não ter condições parar (sic) ficar andando o tempo todo.

“Tem que andar direto para cima e para baixo, não tem quem aguente. Apesar disso, precisamos trabalhar”, reclamou o ambulante José Justino Filho.

O vendedor de bananas Ranieri dos Santos contou que trabalha há cinco anos como ambulante e que a situação deles está complicada. “A gente arrasta muito peso, não tem como ficar andando o tempo todo”, frisou (SEM FISCALIZAÇÃO..., 2013, n.p., grifos do autor).

Nessa reportagem podemos abrir um destaque importante. Uma das imposições da prefeitura é que os ambulantes não montem pontos fixos, devem ficar circulando com seus carrinhos, afinal, se estabelecer em uma rua, significa a formação de uma feira, e isso é o que mais o município tenta evitar. Percebe-se que naturalmente esses mercadores tendem a buscar fixar-se em determinados locais, pois, é algo diretamente ligado a facilidade em comercializar seus produtos, obter clientela e, assim, conseguir os meios de sua subsistência mais facilmente. A fiscalização atua exatamente para manter periodicamente algum grau de controle do poder público na organização espacial do Centro e evitar essa prática, como percebemos na fala de um dos responsáveis pela fiscalização desses comerciantes: “o intuito é manter um trabalho

---

<sup>23</sup> Meninos... (1975).

constante, senão, vira feira”<sup>24</sup>.

Isso mostra que, mesmo na hipótese de a ação desses atores públicos possuir realmente o objetivo de promover “acessibilidade” na cidade, acaba por se refletir diretamente nos interesses das classes sociais existentes nesse espaço, isto é, prejudicando os trabalhadores ambulantes e favorecendo os lojistas. Nesse sentido, Lefebvre (2001b, p. 24) nos faz refletir que os projetos de classe não necessariamente apresentam a forma de uma série de ações orquestradas pelo Estado com um determinado objetivo específico, pelo contrário:

Estratégia de classe típica significa uma sequência de atos coordenados, planejados, com um único objetivo? Não. O caráter de classe parece tanto mais profundo quanto diversas ações coordenadas, centradas sobre objetivos diversos, convergiram no entanto para um resultado final.

Em mais algumas matérias da imprensa local, podemos apontar a preocupação dos lojistas em haver esse comércio de ambulantes no Centro da cidade. Na reportagem a seguir, de fevereiro de 2019, além de identificarmos uma maneira de pressionar a prefeitura para dar seguimento no projeto Centro Novo que estava parado (ao se ressaltar que foi um compromisso do início da gestão do prefeito Rogério Teófilo), foca-se principalmente em evidenciar para a sociedade o problema que é a existência dos ambulantes, como demonstram os trechos a seguir:

Andar pelo centro de Arapiraca não é uma das tarefas mais fáceis. Se já não bastasse o “engarrafamento” de ambulantes que ocupam as calçadas e até as vias públicas, os pedestres ainda têm que encarar a quantidade de lixo jogada ao chão, em sua maioria panfletos com publicidade de consultas populares, serviços de mães de santo, empréstimos e outros mais.

Um dos pontos mais caóticos são as esquinas entre a Praça Marques com a Avenida Rio Branco e entre a Rua Domingos Correia e a Avenida Rio Branco. Para trafegar por esses locais, o pedestre tem que deixar a calçada para desviar dos ambulantes e seguir o trajeto pelo meio da rua.

CD’s (sic) piratas comercializados em varais improvisados nas paredes, carrinhos de frutas, amendoim, caldinho de feijão, milho e tudo o que a criatividade imaginar. Revoltados, alguns comerciantes questionam se a feira livre mudou-se para o calçadão e região central de Arapiraca.

Eles alegam que todos têm o direito de trabalhar e lutar pela sobrevivência, porém dentro de uma ordenação urbana. “A Prefeitura de Arapiraca esqueceu o centro da cidade. Tem camelô brigando por espaço, enquanto a população está a cada dia sem espaço, sequer para andar”, lamentou um comerciante do ramo de confecções. (QUANTIDADE..., 2019, n.p., grifos do autor).

O questionamento “se a feira mudou para o Centro” revela a terrível imagem que isso representa para os lojistas da cidade e a impossibilidade de conciliar a mesma com o negócio

---

<sup>24</sup> Informação verbal fornecida no dia 04 de novembro de 2019 pelo servidor responsável pela organização dos ambulantes em Arapiraca em uma das idas à prefeitura para coletar material de pesquisa, acabando por ser bem útil para trabalhar as narrativas empregadas pelo poder público.

que possuem. Do ponto de vista histórico, esse comentário soa até como uma piada de muito mal gosto, pois, foi a feira que sempre existiu lá, o comércio varejista foi se desenvolvendo depois, ao longo dos anos. Assim, vemos que a remoção da feira também implicou em um apagamento da memória, sendo qualquer atividade no local que se assemelhe a ela, tratada como estranha e indesejada.

Desse modo, a “ordenação urbana” que Arapiraca precisa ter, claramente, não envolve a existência desses comerciantes na área nobre do comércio, além de o “esquecer” do poder público significar deixar de, enquanto Estado, atender aos interesses da classe dominante na conservação do ambiente mais propício possível para garantir sua lucratividade, isto é, limitando a democracia urbana para não abrir espaço aos pequenos comerciantes que buscam seu sustento nas ruas, calçadas e praças.

É preciso garantir que o valor de uso da rua seja substituído pelo valor de troca, ela deve ser mais que um ambiente de socialização ou mesmo a negação enquanto tal, sim um meio de conduzir as pessoas ao consumo. Esse é o cerne da lógica capitalista para a sociedade. O espaço é produzido socialmente, mas sua apropriação é privada: “diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria durante o processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução” (CARLOS, 2007, p. 74). É preciso que percebamos esse fato como uma constante no capitalismo, não como um fatalismo, isto é, as elites não se impuseram historicamente e pronto, findou-se a história em um eterno *status quo*. Na disputa pela cidade, a utilização de um espaço enquanto valor e sua apropriação privada é constante, estando aí a necessidade de o Estado agir para manutenção do domínio de uma classe.

As ações de prefeitura mostram como o poder público emprega um evidente discurso de higienização social, como podemos ver na denominação das atividades de intervenção iniciadas em 2009: “Operação Centro Limpo”<sup>25</sup>. Apesar de informar que, além dos ambulantes, os lojistas que expõe mercadorias nas calçadas também são alvos, não há menção a uma mercadoria destes últimos apreendida ou multa aplicada, o que se reforça é a punição aos pequenos mercadores, sendo dobrada em caso de reincidência. Vemos que a principal “sujeira” cujo objetivo é limpar são os vendedores ambulantes que montam seus pontos no Centro da

---

<sup>25</sup> Lançada em 2009 (ARAPIRACA, 2009a) e retomada outras vezes com a mesma denominação (ARAPIRACA, 2015).

cidade, ação que é aplaudida pelas elites do comércio:

A Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Arapiraca lançou nota, por meio de sua direção, apoiando a iniciativa: “Dando mais dinamismo ao centro comercial de Arapiraca, a Prefeitura tem efetuado ações para que o cidadão possa transitar com o direito de ir e vir assegurado, bem como dando mais fluidez com a mobilidade no trânsito. Um centro mais limpo e tranquilo. Por uma Arapiraca mais forte, limpa e organizada” (ARAPIRACA, 2015b, n.p., grifo do autor).

A prefeitura também reproduz as opiniões públicas que melhor estão em sintonia com seus objetivos. Por trás da intenção de transmitir aceitação e mostrar os benefícios da ação realizada, enxergamos o tipo de cidade que determinados setores querem ter, com os quais o poder público está comprometido:

“As ruas estavam mais livres, o trânsito mais rápido, um Centro mais organizado – mais parecido com uma cidade moderna. Logo me dei conta de que a razão da mudança era a ausência de carros de mão estacionados nas calçadas, de vendedores ambulantes atrapalhando o fluxo de carros etc. Enfim, o Centro estava limpo, como deveria ser. Parabéns à Prefeitura pelo trabalho. Espero que continue assim. Não se administra bem uma cidade permitindo que todos façam o que bem querem em qualquer lugar alegando que precisam trabalhar”, comenta o professor Ronaldo Leão. (ARAPIRACA, 2015, n.p., grifo do autor).

De alguma forma precisa-se contornar o problema que é, na opinião pública, perseguir alguém que está trabalhando de forma honesta, ainda mais em um momento no qual o que mais se evidenciam são as notícias relacionadas a criminosos (logo, vagabundos) que molestam o cidadão de bem (trabalhador). Por isso se recorre a tais argumentos de acessibilidade, modernização, organização, isto é, a ordem natural das coisas que a cidade precisa seguir. Essa narrativa sempre foi muito presente para justificar as principais intervenções do Estado na organização da cidade. Exatamente por essa eficácia, não seria, agora, deixada de lado.

Essa marcante oposição de interesses entre os lojistas e os ambulantes nos permite perceber como o processo de retirada da feira livre do Centro é fundamental para pensarmos a organização urbana de Arapiraca (ou do Centro, neste caso) na contemporaneidade a partir do fenômeno da luta de classes. É exatamente no período de sua existência na área que podemos identificar o ápice desses embates, outrossim, esse conflito se torna o principal motor do processo de remoção da feira livre.

Durante muito tempo a feira foi uma grande dor de cabeça para os gestores. Ela funcionou, com algumas mudanças temporárias, todas as segundas-feiras no Centro, até o dia 20 de janeiro de 2003, quando foi reestabelecida definitivamente na área em que até hoje se encontra, ao lado do Mercado Público, no bairro Baixão. Contudo, não foi de uma hora para

outra que essa mudança ocorreu, mas um processo que veio sendo fomentado por vários anos, como acompanharemos adiante.

Nessa análise não podemos desconsiderar o que ocorre em dimensão maior que a esfera municipal para compreender os fenômenos que se passam na cidade, uma vez que pensamos Arapiraca como parte do contexto de desenvolvimento do sistema capitalista como um todo. Assim, no início da década de 1970, já encontramos um guia de orientação de investimentos para o Nordeste inteiramente dedicado à Arapiraca, difundido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB)<sup>26</sup>, em que está indicado o potencial consumidor de produtos industriais (alimentos, vestuário, higiene etc.) da cidade, convidado esses capitais a se instalem no município. Isso demonstra a atração econômica exterior (para além da indústria tabagista, existentes já há vários anos) de setores específicos que se chocariam diretamente com a feira livre na disputa pelo abastecimento local.

Em reportagens dos últimos anos da década de 1970, podemos acompanhar manchetes que destacam os problemas que a feira livre causava no trânsito da cidade nos dias de segunda-feira. A feira já predominava em cerca de 20 ruas do Centro e gerava um grande caos no fluxo de veículos, sendo preciso reordenar o tráfego em algumas ruas ou mesmo trancar:

“A feira de Arapiraca terá que sofrer uma série de modificações em várias artérias da cidade, mas [sic] precisamente nos pontos mais movimentados por veículos, para que possamos chegar a uma solução sobre o problema do trânsito em Arapiraca”. A informação foi dada pelo chefe da 5ª. Ciretran Felisberto Lívio, que reconhece a desorganização do trânsito nos dias de segunda-feira.

Para tal, reunião foi feita esta semana, e na próxima contatos serão mantidos com o prefeito João Nascimento e demais autoridades competentes, objetivando o mais rápido possível acabar com os abusos praticados por motoristas de carros particulares nos dias de feira livre.

Felisberto chega até a afirmar que se for necessário acorrentar algumas ruas, como a 15 de Novembro e Domingos Correia, ele fará, já que essa é a única solução viável que encontrou para acabar com o congestionamento no trânsito nos dias de feira (FELISBERTO..., 1979, p. 8, grifo do autor).

A matéria tem como título “Felisberto quer mudar a feira de Arapiraca”, mas na verdade não se trata de uma mudança, é mais um remodelamento de algumas artérias da cidade para tentar escoar o tráfego de veículos. A fala atribuída ao responsável da 5ª Ciretran de que, se for preciso, até acorrentará as ruas, demonstra o nível do peso social e político que a feira livre possuía à época. Caso pudéssemos colocar em dois pratos, a feira e o trânsito, a balança penderia para o lado da primeira. Ao observarmos nas semanas seguintes a aplicação dessa tentativa de organizar o trânsito, encontramos que o máximo de cessão de espaço que houve por parte da

---

<sup>26</sup> (BNB, 1972).

feira, nas ruas principais de circulação para o Centro, isto é, a rua Domingos Rodrigues, avenida Rio Branco e rua 15 de Novembro, foi desobstruir uma das mãos, reservando o lado direito para os veículos, permanecendo as bancas no lado esquerdo e proibindo estacionamento de carros na área<sup>27</sup>. Ou seja, nem nos pontos de maior congestionamento foi-se capaz de remover a feira totalmente. O problema não foi resolvido e o mau planejamento do trânsito seria capa do jornal da semana seguinte, agora sendo ideado fechar de vez a circulação de veículos na área<sup>28</sup>. Os carros foram derrotados... Mas essa seria uma vitória com maus augúrios.

O título da matéria transcrita, talvez, já queira transparecer a divulgação de um pensamento envolvendo a mudança de local da feira livre, porém, ainda sem qualquer possibilidade de ser posta em prática. Nesse mesmo ano de 1979, encontramos a primeira matéria que apresenta uma proposta de alteração do local da feira, demonstrando que já era algo em debate no município:

O último número do nosso jornal trouxe a notícia alvissareira da drenagem e saneamento do canal de olaria, ilustrada com clichê que comprova o fato. Não há dúvidas, trata-se de uma urgente obra que vem beneficiar a cidade. Vencida essa primeira batalha, que é urgente e primordial, o que se vai fazer para se aproveitar e urbanizar toda aquela vasta área que está no Centro da cidade? Na minha modestia opinião ali deveria ser localizada toda a feira de Arapiraca, em pequenos e médios mercados com finalidades específicas, áreas livres para comércio ambulante, talhos de carne e de peixe, pequenos bosques para lazer e recreação, circulação ampla e bem distribuída, dois vastos campos para estacionamento, além do que for necessário para o bem estar do povo.

Sei que seria uma obra de grande vulto e que requer grandes somas. Mas pode ser feita por etapas de acordo com as possibilidades. De uma coisa estou certo e ninguém pode contestar: a nossa feira, no local e da maneira indisciplinada e congestionada como se realiza, é a nota destoante na marcha vibrante do progresso de Arapiraca (SOARES, 1979, p. 2).

A coluna do monsenhor José Soares continua e podemos perceber que é construída em um tom conciliador. É mais um exemplo do peso político que a feira possuía, não podendo ser alterada de uma maneira fácil, em que ao mesmo tempo que é destacado o problema que a feira causava aos comerciantes lojistas que logo cedo tem de ocupar as calçadas em frente aos estabelecimentos para não as verem ocupadas pelos feirantes, trancando suas portas; propõe que a feira se estabeleça nessa área bem próxima ao Centro<sup>29</sup>, expondo não ser razoável colocá-la nas extremidades da cidade<sup>30</sup>. Mas o caminho planejado pelo município era outro. Para esse

<sup>27</sup> Feira... (1979).

<sup>28</sup> Trânsito... (1979).

<sup>29</sup> O Canal de Olarias compreende a área onde hoje se situam o Bosque das Arapiracas indo até o final do Parque Ceci Cunha, este último ponto também chamada antigamente de Aterro da Lagoa.

<sup>30</sup> Provavelmente se referindo à área onde hoje é o Centro Administrativo, como se planejou em ações da prefeitura

local citado pelo pároco, cuja obra de urbanização tinha iniciado há quase uma década<sup>31</sup>, pretendia-se criar a zona institucional da cidade segundo o plano diretor do período<sup>32</sup>, fato que também não se concretizou. Curiosamente a obra feita foi exatamente a que o autor não achava frutífera: “Fazer dali um bosque, um lugar de lazer não é lógico, pois é pequena, sem arejamento, sem atrativo e central” (SOARES, 1979, p. 2).

Em outra matéria de 1979 é destacado a importância da feira para o desenvolvimento de Arapiraca, equiparando-a em importância ao fumo; os problemas de trânsito e higiene deveriam ser resolvidos com mais organização para, assim, melhorar o potencial turístico da cidade por meio da feira:

O turismo, como é do conhecimento de todos, rende bons resultados como o aumento no volume dos negócios do comércio, é uma boa oportunidade para os artistas da terra além da boa publicidade que gera. [...] Desta feita, poder-se-á dizer: “Venha a Arapiraca e conheça o maior mercado ao ar livre do mundo em plena terra do fumo”. “Arapiraca, terra da feira e do fumo” (PETUBA, 1979, p. 2, grifos do autor).

Esse é um slogan entoado pela Comissão de Incentivo ao Turismo (CIT), recém-criada no município e dirigida por um defensor da feira, Zezito Guedes. Podemos ver na mensagem, ao destacar a ordem em que aparece as palavras, uma certa intencionalidade: Arapiraca é primeiro a terra da “feira”, depois do “fumo”, como uma forma de contraste que demonstra, a princípio, o peso que a feira possuía na época. Mas avaliando o contexto como um todo, podemos fazer outra interpretação; estamos nos deparando, na verdade, com mais uma demonstração da crise da feira enquanto atividade importante economicamente para a cidade ao ponto de ser indispensável, mesmo que existam contragostos das elites locais ligadas ao varejo. Percebemos que o propósito de incentivar o turismo é mais que uma maneira de beneficiar a cidade, mas de autodefesa da feira livre, para reforçar sua importância e permanência na cidade.

Acabou que não houve qualquer avanço quanto a proposta da feira livre ser tratada como atração turística da cidade:

Com suas 2.500 barracas a feira de Arapiraca, Alagoas, é uma das três maiores do Nordeste, ao lado das realizadas em Caruaru e em Feira de Santana. Faz poucos dias, o prefeito da cidade decidiu incorporar a feira ao calendário turístico e submeteu projeto de criação do Departamento de Turismo à Câmara dos Vereadores. Os edis rejeitaram a proposta. Entre outras coisas, alegaram: “Não queremos que o

---

nos anos seguintes.

<sup>31</sup> Canal... (1971).

<sup>32</sup> Alagoas (1979).

peçoal de fora leve as nossas coisas...” (TURISMO..., 1979, A-6, grifo do autor).

Nesse contexto que apresentamos, é difícil acreditar que o projeto turístico tenha sido barrado apenas devido a uma visão míope por parte dos legisladores do município. Uma série de outras questões estavam em disputa e não podemos descartar a existência de interesses diretamente contrários a feira, como também a possibilidade de ter sido barrado por falta de base de apoio do executivo, o que explica boicotes a projetos como este, que de todo modo tem consequências diretas no processo que estamos estudando.

A escassez de fontes, ao período que finalizamos esta pesquisa, não nos permitiu retroceder mais alguns anos e observar o que se discutia em período anterior. A lacuna se interrompe apenas em 1971, ano em que outro jornal circulou na cidade por pouco mais de um ano, no qual encontramos manchetes dando destaque que a “grande feira das 14 ruas de Arapiraca” foi matéria nacional, um motivo de orgulho para cidade<sup>33</sup>, não havendo menções negativas. Ao se referir principalmente às grandes cidades, Mascarenhas (2008) aponta o período de 1969 a 1974 como de intensificação da propaganda negativa nos jornais sobre as feiras livres, então acreditamos ser razoável estabelecer o final da década de 1970 e início de 1980 como período de propagação desse debate localmente. Afinal, é só a partir de 1980 que identificamos o início de ações mais diretas do poder público, ou seja, período em que os grupos políticos começam a enxergar a feira do Centro não mais como atividade fundamental para a cidade, e sim como um “problema” que precisava ser resolvido. Muito provavelmente é um reflexo da ação política dos empresários lojistas da cidade que se organizaram no CDL, fundado em 1978<sup>34</sup>. Houve, antes dessa organização, a fundação da Associação Comercial de Arapiraca em 1971<sup>35</sup>, mas não era dedicada ao comércio varejista, sua prioridade era a fumicultura, como se percebe no primeiro memorial da diretoria eleita<sup>36</sup>.

A compra das terras onde hoje estão estabelecidos o Centro Administrativo e vários outros órgãos de Estado (além do shopping, bancos e outros estabelecimentos privados), ainda na primeira gestão do prefeito Severino Leão (1983-1988), possuía o intuito de montar uma Central de Abastecimento (CEASA) e deslocar para lá a feira que tomava conta das principais

---

<sup>33</sup> Tobias... (1971).

<sup>34</sup> A Câmara de Dirigentes Lojistas foi fundada em 17 de outubro de 1978, sendo a sua denominação inicial: “Clube dos Diretores Lojistas” (CDL, [2018?]), até por conta dessa mudança de nome, ora nos referimos a sigla no masculino, ora no feminino durante a escrita, a depender da denominação que possuía na época.

<sup>35</sup> Associação... (1971).

<sup>36</sup> Memorial... (1971).

ruas do comércio. Analisando um pouco os relatos do ex-prefeito, conseguimos identificar argumentos que reforçam a hipótese de nossa pesquisa, isto é, que havia interesses ligados a grupos pertencentes a classes sociais diferentes buscando gerenciar a forma de organização urbana da cidade:

Adquirimos aquelas terras todinhas aonde hoje é o Centro Administrativo. Naquela época, a nossa visão, era adquirir aquelas áreas, que ali são mais de setenta tarefas de terra que foram compradas na nossa administração, e a intenção nossa era construir um CEASA. Porque estava a margem da pista [AL-220], havia um acesso muito fácil, pra quem vinha comercializar mercadorias, deixava no CEASA. A intenção nossa era, construindo o CEASA, fazer um grande pátio e ali poderia ser transferida a feira, que a feira do Centro da cidade já tumultuava todo o Centro da cidade e... o dia de segunda-feira era um dia perdido pra cidade de Arapiraca. Compramos aquela área todinha com essa intenção, lamentavelmente nós não tivemos os recursos necessários pra tornar é... realidade esse feito<sup>37</sup>.

Nas entrelinhas da fala do ex-prefeito podemos identificar que classes sociais seriam atendidas por essa transferência. Ao classificar as segundas-feiras como um “dia perdido” para Arapiraca, com certeza não estava se referindo aos feirantes e a freguesia que abasteciam, obviamente trata-se dos grandes e médios empresários do varejo que viam seu comércio prejudicado nesses dias; além do próprio poder público, devido à dificuldade em controlar as atividades da feira e, assim, obter receitas diretas dessa atividade, sendo o arrecadado muito pouco comparado ao que advém dos lojistas.

Apesar de não ter conseguido realizar a transferência da feira nesse período, a pressão continua e os debates da década de 1990 são ainda mais agressivos quanto a existência da feira livre. A matéria a seguir “Feira livre de Arapiraca sinônimo de subdesenvolvimento ou alternativa comercial?”, apresenta dois pontos de vista sobre a existência da mesma, mas é perceptível o objetivo de evidenciar qual dos dois lados está com a razão, qual seja, os dos lojistas:

Realizada as segundas-feiras, a feira livre de Arapiraca divide a opinião de comerciantes e feirantes. Desorganizada e sem infraestrutura para atender aos consumidores, a feira, segundo opinião de comerciantes, virou sinônimo de subdesenvolvimento, provocando um verdadeiro caos no trânsito. Já o historiador Zezito Guedes invoca o lado folclórico da feira e luta para torná-la uma alternativa turística, resgatando as tradições da terra (FEIRA..., 1996, p. 10).

A forma como é estruturada a matéria evidencia características negativas, dando destaque com letras grandes e escuras a trechos de falas de donos de estabelecimento, como:

---

<sup>37</sup> Transcrição de trecho da entrevista gravada com Severino Leão, Cf. RAÍES... (2017).

**“Uma mulher montou duas bancas em frente a minha loja, sendo uma para vender bolo e outra para vender veneno”** (FEIRA..., 1996, p. 10, grifo do autor). As passagens com o ponto de vista dos lojistas são precisas quanto ao objetivo de mudar a feira de lugar, já as falas trazidas dos feirantes são vacilantes, sempre concordando que tem que ser feita alguma coisa quanto a organização da feira, mesmo quando são contra a mudança.

Os ataques por parte dos empresários do varejo continuam nos anos seguintes, em que temos sua associação atuando de maneira incisiva:

O problema no trânsito, a sujeira nas ruas centrais da cidade, causados pela feira livre às segundas feiras, reacende a polêmica entre feirantes, comerciantes e a própria população. De um lado os lojistas com a proposta de transferência da feira; do outro, os feirantes, que se recusam a mudança, além de populares, que dividem as opiniões (CDL..., 1997, p. 8).

A matéria continua expondo os argumentos dos lojistas de que a feira causava diversos transtornos para o trânsito, muita sujeira e que os feirantes não tinham os encargos sociais que os empresários pagavam, sendo uma competição desleal. A proposta inicial trazida é igual à que vimos em 1979, feita pelo monsenhor Soares, de mudar a feira para o canal da Lagoa Olarias, ou seja, o projeto da CEASA nesse momento não parecia crível para os comerciantes, já que há uma década não ia para frente e era a menos aceita pelos feirantes que resistiam, como vemos nas palavras de um mercador ouvido: “Não dá certo a gente sair do centro para um buraco. Com certeza o movimento das vendas vai cair” (CDL..., 1997, p.8).

Ou os empresários não acreditavam que o projeto da central de abastecimento iria ser concluído, ou já sabiam que isso esbarrava também em outros interesses econômicos que se voltaram para o local. A área adquirida pela prefeitura, se tornou extremamente valorizada e, aos olhos do capital econômico, seria um desperdício destiná-la a uma feira livre, afinal, o tamanho de Arapiraca à época já a tornava receptível a negócios do porte de um shopping center, fato que levou o município a doar, em 1999<sup>38</sup>, parte do terreno adquirido para a construção de tal empreendimento (que só foi inaugurado em 2013)<sup>39</sup>. Nesse debate, encontramos que desde 1994 há interesse em construir um shopping center em Arapiraca<sup>40</sup>, em

---

<sup>38</sup> Arapiraca (1999).

<sup>39</sup> Com a não construção do empreendimento pela primeira empresa que recebeu a doação, a Agreste Shopping, este foi doado posteriormente para a rede Unicompra em 2000 (ARAPIRACA, 2000), também não sendo executado, passando para as mãos da empresa Pátio Arapiraca em 2008 (ARAPIRACA, 2008), sociedade anônima cujo um dos sócios é o Grupo Tenco que gerencia atualmente o Arapiraca Garden Shopping.

<sup>40</sup> Prefeitura... (1997b).

1997 há um projeto particular para tentar erguer um shopping no centro da cidade<sup>41</sup>, mas que também fracassa<sup>42</sup>. Ocorre que uma obra como essa apresenta dificuldades para ser concretizada, tanto por parte do poder público, como de empresários com capital suficiente para emplacar a empreitada, o que explica o atraso de quase uma década para ser realizada. Por fim, não mais se planejou construir a Central de Abastecimento, optando-se por realocar toda a máquina administrativa para essa área, valorizando-a ainda mais.

Podemos acompanhar esse processo nos Planos Plurianuais (PPA) da cidade. O PPA do período de 1998 a 2001, elaborado em dezembro de 1997<sup>43</sup>, ainda menciona o objetivo de construir a Central de Abastecimento, já o PPA de 2002-2005<sup>44</sup>, na atualização ocorrida em dezembro de 2002<sup>45</sup>, enquadrado como objetivo a construção do pátio para a feira livre, agora, em frente ao mercado público.

Firmino (2016) observa que a feira de Arapiraca foi fundamental para a gênese e desenvolvimento do município. Segundo o autor, com o passar do tempo ela:

possibilitou um aumento nas trocas, distribuição acelerada de diversos produtos, fixação de uma população que aumentava, surgimento de lojas e, conseqüentemente, a solidificação do comércio de Arapiraca, que contribuiu significativamente no desenvolvimento econômico e na intensificação de pequenos comerciantes e empresários que saíam do campo e/ou da feira, com desejo de abrirem seus estabelecimentos próprios (FIRMINO, 2016, p. 150).

Certamente o conflito de interesses não advém de os empresários bem-sucedidos agora estarem a negar suas origens modestas e passar a combatê-las. Estamos falando de contextos de reprodução socioeconômicos que se tornaram antagônicos devido aos interesses específicos de cada setor. Esse choque entre feirantes e lojistas acaba sendo inevitável diante da forma como a sociedade se desenvolveu de uma maneira geral e, como mencionado no início desse capítulo, é também um conflito contra os supermercados, automóveis, pedestres, isto é, com a nova forma de organizar o espaço citadino.

Sob a ótica administrativa, aos poucos a feira passa a trazer prejuízo para o fundo público, como podemos ver a seguir na coluna política do Jornal Novo Nordeste: “Segundo o secretário de agricultura, Kleber Torres, as feiras em Arapiraca têm arrecadado pouco para o município. Para ele, se gasta mais limpando as ruas, do que arrecadando. Muita gente de fora

---

<sup>41</sup> Empresário... (1997).

<sup>42</sup> Projeto... (1997).

<sup>43</sup> Arapiraca (1997).

<sup>44</sup> Arapiraca (2001).

<sup>45</sup> Arapiraca (2002).

vem vender aqui e termina levando o dinheiro para outras cidades” (LUNA, 1997c, p.3).

Através de mais algumas matérias de jornais da década de 1990, podemos acompanhar os discursos que foram sendo construídos, em que é posto que Arapiraca não comportaria mais uma feira livre em seu Centro, pois causava diversos transtornos. Até mesmo desentendimentos isolados são utilizados para expressar o caos completo que essa atividade representava e colocar pressão sobre o poder público para resolver o estorvo que se tornou a existência da feira: “A feira livre de Arapiraca a cada dia torna as segundas-feiras na cidade um inferno. Semana passada, um caminhoneiro ameaçou sacar um revólver e matar um carroceiro caso ele não retirasse sua carroça, para o caminhão passar. Até quando persistirá essa situação (sic)” (LUNA, 1997b, p.3).

As opiniões mais elaboradas trazidas ao público, também são as piores possíveis em relação ao “problema” da feira. A matéria a seguir, intitulada “O Pesadelo da Feira”, é tão marcante quanto a isso que ficou impossível selecionar apenas um trecho que melhor simbolizasse a narrativa política que estava sendo construída em torno de sua permanência no Centro, nos fazendo optar por trazê-la na íntegra:

Todas as pessoas que eu conheço manifestam verdadeira fobia e horror quando o assunto é a malfadada feira de Arapiraca. Os dirigentes municipais asseguram que, do ponto de vista da arrecadação, ela não representa nada. As divisas são evadidas para outras cidades em virtude do grande número de comerciantes que vem aqui apenas vender seus produtos. Os trabalhos com a limpeza das ruas é enorme, além de exigir dos pobres varredores o infortúnio de carregar toneladas de lixo, sem falar na fedentina que espalha pela cidade. Os comerciantes e lojistas das ruas centrais dizem que não lucram nada com ela. Os profissionais liberais, estudantes e todos os jovens a detestam. As dona-de-casa, por sua vez, alegam que podem muito bem prescindir sem ela, pois encontram tudo que necessitam nos supermercados e já não se deslocam mais às segundas-feiras para o centro porque não gostam da quantidade exagerada de carros, carroças, motos, bicicletas, transeuntes, etc. Afinal a quem interessa essa feira?...

Ouvi dizer que a um pequeno grupo de comerciantes varejistas que possuem estabelecimentos no mercado público (“sujeira pública” seria mais apropriado), ou nas suas imediações. Ora, pergunto eu, será que o poder público deve se dobrar aos interesses de uma minoria insignificante em detrimento da grande maioria da população? Penso que não, e a democracia foi inventada pelos gregos justamente para fazer valer os direitos das maiorias quando estas se vêem imobilizadas pelos interesses egoístas de pequenos grupos. Faça uma pesquisa de rua em Arapiraca e todos constatarão que mais de setenta por cento da população é favorável a transferência da feira para o pátio do Ceasa. Aliás, foi concebido apenas para abrigar meia dúzia de barracas, vendedores de carros ou para que um circo ali seja armado a cada cinco anos? A ociosidade daquele espaço é uma afronta a todas as regras do bom senso administrativo.

Sair de casa, às segundas-feiras, em Arapiraca, a pé ou de carro, é um pesadelo que desafia qualquer manutenção do equilíbrio psíquico e emocional de qualquer indivíduo. O mau-humor das pessoas está crescendo perigosamente. A lama, a sujeira, a fedentina dos dias de inverno são um verdadeiro atentado às leis mais primárias de higiene do homem civilizado. No verão, o calor, a fumaça dos carros, o barulho, os choques constantes em carroças de mão, bicicletas, pessoas obstruindo as calçadas,

tudo isso me faz pensar que o inferno é aqui.

Àqueles que só enxergam na feira o seu lado cultural, social, espaço livre das manifestações populares, etc, respondo dizendo que, para mim, ela não passa de um espetáculo degradante de miséria, sujeira e atraso social. Atração cultural é outra história. (LEÃO, 1997, p.2)

A matéria é assinada por um professor da FUNESA (Fundação Universidade Estadual de Alagoas), atual UNEAL, sendo destacado isso obviamente como forma de aumentar a credibilidade das opiniões emitidas no texto. Este indivíduo, inclusive, é o mesmo que na reportagem de 2015, já mencionada<sup>46</sup>, é ouvido para expressar seu contentamento com a Operação Centro Limpo, realizada pela prefeitura, nos mostrando como essas personalidades sempre são acionadas por cumprirem muito bem o papel de ideólogas dos anseios das elites da cidade ao longo dos anos. Analisando a matéria, vemos o tom aristocrático e de um futuro inexorável com uma única via de progresso, havendo do início ao fim um ataque brutal contra a feira livre e também aos setores que insistiam na manutenção dessa atividade pelo seu valor cultural, a exemplo de Zezito Guedes, personalidade sempre presente nesse assunto, sendo uma figura que representa bem a atividade desses atores na tentativa de preservar a feira que já era centenária nessa época.

Encontramos outras publicações<sup>47</sup> destacando Arapiraca como município polo para turismo de eventos, estando especialmente realçada a feira livre. Assim, conseguimos perceber as várias disputas que ocorriam, ainda nesse momento, sobre os caminhos que a cidade devia seguir. Mas se fossemos utilizar a mesma balança anterior para medir o peso político da feira livre em relação a qualquer um dos problemas (trânsito, higiene, transtorno para os lojistas etc.) trazidos como justificativa para defender sua transferência, ela já não seria tão favorável como antes.

O destrato destinado ao antigo Mercado Público, ou “sujeira pública” nas palavras do redator, que também se situava no Centro da cidade, à rua Domingos Rodrigues, representa mais uma face do projeto para a cidade que vinha sendo construído. Por ser outro espaço de comércio popular formado hegemonicamente por pequenos mercadores e que funciona todos os dias da semana, ao contrário da feira que era apenas às segundas, acaba sendo um alvo direto do projeto de organização do Centro. O significado simbólico é tão importante que a estrutura que funcionava no outro lado da rua, mais conhecido como “Mercado da Farinha”, que permaneceu no local, foi até rebatizada para “Shopping Popular”, afinal, é muito mais adequado

---

<sup>46</sup> Arapiraca (2015).

<sup>47</sup> Arapiraca... (1995).

aos tempos modernos ter no Centro da cidade um shopping do que um mercado público, mesmo que ainda sejam pequenos comerciantes a terem pontos no local. O tipo de comércio também precisou ser alterado para algo mais conveniente ao ambiente: roupas, bijuterias e serviços de artífices, como relojoeiros e sapateiros. Nada foi construído até os dias de hoje no local do antigo mercado demolido, sendo um espaço que passou a ser ocupado por um estacionamento.

Os comerciantes do mercado público reclamavam das más condições estruturais da obra, sujeira, falta de segurança<sup>48</sup>, porém o poder público via como solução, não uma reforma, mas a transferência de todo mercado para a CEASA, tentando alegar que eles não seriam prejudicados com a perda de clientes no novo local, obviamente não os convencendo<sup>49</sup>.

Acreditamos que a resistência dos pequenos comerciantes organizados em associação (Associação dos Comerciantes do Mercado Público), realizando pressões nos políticos<sup>50</sup>, também foi importante para evitar que o mercado fosse realocado para tão longe do Centro, como era a área da onde localizar-se-ia a Central de Abastecimento, sendo mudado para seu atual local no bairro Baixão, onde nos arredores também foi alocada a feira.

Se a feira livre, ainda recordando a matéria acima, é um “inferno na terra”, odiada por todos, cabe refletir que ela só possuía essas características exatamente por ser um sucesso no que era: “uma feira”. As milhares de pessoas que convergiam para o Centro às segundas, não iam apesar da feira, mas em função da feira. Como observa Zezito Guedes na entrevista abaixo:

A feira de Arapiraca, por sua importância deu “nomes” a várias ruas da Cidade como a “Feira do Peixe”; Ruas “Do Carvão”, “Dos Móveis”, “Das Frutas” e “Do Coco”. Zezito Guedes costuma dizer que a feira é o refúgio da população de baixa renda. “Na ‘Feira do Peixe’ a população carente se abastece do Cará, da traíra e do Jundiá”, observa. (GONÇALVES, 2001, n.p. apud NUNES, 2011, n.p., grifos do autor).

É notório que os empresários lojistas sempre se utilizaram do potencial de atração de pessoas da feira para se beneficiar. É como se eles quisessem que a feira trouxesse a multidão de clientes, para que estes, posteriormente, comprassem em seus estabelecimentos e não nas bancas nas ruas. É uma percepção que se avalia ao observar alguns fatos ocorridos e discursos de comerciantes. Em 1979, por exemplo, encontramos o relato de uma contenda envolvendo o CDL e a Associação dos Comerciantes devido a data alusiva ao Dia do Comerciante (comemorado localmente em 8 de outubro) ter caído em uma segunda-feira, dia de feira livre, motivo que fez o CDL adiar a comemoração para o sábado seguinte, desagradando a associação

---

<sup>48</sup> Comerciantes... (1997b).

<sup>49</sup> Secretário... (1997).

<sup>50</sup> Comerciantes... (1997a).

dos trabalhadores que lutava por ser feita a comemoração em um dia útil ao trabalho<sup>51</sup>. Em reportagem concedida à televisão, na década de 1980, o presidente do CDL também reconhece a feira como uma das grandes responsáveis pela atração comercial que Arapiraca exerce no interior alagoano<sup>52</sup>. O fato de, mesmo hoje, depois da saída da feira do Centro, o site da CDL<sup>53</sup> noticiar todas as vezes que há alguma mudança no dia da feira livre, devido a algum feriado, demonstra os benefícios que os lojistas ainda tiram do fluxo de pessoas que converge em dias de feira. O que ocorre é que a mesma ocasionava uma competição difícil de ser superada pelos lojistas, do contrário, a própria feira acabaria por inanição, sem a necessidade de forçar sua saída.

Da mesma maneira que o SEBRAE atualmente vem atuando com os empresários locais no projeto do Centro Novo, ele foi peça importante no processo de realocação da feira livre, pois, foi o responsável por elaborar o projeto de mudança da mesma. Podemos ver essa informação na matéria a seguir, além de mais detalhes da contínua oposição existente entre os lojistas e os feirantes:

[...] Atualmente [2001], a feira assume proporções alarmantes, uma concentração média de 100.000 pessoas ocupando todas as ruas do Centro da Cidade, fato que tem gerado muita insatisfação da grande maioria dos comerciantes, principalmente os mais capitalizados. A organização e modernização da feira livre de Arapiraca é um projeto do SEBRAE/AL e que está sendo desenvolvido em 17 Municípios. No caso de Arapiraca, este projeto foi solicitado pelo Programa Comunidade Ativa. Para o professor, pesquisador e folclorista Zezito Guedes, os maiores empresários de Arapiraca cresceram com a feira. O Clube dos Diretores Lojistas e a Associação Comercial são contrários a feira, alegando a questão da evasão de rendas, transtornos no trânsito e até sonegação de impostos por parte dos feirantes. Os empresários reclamam que os feirantes armam as suas barracas em frente de suas lojas e comercializam os produtos a baixo custo. “Eles não pagam os encargos sociais como nós”, afirma um comerciante instalado na Praça Marques da Silva (GONÇALVES, 2001, n.p. apud NUNES, 2011, n.p., grifo do autor).

Este Programa Comunidade Ativa, mencionado acima, é mais um exemplo da ação das forças externas que orientam o desenvolvimento capitalista nas regiões através do Estado brasileiro, impulsionando o crescimento de uma economia de mercado nos vários setores da sociedade. Em sua definição: “é uma nova estratégia para combater a pobreza e promover o desenvolvimento no país, um passo adiante na política social já desenvolvida pelo Comunidade Solidária” (BRASIL, [1999?], n.p.). Apesar de teoricamente os diagnósticos e levantamentos do programa serem elaborados pelas comunidades locais, o principal parceiro desde o início

---

<sup>51</sup> Entre... (1979).

<sup>52</sup> Arapiraca... (2016a).

<sup>53</sup> CDL (2020).

das atividades é o SEBRAE, que faz o direcionamento das discussões e encaminhamentos: “Lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em julho de 1999, o programa aposta no desenvolvimento local, integrado e sustentável como a saída para reduzir os problemas sociais e econômicos de localidades carentes” (BRASIL, [1999?], n.p.).

Isso implica na execução de propostas que põe em xeque as formas de comércio popular, seguindo para o caminho do “empreendedorismo”, isto é, exigindo se adequar à economia capitalista. Em Arapiraca, como viu-se, implicou a modelação do centro comercial da cidade, de modo a valorizar o grande varejo da cidade e, podemos dizer, tentar tirar o caráter “livre” da feira, isto é, colocando em um ambiente em que fosse mais fácil controlar, dividindo em setores, separando por ruas, por vezes, não conectadas etc.

Uma fala do presidente da FECOMÉRCIO e do SINDILOJAS de Arapiraca sobre o projeto Centro Novo, concedida, em 2017, à Agência Sebrae de Notícias, nos revela uma importante conexão com esse balanço histórico mais longo que fizemos, confirmando como, desde essa época, os empresários vem tentando moldar o centro comercial de Arapiraca de acordo com seus interesses:

“Há muitos anos que os comerciantes locais reivindicam essas mudanças, e temos acompanhado esse processo desde os anos 1990, quando o Sebrae já buscava trabalhar nesse sentido. Mais recentemente, em 2014, já com o projeto em andamento, participamos de uma visita na rua Vidal Ramos, em Santa Catarina, e vimos de perto algumas propostas que também cabiam no Centro de Arapiraca. Essa revitalização é necessária. A parte do Sebrae foi bem executada; agora, cabe ao município iniciar a parte física. Essa será a redenção do nosso comércio”, finalizou Wilton Malta (MACENA, 2017, n.p., grifo do autor).

Ficou evidente que o final da década de 1990 foi um período de muito dilema, sendo a mudança da feira um assunto bastante delicado na cidade. O debate aqui trazido nos possibilita perceber como foram sendo montadas as estratégias para conseguir concretizar esse projeto de organização do Centro, isto é, o modo como foi sendo feito o trabalho de convencimento da população e enfraquecimento da força de resistência dos feirantes em torno do tema.

Além de toda a narrativa social construída por anos na cidade, outra face desse discurso foi deixar a “democracia decidir”:

Uma das grandes discussões que hoje vem sendo realizada em Arapiraca é a mudança do local da tradicional feira livre da cidade. Os feirantes se movimentam para evitar essa possibilidade, que já foi tentada várias vezes por outros governos municipais. No entanto a decisão já foi tomada pelos atuais técnicos da PREFEITURA e para legitimar essa atitude, o governo do município estará realizando, em breve, uma pesquisa com os feirantes, comerciantes e o povo de Arapiraca (O DIÁLOGO..., 1997,

p. 2, grifo do autor).

Essa é uma narrativa que tem muito peso para ir vencendo a resistência, afinal, coloca-se agora os feirantes que se recusam a mudar contra a vontade da maioria da população e até de outros feirantes que também participaram e escolheram mudar. Não encontramos nas fontes disponíveis o resultado da pesquisa feita pela prefeitura, mas o próprio CDL se adianta e realiza, por sua própria conta, uma consulta. O resultado é noticiado como algo tão significativo quanto a própria pesquisa que o município ainda iria fazer:

O Clube de Diretores Lojistas de Arapiraca também realizou, na última semana, uma pesquisa para saber a opinião dos comerciantes e feirantes sobre a retirada da feira livre do centro da cidade. O resultado da pesquisa do CDL, feita com 307 entrevistados, indicou que a maioria dos negociantes é favorável a transferência da feira para o Aterro da Lagoa, desde que a prefeitura ofereça infra-estrutura no local. A pesquisa apontou que 42 comerciantes desejam se transferir para a Ceasa, enquanto que 22 pessoas não quiseram nenhuma mudança (PREFEITURA..., 1997a, p. 4)

Nos chama a atenção o fato de esse debate estar ocorrendo, já com “decisão tomada” sobre mudar a feira, sem nem sequer a prefeitura saber se vai alocá-la no Aterro da Lagoa ou se vai concluir o projeto da Central de Abastecimento: “Para Elimário Magalhães [Secretário de Indústria e Comércio], não existe nada definido quanto a data e o novo local, que pode ser na Ceasa ou no Aterro da Lagoa, para efetivar a transferência da feira e do mercado” (PREFEITURA..., 1997a, p.4). Isto reflete como, nesse período, o peso da classe dos empresários do varejo já se sobrepõe de maneira hegemônica na cidade. Revela-se um nível de organicidade tão expressivo que não nos espanta o fato de as próprias reuniões políticas para alinhar os trabalhos do Executivo com a base de vereadores da Câmara Municipal se darem na sede do CDL: “A bancada de vereadores que dão sustento ao governo de Célia Rocha se reuniram na sede do CDL, com os secretários. O objetivo segundo o vereador Jose Lopes era colocar a bancada do governo a par dos trabalhos da pasta” (LUNA, 1997a, p. 3).

Um documentário de 2003, que salvou importante registros de depoimentos orais de feirantes no último dia em que a feira funcionou no Centro da cidade, nos serviu de fonte para dar voz ao posicionamento das classes subalternas sobre esse acontecimento. Nas falas podemos ver tristeza e temor quanto ao futuro que os feirantes terão na nova área:

Já há quase um ano que nós vem sofrendo... porque a prefeita tirou daqui, botou pra ali, outro pra ali e saiu dividindo pra aqui e pra acolá, quer dizer... todos nós perdemos a maioria da freguesia, ficamos quase sem nada. Então agora já bota nós pra outro local, nós continua perdendo, e assim nós vamos ficando sem... sem ter nem o direito de arrumar boia. Na hora de votar nós somos bons demais, agora na hora de trabalhar pra ganhar nosso próprio pão, somos ruim. Mas é isso mesmo... quem manda é a

maioria e vamos lá, vamos ver o que é que dá<sup>54</sup>.

A fala expõe o descontentamento nas alterações que ocorreram na feira livre antes de ser alocada próximo ao mercado público. Já estava claro para eles que era uma mudança que atenderia aos poderosos da cidade. O final da citação em que vemos a fala “quem manda é a maioria” é um importante sinal de como aquele discurso de deixar a democracia decidir impregnou, mesmo a contragosto, nos feirantes como forma de convencê-los a se retirar para a futura área.

Perder a freguesia revela a quebra na tradição desse comércio na cidade, em que uma geração que sempre teve o costume de comprar os produtos que necessitava para passar a semana, quase sempre nas mesmas bancas, passa a não mais encontrar àquele vendedor com quem estava acostumada e não quer desloca para tão longe do Centro, ao local onde a mesma passou a se situar. Essa mudança de hábitos é perceptível na fala de pessoas que frequentavam a feira, da qual achamos interessante registrar um episódio que nos traz exatamente a vivência de duas gerações diferentes. Trata-se do relato de um neto que sempre acompanhava seu avô quando ele ia fazer a feira, logo após sacar o dinheiro da aposentadoria no banco:

Eu ia com o meu avô de manhãzinha pra rua e, depois que tirava o dinheiro no banco, ajudava a carregar as compras da feira. Toda vez ele tinha que comprar melancia, banana, essas coisas. Depois que a feira mudou, a gente tinha que andar até o Baixão, só pra comprar essas coisas e depois carregar de volta pro terminal, isso tendo o Unicompra do lado do banco. Até que um dia eu não queria tá trazendo esse peso todo e, chamei ele, “vamo aqui, vô”, ele “não meu filho, vamo lá no Mercado mesmo”, mas acabou entrando e passamos a comprar lá as coisas que ele queria. Depois daí, pronto, a gente ia poucas vezes pro mercado público (LIMA, 2019, n.p., grifos do autor).

A prefeitura também emplacou uma grande campanha de marketing para divulgar a mudança de local como algo bom para Arapiraca, como podemos ver nas propagandas divulgadas em rádios. Em um ritmo de xote, típico do Nordeste, e ainda trazendo um cantor famoso para gravar o comercial, o poder público se utiliza da melodia e jeitão nordestino como forma de cativar a população para o projeto, mas justamente para acabar com outra atividade tradicional, a feira livre:

Dominguinhos, você tá sabendo que a Feira de Arapiraca tá mudando de lugar?  
Ora se tá, dona Célia, e mudando pra melhor!  
**E se já era grande cada vez fica maior**  
**A Feira de Arapiraca tá mudando pra melhor (2x)**

---

<sup>54</sup> Transcrição do trecho do documentário “A última feira”, com a fala de José Batista, vulgo “Zé da Sinuca”. Cf. A última... (2003).

Vai ser mais organizada, com mais segurança  
 Essa feira tem tudo que há de bom na região  
 Vai ser melhor pra quem vende, pra quem compra,  
 Mais moderna, mais bonita  
 E mantendo a tradição.  
**E se já era grande cada vez fica maior**  
**A Feira de Arapiraca tá mudando pra melhor (2x)**  
 Ô... ô... ô...  
 Feira de Arapiraca... eita feirão!<sup>55</sup>

Mas à essa dissimulada propaganda da prefeitura, encontramos no improvisado da moda feita pelos tradicionais violonistas existentes na própria feira uma perfeita contraposição, mostrando esse processo sob uma outra face, aos olhos dos pequenos mercadores:

E fica no sofrimento é o pobre do feirante,  
 Trabalhando aqui bastante  
 Pra levar pra o aposento.  
 Todos têm conhecimento  
 Que a feira traz a riqueza,  
 Se acabando é uma tristeza  
 Esta feira verdadeira  
 Com a saída da feira  
 Quem mais sofre é a pobreza<sup>56</sup>.

O processo de imposição é também descrito em mais algumas falas de feirantes que relatam como a remoção da feira foi algo feito de cima para baixo, causando indignação nesses trabalhadores:

Como você vê aqui, comigo trabalha várias pessoas, né, a minha esposa, outras pessoas que nos ajudam e com essa mudança, com certeza, até desemprego vai haver. Porque o nosso emprego, o nosso trabalho, a nossa roça é isso aqui, é da feira. Nós aqui que somos feirantes, tamo sendo... praticamente saindo a força. A força porque... de maneira nenhuma ele deu ouvido a nossa voz, a nossa opinião. Nas reuniões que tinham, nós não podia optar em nada, até ficamos um pouco constrangidos, porque teve pessoas que trabalham com feira há mais de trinta anos e o secretário foi perguntar pra ele se ele entendia o que era uma feira. Quer dizer... uma pessoa que tem uma vida de trinta anos numa feira num saber o que é uma feira, quem é que vai saber? Ele é quem não vai saber, porque nós estamos na prática, na luta, no comércio, no dia a dia, nós sabemos o que precisamos melhorar numa feira, porém nunca nos deu ouvidos, quer dizer, o que prevalece é a vontade deles, é o que eles querem e nós não temos voz ativa nenhuma<sup>57</sup>.

O resultado é o que sabemos. A insatisfação dos feirantes não os levou a um nível de organização mais elevado ao ponto de construir um movimento pela manutenção da feira e de enfrentamento ao poder público, o que implicaria em ser também um enfrentamento ao

<sup>55</sup> Transcrição do comercial gravado pelo cantor e compositor Dominginhos (Idem).

<sup>56</sup> Transcrição de versos cantados por um violonista não identificado (Idem).

<sup>57</sup> Transcrição da fala de Delino Nunes da Silva (Idem).

ordenamento urbano promovido pela lógica capitalista, logo, uma luta local antisistêmica.

É preciso que compreendamos esses processos dentro de seu contexto histórico. Seria ilusão esperar que todo o grupo de trabalhadores, por sua condição de trabalhador, possuiria necessariamente consciência de classe e por isso organizaria uma luta conjunta contra o sistema de exploração, ainda mais num momento de desnorreamento dos indivíduos diante das aceleradas transformações da sociedade, em que temos um enfraquecimento dos projetos coletivos, como é na contemporaneidade.

O conceito de classe social com o qual trabalhamos possui um debate complexo dentro do marxismo, não sendo de forma alguma engessado, afinal: “as classes sociais não são grupos empiricamente delimitáveis em qualquer tempo e espaço, nem simplesmente conjunto de indivíduos localizáveis numa posição específica no processo de produção material da sociedade” (GALASTRI, 2014, p. 43). Quando Marx faz o debate sobre a situação dos camponeses na França, em sua obra sobre o golpe de Estado de Napoleão III, temos noção do sentido econômico e também político que este conceito possui, isto é, a “classe em si”: os indivíduos que formam uma classe social, dado o espaço que ocupam na esfera da produção econômica; e a “classe para si”: a organização de um projeto político posto por uma classe social para o conjunto da sociedade:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõe o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura ao das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 2008, p. 116).

Nesse sentido, Thompson (2011, p. 10) adverte que:

a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Gramsci também nos ajuda muito a refletir os debates políticos e também históricos que envolvem essa questão. Ao pegarmos o conceito de sociedade civil, muito bem resumido por Montaño e Duriguetto (2011, p. 45, grifo dos autores): “*A esfera da sociedade civil é a esfera*

*das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento*”, podemos compreender melhor todo esse processo que estudamos. A classe dominante controla a política, nesse contexto, há uma relação de hegemonia (direção intelectual e moral) construída através de consenso. Isso implica em casos como esse em análise, em que as classes populares são submetidas aos projetos propostos pelas elites, algo que faz parte da dinâmica dos grupos subalternos:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na narrativa histórica desses grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este encerra com sucesso (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Essa ampliação no entendimento sobre as classes sociais que formam a sociedade nos permite corroborar nossa hipótese de que, na prática, é a luta de classes que constroem cotidianamente a cidade. Afinal, a forma de reprodução do capital implica em relações sociais cotidianas, sejam elas econômicas, políticas, culturais, étnico-raciais ou de gênero. Cada forma de resistência, resulta em novas formas de dominação, o que implica dizer que a reprodução cotidiana, tanto das elites como das classes sociais subalternas, são uma face da própria luta de classes intrínseca ao capitalismo, que pode ou não evoluir para uma luta de classes no sentido político que foi explanado.

O distanciamento no tempo nos permite fazer análises mais profundas de cada ação ou acontecimento que ocorrem na sociedade e, assim, vemos a cidade sendo construída. Sem esse trabalho, nos restaria contar a história dos tijolos que a formam. Talvez isso até fosse agradável a determinados interesses políticos, mas preferimos ir além. Justamente por isso, é importante destacar as formas de resistência dos oprimidos, diante dessas relações de dominação que encontramos. E há outras maneiras de identificar a resistências desses setores para além de embates diretos.

Como vimos, é mais concretamente a partir da década de 1980 que há pressão por parte do poder público em retirar a feira do Centro. O longo período que levou até a concretização desse feito, as tentativas frustradas como provisoriamente ocorreram no início dos anos de 1990 quando parte da feira foi estabelecida no Aterro da Lagoa, sem qualquer estrutura<sup>58</sup>, demonstra a temeridade dos dirigentes políticos em forçar uma saída desorganizada, diante do caos social

---

<sup>58</sup> Arapiraca... (2016b).

que isso geraria. Foi preciso anos de planejamento, replanejamento e principalmente convencimento coletivo, para finalmente conseguir o objetivo de remover o comércio popular da área central, transferindo para outro local, em uma área que, inclusive, é divisa entre o Centro e um dos bairros mais pobres de Arapiraca, o Manoel Teles, talvez já como uma forma de limitar o acesso dessa comunidade ao comércio principal, de modo que tudo que precisavam poderiam obter na própria feira.

Os ambulantes que persistiram no Centro com seus carrinhos, montando pontos fixos são uma face dessa resistência das classes subalternas aos ditames das classes dominantes. As várias ações de fiscalização demonstram como o controle do espaço urbano é escorregadio, sempre fugindo as amarras que tentam ser impostas. Quando o nível de perseguição chega a níveis mais extremos, a partir de 2014 (já com o planejamento do Centro Novo), esses trabalhadores veem a necessidade de se organizarem, fundando uma Associação:

O presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes Livres de Arapiraca (Aval), José Cícero dos Santos Amorim, revela que a estruturação da entidade e as recentes conquistas fazem parte de um trabalho que vem sendo realizado, desde novembro do ano passado, pelos trabalhadores autônomos.

[...]“Gostaria de frisar com todas as letras que essa é uma conquista própria dos trabalhadores. Não aceitamos que pessoas alheias ao nosso movimento queiram tirar proveito político de uma luta que é de toda uma categoria”, declarou o presidente da associação, que já possui CNPJ e estatutos próprios.

[...]“Sempre estivemos mobilizados e, agora, muito mais com as nossas conquistas. Vamos continuar unidos em defesa do direito ao trabalho digno, por uma sociedade mais justa e livre exercício do trabalho sem exploração”, completou o presidente. (PRESIDENTE..., 2015, n.p., grifos do autor).

Percebemos falas com teor classista, certamente fruto do processo de luta e contato com outras forças políticas na cidade que fazem esse recorte e colaboraram no processo de criação da AVAL. Por outro lado, vemos como o Estado já tenta cooptar esse processo de luta: “José Cícero dos Santos Amorim disse que, após a parceria com a Prefeitura de Arapiraca, com a entrega dos coletes de identificação e da sede da entidade, o próximo passo agora será uma capacitação profissional com apoio da Casa do Empreendedor e Sebrae” (PRESIDENTE..., 2015, n.p.). A prefeitura passa a ter um maior interesse em estreitar as “parcerias” com a associação, ou seja, à medida que o poder público começa a ceder às demandas por espaços para montar pontos fixos e também a se responsabilizar por entregar os coletes aos ambulantes cadastrados (obviamente como forma de tentar manter o controle e fazer cooptações, já que agora estão organizados e não mais atuando individualmente), evidencia-se que houve um reconhecimento do poder alheio.

Mas o poder público continua a tentar fustigar o processo de luta, colocando que a AVAL não aumente mais o número de sócios, pois, não haveria vagas suficientes no Centro para todos e, inclusive, tentando criar uma oposição entre os próprios comerciantes, criando categorias como: ambulantes cadastrados e não cadastrados, em que as ações de repressão teriam justamente o objetivo de valorizar os primeiros, tentando os fazerem se sentir contemplados:

A Prefeitura de Arapiraca, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, deu início nesta semana ao reordenamento do Centro Comercial de Arapiraca. As ações serão realizadas em etapas.

Neste primeiro momento, o reordenamento dos ambulantes está sendo direcionados para a Avenida Rio Branco e Rua Anibal Lima, locais de grande fluxo de pessoas e veículos.

A ação tem o objetivo de minimizar o comércio clandestino de mercadorias, **valorizar os ambulantes cadastrados no Município** e melhorar trânsito de pessoas e veículos pelas ruas, promovendo a acessibilidade (ARAPIRACA, 2019a, n.p., grifo nosso).

Esse processo de luta continuará ao longo dos anos. Como vimos, a oposição de interesses entre lojistas e ambulantes não são passíveis de conciliação, cujos resultados poderemos acompanhar em breve, principalmente quando as obras do shopping a céu aberto realmente começarem. O que não implica dizer que um novo reordenamento urbano não seja pensado para outros pontos do Centro, fechando novamente o cerco para esses vendedores.

#### 4 EXPANSÃO URBANA E INTERESSES DE CLASSE: OS CONFLITOS SOCIAIS ENVOLVENDO O LAGO DA PERUCABA

Iniciamos esse capítulo com mais algumas descrições do Lago da Perucaba, mas focando nos objetos que serão ponto de partida para as análises realizadas aqui.

Na parte sul do Lago, há uma comunidade de pescadores. São alguns barracos feitos de variados materiais como taipa e madeira onde residem os moradores e é guardado material para a pesca; ali também há canoas e gaiolas usadas como criatório para peixes. Bem próximo a essa simples comunidade, na margem sudoeste, um imponente empreendimento imobiliário produz um contraste nesse espaço: o Perucaba Bairro Planejado. Esta obra consiste em dois empreendimentos: o Reserva Perucaba e o Jardins Perucaba, ambos de alto padrão, mas sendo o segundo mais “acessível”, cujas mensalidades dos lotes mais cômodas ultrapassam seiscentos reais<sup>59</sup>, o que já delimita o estrato social que consegue acesso ao projeto.

É o primeiro bairro planejado de Alagoas como seus divulgadores fazem questão de anunciar<sup>60</sup>, mas na verdade está sendo construído em uma área não planejada, pois o Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca (PDMA) classifica as proximidades do açude como uma Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), como vemos no texto legal:

Art. 77. São Zonas Especiais de Patrimônio Ambiental porções do território **destinadas à proteção e recuperação do patrimônio ambiental natural e do patrimônio ambiental cultural**, onde qualquer intervenção será objeto de análise especial, conforme quadros 4 e 6 em anexo.

§ 1º. - Para fins desta Lei, as Zonas Especiais de Patrimônio Ambiental Natural ZEIA PN dividem-se em:

I - **ZEIA PN A – Zona de Preservação Permanente;**

II - ZEIA PN B – Zona de Manejo.

§ 2º. Para fins desta Lei, as Zonas Especiais de Patrimônio Ambiental Natural localizam-se:

I - ZEIA PN A1 - Remanescentes de Mata Atlântica na Serra do Ferreira e área da Bananeira;

II - **ZEIA PN A2 - Vegetação entorno Açude DNOCS;** do Riacho Seco, Rio Piauí, Rio Perucaba, Rio Coruripe e afluentes; e Nascentes; (ARAPIRACA, 2006, p. 33, grifos nosso).

Na mesma situação, na margem norte, encontram-se dois outros empreendimentos igualmente luxuosos, o Riviera do Lago<sup>61</sup>, com uma área loteada de quase 500 mil metros

<sup>59</sup> Valores na época da pesquisa, que podem ter variado com o tempo.

<sup>60</sup> Urbis Perucaba Empreendimentos (2019).

<sup>61</sup> Residencial Riviera do Lago (2019).

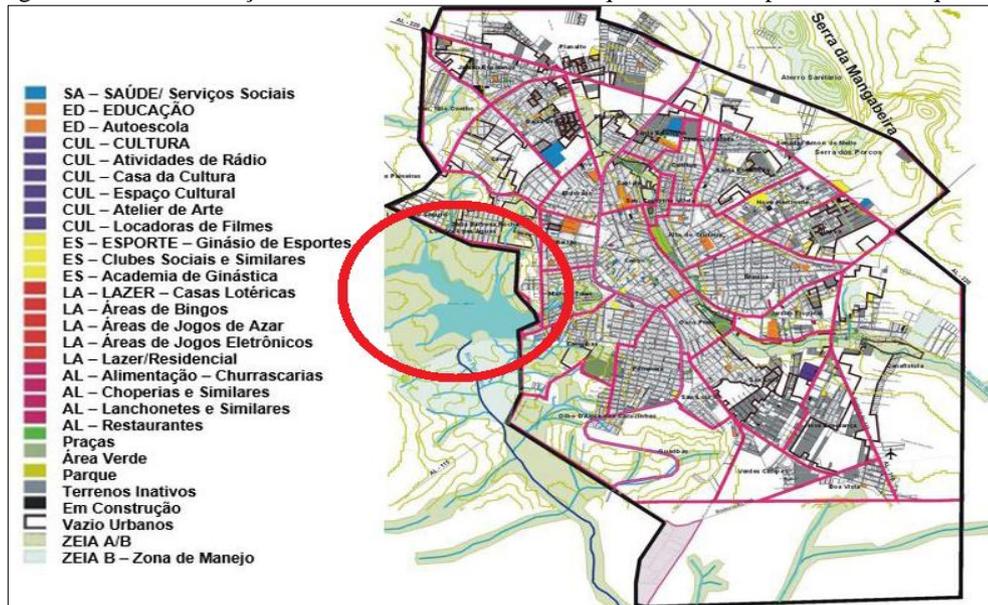
quadrados e mais de 500 lotes cujos menores possuem uma área de 300m<sup>2</sup>, porém esse com o intuito de ser um condomínio fechado, e o Condomínio Empresarial Zona Sul com 70 mil metros quadrados. Como nos valem do Plano Diretor para essa análise, seria interessante entendermos melhor o que o mesmo significa e qual o arcabouço legal que possui.

Sendo uma previsão contida na constituição de 1988, obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes conforme seu art. 182 (BRASIL, 1988), sua regulamentação se deu com a aprovação da lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) que estabeleceu o prazo de 30 de junho de 2008 como a data limite para todas as cidades que se enquadrem nos critérios da lei aprovarem seus planos diretor municipais (BRASIL, 2001). Em Arapiraca essa lei foi elaborada durante o ano de 2005 e promulgada em janeiro de 2006, seu Art. 2º traz claramente o objetivo que é esperado para a especificidade desta matéria legislativa: “Art. 2º. O Plano Diretor abrangendo a totalidade do território municipal é **o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano**” (ARAPIRACA, 2006, p. 06, grifo nosso).

A experiência desse caso, porém, evidencia que o que vem ocorrendo na cidade é uma inversão da lógica de planejamento urbano. O principal instrumento regulador da política de desenvolvimento urbano não é a legislação, mas o poder econômico. É ele quem delimita os limites e subdivisões das áreas urbanas, rurais, das destinadas à proteção do patrimônio ambiental, ao povoamento residencial, construções industriais etc.

Como podemos ver nas ilustrações a seguir, não são os particulares que estão se adequando ao planejamento legal, mas ao contrário. A Figura 26 representa a primeira ilustração cartográfica de equipamentos urbanos em Arapiraca do Plano Diretor de 2006 em que podemos ver também as áreas classificadas como ZEIA em verde-claro das quais destacaremos em círculo o entorno do açude público.

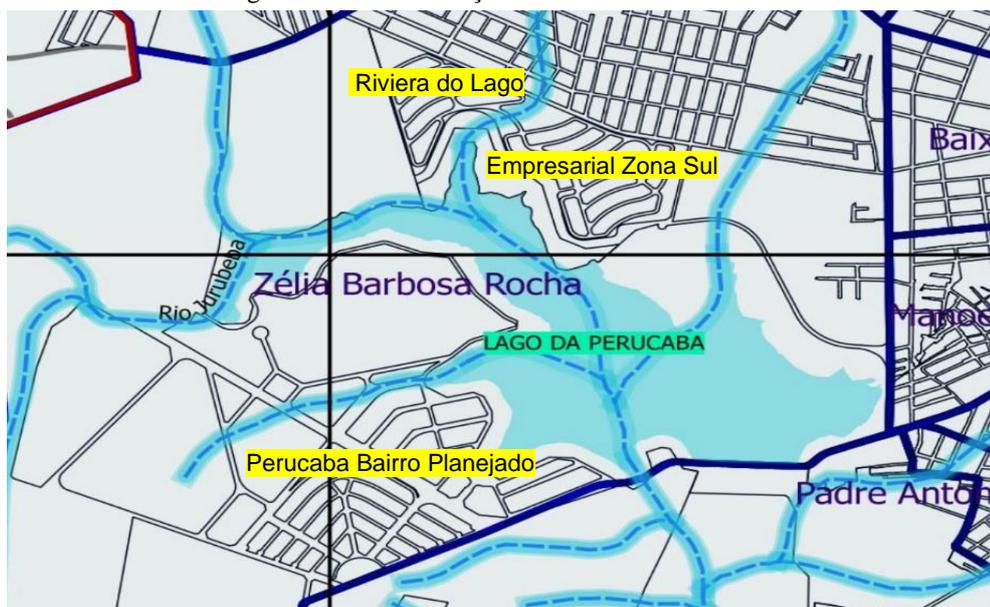
Figura 26 - ZEIA do Açude do DNOCS em 2006. Destaque em círculo para a área em questão



Fonte: Arapiraca (2006) (Adaptado), sem escala.

A Figura 27 é uma versão atualizada datada de 2016. Foi elaborada para a atualização do PDMA que completara 10 anos, período máximo de tempo recomendado pela legislação para haver uma reavaliação do mesmo, porém, essa atualização ainda hoje não se concretizou. Na nova representação cartográfica iremos destacar o mesmo local de 2006 (mas em azul-claro) como forma de compararmos o que mudou nesse local 10 anos após a aprovação do Plano Diretor quanto ao crescimento urbano e a delimitação da área de proteção ambiental:

Figura 27 - ZEIA do Açude do DNOCS em 2016



Fonte: GeoArapiraca (2016) (Adaptado), sem escala.

A partir dessas imagens podemos constatar como a ZEIA que engloba o açude do DNOCS foi reduzida no remapeamento de 2016. Uma área que chegava a quase 2km em alguns pontos a partir da margem do açude, restringe-se agora apenas a faixa de contorno do mesmo. A maior parte da área explicitamente taxada no quadro 06 do Plano Diretor como *non aedificandi* foi tomada pelo Bairro Planejado, pelo Residencial Riviera do Lago e pelo o Condomínio Empresarial Zona Sul, ou seja, eles que se tornaram o vetor de delimitação do espaço que deve ou não ser destinado à preservação do patrimônio ambiental natural.

O fato de ainda não ter havido revisão do PDMA evidencia a complexidade do tema, porém não se descarta os fatores políticos/burocráticos advindos com a mudança de gestão na prefeitura, pois, se percebe que estudos técnicos preliminares iniciaram (como o mapa da Figura 27, além de outros existentes e da realização de audiências públicas<sup>62</sup>), mas não progrediram, apenas recentemente iniciou-se uma reorganização interna para a revisão técnica do mesmo<sup>63</sup>.

Devemos aproveitar o ensejo para chamar atenção para um fato importante. Na elaboração de um projeto como este há uma predominância de atores técnicos, isto é, engenheiros, arquitetos, geógrafos etc., o que inclusive pode demonstrar o quanto se avança em determinadas áreas e em outras apresenta limitações, como é o caso de Arapiraca, conforme observa Nardi (2010), ao demonstrar as deficiências da lei quanto a questões como habitação e planejamento econômico:

Em realidade, constatou-se uma forte predominância de arquitetos e urbanistas na formação da equipe que elaborou o plano em Arapiraca. Representaram 5 dos 14 membros da equipe técnica, que ainda incluiu dois engenheiros, sendo um civil. As duas consultoras e as duas redatoras também eram arquitetas e urbanistas, duas delas especialistas em meio ambiente (assunto que ocupa 33 artigos). Não se verificou a presença de um economista, sociólogo, pedagogo, empresário. (NARDI, 2010, p. 114).

Não duvidamos da competência e das melhores intenções desses profissionais responsáveis pelos estudos e elaboração do texto legal, porém, parece que o que foi sistematizado a partir de um longo estudo não consegue ir muito além do papel. A dimensão ideal da lei, por mais que esteja embasada em critérios vindos de estudos técnicos corretos, ao se chocar com a realidade do mundo material se mostra ineficiente, ao menos para a maioria das situações em que há uma relação de força. Afinal, seria muito drástico de nossa parte chegar ao ponto de afirmar que todo o PDMA é alheio ao contexto arapiraquense; estamos nos

---

<sup>62</sup> Arapiraca (2016).

<sup>63</sup> Gonçalves (2019).

referindo ao aspecto da área abordada nesta pesquisa e para outras conclusões caberia fazer avaliações em relação aos demais espaços da cidade, apesar de já haver pesquisas específicas que também fazem alguns apontamentos nesse sentido<sup>64</sup>.

Mas afinal o que ocorre? Temos estudos técnicos para a realização de um amplo diagnóstico urbano (com avanços e limitações em certas áreas, como discutido), para assim ser feito o planejamento regulatório do crescimento da cidade, todavia isso não reflete a dinâmica que a cidade toma, como nesse caso concreto.

No final, a dificuldade em encontrar uma resposta convincente para esse fenômeno e não se limitar à óbvia constatação de que “a lei não está sendo seguida” (o que na verdade não explicaria muita coisa já que, mesmo tratando-se de uma constatação empírica, se observou, como será demonstrado, que é apenas uma das aparências do fenômeno e não de sua essência), se deve a um erro inicial relacionado ao que se tem como ponto de partida para nortear a pesquisa, qual seja, encarar como “regra” o texto legal e o que acaba se constatando em divergência ao mesmo ser visto como atípico. Se a materialidade das coisas não reflete bem a lógica da lei, talvez o problema esteja na própria lei, então, por que encará-la como o modelo? Esse aspecto mostra-se falso, e o ponto de partida deve ser outro se quisermos ir além das limitações que os tipos ideais possibilitam.

Como vai explicar Gramsci (1999) ao refletir sobre as investigações históricas feitas por Marx, é preciso ter algumas cautelas na análise da sociedade, uma delas vem bem a calhar quanto ao tipo de documento que estamos utilizando. É certo que a política é um reflexo do desenvolvimento da estrutura social, dentro do debate já consagrado da relação estrutura e superestrutura, porém, é uma tendência que não necessariamente se realiza de forma mecânica. Nem todo ato político é determinado pela estrutura, o materialismo histórico científico precisa levar em conta as contradições sociais e não encarar tudo como uma determinação, sendo esse ponto de vista taxado pelo autor como “materialismo histórico mecânico”. A partir desse entendimento, o conceito de “erro” trabalhado por Gramsci é bem interessante para essa

---

<sup>64</sup> Mota (2015) analisa a efetividade dos instrumentos urbanísticos do PDMA. Conforme o mesmo, apesar de ser bem redigido, trata da maioria das questões urbanísticas de forma genérica, não havendo normatização jurídica que garante a sua eficácia, “apesar de ter sido desenvolvido em um processo participativo, com o notório engajamento dos responsáveis pela sua elaboração, está sendo mais um plano fadado ao engavetamento, assim como muitos outros criados no Brasil em épocas anteriores” (Idem, p. 87). Santos (2017) também aborda o Plano Diretor municipal em relação as suas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), segundo a autora: “as ZEIS estão localizadas afastadas do centro da cidade e não recebe nenhum dos direitos previstos no PDMA, excluindo ainda mais do contexto da cidade os seus habitantes” (Idem, p. 82).

explicação:

se deduz que um determinado ato político pode ter sido um erro de cálculo por parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, através das “crises” parlamentares governamentais das classes dirigentes, corrige e supera: o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erro, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura, imediatamente, isto é, como reflexo de uma real e duradoura (no sentido de adquirida) modificação da estrutura. O princípio do “erro” é complexo: pode se tratar de um impulso individual motivado por um cálculo errado, ou também de manifestação das tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar.

[...]Não se leva suficientemente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade. (GRAMSCI, 1999, p. 239, grifos do autor).

Encarando a lei no sentido de um ato político como apontado acima, temos a mesma como uma superestrutura que deve ser vista como reflexo da estrutura material, mas não como algo inteiramente autêntico à realidade. Pode se tratar (como é este o caso) de uma tentativa de organização social que busca dar conta da sociedade, mas não consegue a não ser em questões pontuais.

Por se tratar majoritariamente de uma lei que trata de conceituações, princípios e objetivos, vamos encontrar obviamente suas repercussões na esfera administrativa que, por sua vez, também gerencia o cotidiano local; afinal, temos a clareza que a mesma enquanto tentativa de organização social pressupõe uma necessidade para essa organização, mas talvez a própria forma como surge uma lei do tipo “plano diretor” tenha razões que vão além de si mesma, também possuindo, portanto, uma origem histórica que precisa ser investigada.

O que queremos concluir é que para compreender o fenômeno estudado ter como ponto de partida a legislação pode causar uma visão entrópica, já que ela mesma é resultado e não origem. Sendo coerente à linha marxiana que seguimos, vamos ter novamente como ponto de partida a sociedade e o aparato jurídico deve ser encarado como uma dimensão importante que se origina da mesma e que, de várias formas possíveis (dialeticamente), também vai interferir nela. A legislação como fonte para o historiador é algo existente desde os princípios da história enquanto ciência, só devemos estar atentos às limitações da mesma, ou a dimensão do “erro” como acabamos citar em Gramsci, quanto à capacidade de ela demonstrar como a realidade é, pois, a própria lei já pode estar na sua concepção deformada ou condenada à ociosidade, e o porquê disso se encontrar na sociedade que a criou, sendo ela uma boa fonte de pistas para essa investigação.

Assim, se o PDMA em vários aspectos não foi aplicado, é por meio de dois caminhos (não necessariamente separados) que vamos encontrar uma resposta para isso: o primeiro deles é entender o que estruturalmente motiva a necessidade de uma lei como esta em nossa sociedade; e o segundo é, seguindo as etapas do processo dialético, analisar como uma superestrutura surgida a partir de uma determinada necessidade social (e aqui queremos acrescentar a dimensão global da forma da sociedade capitalista) vem a interferir (ou não interferir) no modo como a sociedade se reproduz cotidianamente. Analisaremos esses dois pontos nos subtópicos seguintes.

A partir desse referencial, lembrando também que o método materialista é “histórico”, precisamos recorrer a uma análise histórica desses dois aspectos, tanto a nível local (Arapiraca), como a nível geral (sociedade capitalista como um todo) para compreender essa conjuntura.

Percebe-se que nosso objeto de estudo que num primeiro momento aparenta ser bem restrito: a dinâmica social que envolve o Lago da Perucaba, vai se tornando mais abrangente. Agora já não estamos mais falando apenas de uma área específica de Arapiraca, mas como vem sendo concretizado o crescimento da cidade como um todo. A cada vez que delimitamos um novo espaço, mais se torna imperativo para a compreensão do mesmo a dinâmica mais ampla em que ele está inserido, assim como buscar um enraizamento mais profundo na história. A forma como trilhamos esse caminho está diretamente ligada à perspectiva de pesquisa que se adota, a de encarar os fenômenos sociais como uma totalidade, então o percorreremos fazendo sempre a maior mediação possível com a conjuntura mais geral, de forma a tornar os resultados obtidos mais satisfatórios, evitando também adentrar nos infinitos temas secundários possíveis que uma hora ou outra se manifestam.

#### **4.1 Contexto de planejamento urbano de Arapiraca**

A elaboração do Plano Diretor de Arapiraca se inscreve num contexto mais amplo de planejamento urbano pelo qual a cidade estava passando. Novamente isso é um reflexo nacional da política em torno, principalmente, do Ministério das Cidades e do Meio Ambiente do primeiro Governo Lula, mas sem deixar de considerar as influências de outras áreas como a do Ministério da Fazenda através do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal

dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Além disso, temos os debates internacionais que ocorrem desde a Eco-92 e da Habitat II em 1996, cujas metas já estavam em atraso no país. A presença de tais elementos é perceptível ao observar que o PPA de 2002-2005<sup>65</sup> passa por diversas atualizações, sendo incluído, por exemplo, nas duas modificações ocorridas nos meses de dezembro de 2002 e 2003, metas relacionadas ao desenvolvimento institucional contemplando e utilizando recursos do PNAFM<sup>66</sup>, ou seja, adequando o planejamento local aos novos ares que vêm de Brasília.

Desse contexto nós temos localmente não só o Plano Diretor Participativo de 2006, mas, em 2004, a sistematização em um documento da Política Municipal de Habitação e, em 2008 a finalização da Agenda 21. São três projetos que tiveram uma elaboração conjunta, como vemos na descrição da construção da Agenda 21 de Arapiraca (ROMÃO et al., 2008), e contaram com financiamento federal.

Em síntese o que podemos falar desses documentos? Assim como o PDMA, os outros dois são de ótima qualidade técnica, realizando diagnósticos aprofundados de Arapiraca, porém sua eficiência enquanto atores de transformação é muito restrita; também podem ser tratados como fontes para uma ampla possibilidade de análises, algumas das quais exploraremos a seguir.

A Política Municipal de Habitação de Arapiraca (PMH) traz um diagnóstico da situação habitacional a partir de um levantamento de dezembro de 2000 do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Arapiraca (PEMAS). É o primeiro estudo técnico amplo que permite enxergar as condições sociais e de infraestrutura do espaço urbano de Arapiraca em regiões específicas. Em uma rápida análise, percebe-se que pode ser muito útil para orientar um estudo histórico da formação da cidade em relação ao que mudou nesses quase 20 anos e também como marco para voltar às décadas anteriores, analisando como as coisas chegaram em tal estado.

Os critérios classificatórios usados para o levantamento da precariedade habitacional em Arapiraca foram: situação de risco, número de famílias, infraestrutura existente, situação fundiária, necessidade de remoção, grau de organização da população e ocorrência de

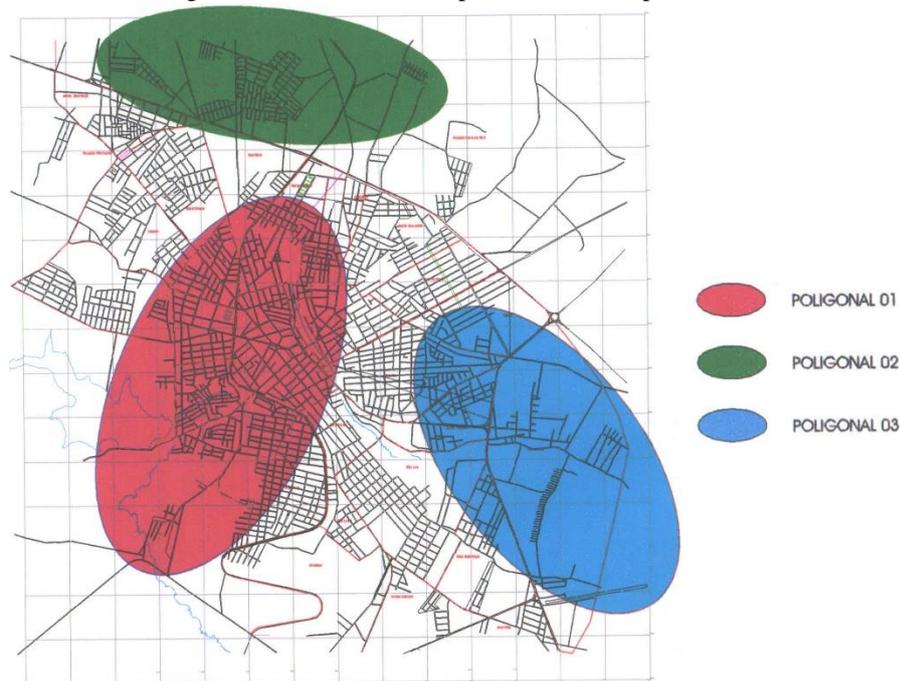
---

<sup>65</sup> ARAPIRACA (2001).

<sup>66</sup> Arapiraca (2002, 2003).

intervenções urbanas no entorno. Naquele momento, o resultado foi o levantamento da existência de 10 assentamentos subnormais, incluindo neles a existência de duas favelas (ARAPIRACA, 2004). Isso na prática significa uma área que abrange a maior parte da zona urbana, que foi dividida em três polígonos como forma de mapeamento para um melhor conhecimento dos locais e planejamento de ações governamentais, formando uma visão panorâmica bem interessante da cidade como podemos ver a seguir:

Figura 28 - Assentamentos precários em Arapiraca



Fonte: Arapiraca (2004, p. 20) (Adaptado), sem escala.

Cada polígono representa uma área muito grande, comportando vários bairros, assim, qualquer análise mais minuciosa a ser realizada se torna bastante densa para ser desenvolvida dentro dos limites deste trabalho. Porém, algumas conclusões para os objetivos desta dissertação podem ser tiradas, a partir da representação visual desse mapa.

A poligonal 01, por ser mais próxima ao centro da cidade, foi alvo de obras de urbanização como o Lago da Perucaba e o Bosque das Arapiracas, em que famílias carentes dessas áreas foram removidas, enquanto na extremidade mais afastada dessa mesma área e na poligonal 02, tão distante do Centro quanto essa região, acabaram sendo o local de construção dos loteamentos de interesse social da cidade. Apesar da poligonal 03 não ter recebido loteamentos de interesse social (ou assim classificados), as características da forma de ocupação das áreas habitadas são muito semelhantes, onde também se formou uma favela, o “Valetim”, a partir da década de 1990, fruto da doação de terrenos por políticos locais a moradores de baixa

renda em troca de votos, algo amplamente denunciado na época<sup>67</sup>, mas ainda é atualmente uma região com muitos vazios urbanos cuja ocupação começa a se acelerar.

Há também levantamentos mais minuciosos como a quantidade de cortiços existentes, classificados como: “edificações irregulares de propriedade particular, não prevista na legislação urbanística, construídas para exercer a função de moradia de aluguel, em terrenos onde normalmente o proprietário reside na frente ou no entorno” (ARAPIRACA, 2004, p. 24), sendo um total de 164, onde residiam 616 famílias, totalizando mais de 3 mil pessoas. A média de ocupação era de 5,2 pessoas por domicílio, 91% não possuíam saneamento, e os bairros onde mais havia concentração dessas moradias, apesar de estarem bem distribuídos pela cidade, eram Brasília com 27,77% e Alto do Cruzeiro com 20,37%; a média do aluguel era 45 reais (ARAPIRACA, 2004), valor alto para a época, cujo salário mínimo estava em 260 reais (DIEESE, 2020). O que queremos mostrar ao expor essas informações não é fazer uma citação aleatória ou apenas deixar a fonte falar por nós, mas sim dar destaque à profundidade do estudo técnico, comparado a outras bases de dados para informação. Enquanto o levantamento municipal chega a estimar o déficit habitacional de Arapiraca em 14.670 habitações, os indicadores nacionais, sob responsabilidade da Fundação João Pinheiro (FJP), apresentam um descompasso muito grande, pelos quais a estimativa para o ano 2000 foi de 6.288 habitações (FJP, 2005), bem menos da metade do que localmente foi percebido.

Os critérios utilizados no levantamento da PMH foi a soma “da necessidade de reposição de moradias pela sua precariedade (Polígonos de Habitação Precária) com o número de famílias que vivem nos cortiços, e mais a população não atendida (famílias conviventes)[...]” (ARAPIRACA, 2004, p. 27-29); isso resulta na “soma da diferença entre o total de domicílios e o total de domicílios particulares permanentes com o número de unidades alugadas, cedidas e outras situações” (ARAPIRACA, 2004, p. 29). Os critérios para o cálculo da FJP aparentam ser os mesmos em termos qualitativos, sendo bem parecidos com os utilizados pelo município:

Para o cálculo, considera-se integrante do déficit habitacional qualquer domicílio no qual se encontre uma das quatro situações: habitação precária (domicílios improvisados ou rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel (famílias com rendimento de até três salários mínimos e gasto superior a 30% da renda familiar) ou adensamento excessivo de moradores em imóveis alugados (mais de três moradores por dormitório). (FJP, 2018, n.p.).

Porém, como vimos, são resultados bem diferentes, só um estudo mais técnico dos dados

---

<sup>67</sup> FALTA... (1998).

estatísticos poderia explicar essa divergência, mas essa tarefa é algo que caberia ao campo da demografia e não vamos realizá-la aqui.

É um debate difícil determinar qual a informação “mais verídica” entre dados amostrais diferentes, uma vez que “Os dados demográficos e suas fontes serão tão mais próximos à realidade quanto maior for a sua disponibilidade, a sua regularidade (frequência) e sua qualidade (abrangência)” (MAGALHÃES, 2015, p. 25). Infelizmente não temos uma periodicidade deste levantamento municipal em outros anos, ao menos não sistematizada em um documento como este, uma vez que as informações provavelmente estejam dispersas nos setores da Administração Pública. Todavia, apesar de faltar a característica da regularidade para as informações da PMH, esse estudo, como explanado, mostrou ser mais abrangente em adentrar no contexto social urbano de Arapiraca que o da FJP, nos parecendo ser confiável quanto as suas informações uma vez que também foi usado como base para programas federais de habitação como o Habitar Brasil BID (HBB).

Isso não implica dizer que os dados da FJP devem ser descartados, afinal é o principal instrumento utilizado no país e sua periodicidade acompanha os censos do IBGE. Por eles, apesar de vermos que podem refletir um panorama bem diferente das reais condições, é possível ter uma imagem da cidade como um todo.

Além dessa dimensão técnica, não podemos deixar de notar a dimensão ideológica contida no documento. Muito bem é retratado que as políticas públicas “até então” são ineficientes quanto ao disciplinamento do crescimento urbano da cidade, além disso ou como consequência disso, identifica que:

O tecido urbano de Arapiraca hoje bastante fragmentado, com grandes vazios urbanos, contribui para o aumento da divisão social, ao excluir e afastar em direção às áreas periféricas, quase sempre sem infraestrutura, sem transporte e equipamentos sociais urbanos as famílias de mais baixa renda (ARAPIRACA, 2004, p. 10).

O mesmo documento espera “que até o final de 2005, tenhamos diretrizes, objetivos, normas e regulamentos para construir a cidade que queremos tendo como princípio uma cidade para todos, e não para alguns” (ARAPIRACA, 2004, p. 12), para logo após colocar dúvida sobre as próprias afirmações ao reconhecer que isso não é suficiente para resolver a problemática de urbanização de Arapiraca e que os resultados (aplicação ou não de suas orientações pelos gestores) serão uma história a ser contada pelas gerações futuras.

Bom, não é preciso esperar pelas gerações futuras, a própria geração que vive o momento de vigência dessas políticas públicas já é capaz de contar a história sobre aonde elas estão chegando. Afinal, o que há de mudanças no contexto habitacional da cidade? Sabemos que há vários aspectos que podem ser analisados a partir dessa indagação, como quantidade e qualidade das moradias, distribuição espacial, serviços públicos a que esses locais têm acesso etc. Cada um deles merecia um cuidado especial e aprofundado, mas é preciso evitar esse desvio para respeitar os limites desta pesquisa, o caminho que percorremos agora é em direção ao macro, isto é, realizar um diagnóstico geral que possa proporcionar uma visão mais distanciada de Arapiraca para que os fenômenos mais específicos possam melhor ser compreendidos no contexto.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de expor um outro dado que é trazido pela FJP e não disponível no documento local: a quantidade de domicílios desocupados, um fator importante para o debate sobre como a função social da cidade está sendo cumprida. Se, como vimos, no ano 2000 o déficit estimado para Arapiraca era de 6.288 domicílios, a quantidade de imóveis residenciais vagos era de 6.193 (FJP, 2005). Já em 2010 o déficit habitacional subiu para 7.377 e a quantidade de domicílios vagos ultrapassa agora o número de famílias que necessitam de casa, com 7.493 moradias (FJP, 2013). É um crescimento de 17,31%, enquanto o crescimento populacional para o mesmo período foi de 14,76% (IBGE, 2000, 2010), o que mostra um agravamento além de ser um reflexo local da falha da política nacional de habitação.

Voltando ao debate anterior, antes de tirar algumas conclusões a respeito da dimensão ideológica que acabamos de expor, podemos aproveitar o momento para abordar esse aspecto em outra produção bastante difundida na cidade, encontrada em praticamente todas as bibliotecas das escolas municipais e que fomentou vários projetos envolvendo a sociedade.

A Agenda 21 de Arapiraca, documento que levou quase 10 anos para sua elaboração (já que o próprio documento reivindica como data de início dos debates o ano 1999, contudo só efetivamente tornando projeto em 2004) é uma longa carta de intenção. Registra os anseios da população que participou dos fóruns de discussões para a “cidade do futuro”, no qual a palavra que impera é “sustentabilidade”. As metas não são nem um pouco modestas como podemos ver na Estratégia 09 – Redução das desigualdades sociais:

**CURTO PRAZO:** nos próximos 05 anos, Arapiraca terá reduzido em 50% as desigualdades sociais ampliando a oferta de emprego e renda, implementando políticas públicas para as populações em situação de risco e garantindo a todos o direito à cidadania.

MÉDIO PRAZO: Nos próximos 10 anos, Arapiraca terá eliminado a miséria e a pobreza, garantindo universalização dos direitos sociais e estará entre os dez municípios do Brasil com os melhores IDH (Índices de Desenvolvimento Humano), IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil) e outros indicadores sociais.

LONGO PRAZO: A partir de 2018, Arapiraca será referência nacional em qualidade de vida, garantindo a todos os cidadãos o pleno exercício de seus direitos constitucionais, exigindo dos mesmos o cumprimento de seus deveres e terá consolidado um modelo de desenvolvimento sustentável, caracterizando-se como um município socialmente equilibrado. (ROMÃO et al., 2008, p. 109).

A utopia arapiraquense permanece apenas nas páginas, infelizmente os espaços de ampla participação popular como este têm uma limitação clara de até onde podem chegar. Mas o que podemos enxergar nisso tudo? Há algo escondido dentro desse debate que, na verdade, precisa estar escondido: a ideologia. O sentido dessa narrativa também possui raízes no tempo; desse modo, precisamos entendê-la dentro do histórico do urbanismo brasileiro.

Villaça (1999) divide a história do planejamento urbano do Brasil em três fases (que por sua vez tem subdivisões) a partir de 1875. A primeira delas vai até 1930, marcada pelos planos de melhoramento e embelezamento das cidades “ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil)” (VILLAÇA, 1999, p. 182). É no segundo período, a partir de 1930 até a década de 1990, que começam a surgir os planos diretores (não necessariamente com essa nomenclatura, pois ela surgiu em 1940, mas já foi alterada para plano urbanístico, plano local integrado até a Constituição de 1988 resgatar o termo) baseados em critérios técnicos-científicos que seria a solução para os problemas urbanos. O terceiro período é o que se estende a partir de 1990, herdeiro direto dessa segunda fase, carregando a maior parte dos seus traços.

A tese de Flávio Villaça é que é impossível entender a real forma de planejamento urbano que predominou no Brasil, pelo menos nos últimos 50 anos, senão enquanto ideologia, entendida restritamente como a maneira usada pela classe dominante para mascarar a realidade de dominação:

Desde a década de 1930, vem se desenvolvendo no Brasil uma visão do mundo urbano segundo a qual os problemas que crescentemente se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico – sem planejamento –, e que um planejamento integrado ou de conjunto, segundo técnicas e métodos bem definidos, seria indispensável para solucioná-los. Essa é a essência da ideologia do planejamento que ainda perdura. Há décadas nossas classes dominantes vêm desenvolvendo interpretações sobre as origens dos problemas sociais que se manifestam agudamente em nossas cidades – especialmente os de habitação, transporte, saneamento e meio ambiente –, bem como sobre o papel do planejamento urbano na solução desses problemas. Tais ideias visam ocultar as verdadeiras origens daqueles problemas, assim como o fracasso daquelas classes e do Estado em resolvê-los. Com isso a dominação é facilitada. (VILLAÇA, 1999, p. 183).

Ao partirmos do pressuposto que a ideologia é uma necessidade das sociedades de classe (MÉSZÁROS, 2012), percebe-se que os efeitos da mesma têm implicações práticas em todos os âmbitos e no planejamento urbano não seria diferente. As ideologias estão diretamente ligadas às classes sociais e também são determinadas pela sua época; assim, seria ingenuidade esperar que o Estado, enquanto instrumento da classe dominante, iria apresentar soluções que comprometeriam a própria manutenção do *status quo*, uma vez que as desigualdades sociais são uma consequência inevitável do capitalismo. Tudo acaba sendo restringido às próprias fronteiras pré-delimitadas, aceitáveis ao não abalarem os pilares da ordem capitalista. E o que melhor que os marcos legais para controlar as mudanças sociais?

Vemos que há uma razão por trás das ações do Estado, entendendo este como um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2008, p. 12). As ações administrativas passam a ser no intuito de gerenciar a reprodução do capital dentro da forma como a cidade é produzida, a própria falha no controle administrativo quando se trata de um entrave aos projetos das elites (tal como no caso apontado: uma construção em uma área em que o planejamento urbano não havia previsto), também ocupa um lugar dentro dessa lógica: nada mais é do que a ação das classes sociais no cotidiano da vida, ação que ocorre de um modo que os dirigentes políticos não conseguem acompanhar ou prever, e o mesmo vale para as construções “irregulares” feitas pelas classes sociais subalternas que também disputam seu lugar na cidade. Os conflitos e desapropriações são os momentos de choque de interesses e o que há claramente por trás disso é a luta de classes. Mesmo quando a correlação de forças impõe aberturas na lei que deveriam favorecer os oprimidos ao, por exemplo, garantir formalmente que determinada área que os irá receber como local de moradia deva possuir o básico da assistência social, como saneamento, transporte, acesso à saúde, educação etc., é algo que não se efetiva justamente porque foge da sua dimensão, de sua capacidade de interferência, já que é algo diretamente ligado à desigualdade estrutural das sociedades de classe. A legislação que já é feita sob determinados interesses, é discricionariamente ignorada para determinados casos e ajustada para outros. Nessa lógica, uma máxima de Marx é mais do que correta para explicar o que ocorre: “Entre direitos iguais, quem decide é a força” (MARX, 2013, p. 309).

Apesar do tom informal, por se tratar de uma entrevista, Villaça faz outras pertinentes colocações nesse sentido:

É muito brasileiro esperar que a lei resolva os problemas; então a classe dominante

faz uso excessivo dela. Lógico que depois a lei não é cumprida ou não resolve os problemas e fica desmoralizada. Com isso, fica também desmoralizada a Constituição, por que a maior parte das cidades não vai ter plano [diretor] e as que tiverem vão ter plano na gaveta. Daí a queixa: “no Brasil tem lei que pega e a que não pega”. Claro, pois acredita-se que as leis podem resolver problemas de dominação, de desnível social, de desnível de poder político, de mercado. Como se quer esconder as causas reais dos problemas, a classe dominante finge atacá-los fazendo leis. (TEIXEIRA, 2005, p.6, grifo da autora).

Deste modo cada matéria legislativa, cada documento norteador, cada narrativa utilizada para tentar dar “ordem” ao caos urbano é uma necessidade do sistema, integrando seus mecanismos de dominação. Por isso, o que se passa em Arapiraca não se desvincula da lógica da sociedade capitalista e não é apenas na atualidade que isso ocorre.

Nossas fontes nos permitem identificar esses traços já na segunda metade do século XX, quando a Administração Pública é reestruturada institucionalmente em e em matéria de recursos humanos em 1970<sup>68</sup>, algo que não ocorria desde 1955<sup>69</sup>, exceto quando se criava um ou outro cargo público novo. É um período de mudança de gestão na prefeitura, o que também explica essa reorganização, e a necessidade de “modernizar” é um discurso explorado pela prefeitura que até extrapola as fronteiras do estado, como podemos ver nessa matéria do Diário de Pernambuco:

Para cumprir com o seu mandato de três anos o sr. João Batista Pereira está selecionando uma equipe de jovens, formados ou não, para construir, o mais moderno sistema administrativo de uma prefeitura. Aliás, quase todos os nomes apontados até agora “apesar de ainda está em estudo”, para ocupar o seu secretariado, são de formados, sendo pequena minoria os não diplomados por universidade. (PREFEITO..., 1970, Primeiro Caderno, P. 10, grifo do autor)

Essas legislações, em especial a 703/1970, incorpora as visões mais “modernas” de planejamento administrativo público que já haviam iniciado no Serviço Público Federal em 1967<sup>70</sup> fruto da reforma no Estado realizada pela Ditadura Militar através de Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) pela qual é trazida a ótica da administração privada para a pública e todas as suas consequências que refletem a predominância dos interesses dos organismos econômicos sobre o Estado (BERCOVICI, 2016). Nessa legislação municipal é disposta a elaboração de instrumentos como: plano plurianual de investimento, programa anual de trabalho, operacionalização das ações do governo na modalidade orçamento-programa, programação financeira anual de despesas, além da elaboração do Plano Diretor de

<sup>68</sup> Leis 703 e 704/1970, respectivamente (ARAPIRACA, 1970a, 1970b).

<sup>69</sup> Arapiraca (1955).

<sup>70</sup> Brasil (1967).

Desenvolvimento Integrado (doravante chamado de PDDI), todas essas ações como algo a ser elaborado futuramente pelo Poder Público.

Somente no final da década encontramos notícias sobre a elaboração do plano diretor de Arapiraca, iniciada em 1978, mas que tardava em ser concluído, sendo destacado sua urgente necessidade para solucionar os problemas urbanos advindos do grande aumento demográfico e crescimento desordenado da cidade:

Arapiraca não é mais um município que cresce e sim um fenômeno de explosão demográfica e urbana, sem precedentes em sua história. Por isso não podemos fugir ao registro de um importante trabalho, que está sendo feito pela Prefeitura e Secretaria de Planejamento do Estado. O Plano Diretor. Só que esse trabalho foi iniciado no ano passado e até o presente não foi entregue a municipalidade para que se possa ter uma visão real do cronograma que detecta (sic) todas as áreas de maior densidade populacional e os espaços existentes no perímetro urbano, que ainda não foram absorvidos pelo aglomerado humano. Enquanto o resultado não chega a cidade vai ganhando dimensões desordenadas por falta da própria organização do cronograma de obras, e para que possa acompanhar o boom do progresso que o município vem atravessando, principalmente porque; sem resultado do Plano Diretor o município fica em obsoleto e sem importância sócio-econômica (SILVA, 1979, p. 2).

Soubemos que, de fato, o PDDI foi constituído através de um boletim informativo da prefeitura de 1984<sup>71</sup> no qual são feitas algumas menções sobre o diagnóstico contido em um plano diretor de 1979, mas apenas sobre assuntos relacionados à própria organização institucional, não se sabia o que era descrito quanto à estrutura da cidade, organização do espaço urbano etc.

Foi um PDDI que não virou lei, tratava-se, pois, de algo interno do executivo, o que dificultou achar alguma cópia à medida que novos diagnósticos eram feitos e os antigos engavetados e esquecidos. A própria Administração Pública sequer recorda desse Plano da década de 1970, pois a Agenda 21 Arapiraca menciona que o primeiro Plano Diretor da cidade foi elaborado em 1988, que também nunca teria sido aprovado pela câmara e o mesmo ocorreu com outro de 1990, apesar de ambos terem sido usados como instrumentos para organização do executivo até a aprovação do PDMA de 2006 (ROMÃO et al., 2008). Por sorte, após dialogar com servidores, se encontrou uma única cópia preservada na Casa da Cultura (Biblioteca Municipal de Arapiraca) deste raro PDDI, o que possibilitou sua análise.

Ao observarmos o documento de 1979, vemos logo que sua elaboração ficou a cargo de

---

<sup>71</sup> Arapiraca Espaço e Tempo de 31 jan. 1984. Através desse órgão a gestão prestava contas do primeiro ano na prefeitura. Havia a pretensão de virar um jornal de circulação na cidade, comercialmente viável, porém só encontramos o exemplar nº 01, localizado no Arquivo Público de Alagoas.

uma consultoria especializada<sup>72</sup>, passando também por órgãos administrativos do Governo Estadual<sup>73</sup>, o que provavelmente foi um suporte oferecido pelo estado para os municípios elaborarem seus planos diretores conforme preconizou a Lei Orgânica dos Municípios, de 1970<sup>74</sup>. O volume encontrado desse primeiro PDDI de Arapiraca foi o 3º, sendo dividido em três partes: a primeira o Código de Urbanismo, a segunda o Código de Obras e a terceira o Código de Posturas. Todos prontos para serem enviados aos vereadores para virarem leis, sendo deixado até o espaço para se pôr a numeração e a data de promulgação<sup>75</sup>. Vendo a abrangência da legislação, se percebe a ampla ótica que existia em torno da função de um Plano Diretor, que além de regularizar o crescimento da cidade, assume papel também na organização da esfera administrativa e da vida cidadina, através do código de posturas. Os traços da ideologia do planejamento urbano são característicos: “Art. 5º O Código de Urbanismo de Arapiraca objetiva instrumentar o desenvolvimento urbano de forma que este se faça de modo equilibrado, propício a realização harmônica das funções urbanas clássicas: habitar, trabalhar, circular e recrear”. (ALAGOAS, 1979, p.11).

Já há nesse momento a divisão da cidade em várias zonas, sendo 5 residenciais, todas dentro do polígono urbano, incluindo uma zona residencial especial que se tratava do conjunto habitacional construído pela Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB-AL); uma zona comercial e de serviços, compreendida pelas principais ruas do comércio e também uma zona de expansão comercial que se estende basicamente pelos limites do bairro do Centro; duas zonas de amenização ambiental, a primeira sendo a do Riacho Piauí e a outra, já nessa época, o Açude do DNOCS, onde se indicavam construir um Centro Social Urbano e um Centro Esportivo, além de áreas verdes e outras ações relacionadas à preservação do meio ambiente; uma zona do corredor de prestação de serviços e três zonas do corredor de prestação de serviços e de comércio que estão em uma rodovia e nas principais ruas que dão acesso ao Centro da cidade, respectivamente; também um espaço próprio para o poder público, a zona institucional, que se planejava construir às margens do Riacho Piauí, numa área de 6ha; por fim o distrito industrial próximo também ao Açude do DNOCS. A forma como a cidade cresceu demonstra

<sup>72</sup> COPE – Consultoria, Projetos e Engenharia LTDA.

<sup>73</sup> SEPLAN – Secretaria de Planejamento, e FIPLAN – Fundação Instituto de Planejamento.

<sup>74</sup> Alagoas (1970).

<sup>75</sup> Caberia a um estudo mais focado neste período a análise do porquê desse Plano Diretor, assim como os seguintes, não terem sido aprovados pela Câmara, mas a forma como foi elaborado e editado (encadernado em forma de livro em vários volumes) e contendo carimbos (na cópia encontrada) de servidores e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-AL) da Inspeção de Arapiraca, mostra que isso não foi impeditivo para ser utilizado pelas repartições públicas.

que esse PDDI de 1979 não teve muito impacto para regular Arapiraca.

Na década de 1980 percebemos que as narrativas são reinventadas, incorporando cada vez mais critérios “técnicos” para dar legitimidade às ações realizadas pela Administração, mas, ao mesmo tempo, preservando as marcas das contradições que expressam bem a sociedade brasileira, impossíveis de serem escondidas. O periódico já mencionado de 1984, publicado no contexto do ano do sexagenário aniversário da cidade, é bem característico quanto a isso. Sua linguagem requintada, cheia de invocações a “organização racional” da Administração Pública que vem sendo feita no município e trazendo até citações kantianas para explicar o porquê do seu nome “Arapiraca Espaço e Tempo” (o que talvez explique porque não conseguiu se massificar na cidade) evidenciam qual o tipo de mensagem que a prefeitura quis passar e para quem, afinal, apesar de se colocar para a coletividade, não é um tipo de material que a massa de trabalhadores, mesmo a letrada, teria fácil entendimento. Também não há um espaço de fala popular, porém os anseios do Clube dos Diretores Logistas de Arapiraca ao Governo do Estado tiveram seu lugar de registro:

#### CARTA DE ARAPIRACA

O Clube dos Diretores Logistas de Arapiraca (CDL) também encaminhou ao governador Divaldo Suruagy uma listagem das propostas das soluções minimizadoras dos problemas detectados e diagnosticados no município. As propostas do CDL foram as seguintes: a) Distrito Industrial de Arapiraca [...]

b) O Anel Viário [...]

c) Estrada Arapiraca-São Miguel dos Campos [...]

d) Política Tributária [...]

e) Água, Energia, telefone e saneamento básico. (SURUAGY..., 1984, p. 03)

É dedicado uma página inteira para anunciar um novo Plano Diretor de Arapiraca, encarado também como um plano de gestão, conforme vemos:

Para desenvolver um trabalho racional durante este primeiro ano de administração, a equipe Consultoria, Projetos e Engenharia Ltda, da prefeitura de Arapiraca, elaborou o Plano Diretor de Arapiraca, cujo programa de ação é dividido em três fases: na primeira constam os trabalhos a serem realizados a curto prazo. Na segunda os trabalhos a médio prazo e na última fase, está o programa de ação cujos trabalhos serão realizados a longo prazo. (PLANO..., 1984, p. 11).

Outra página é voltada para a forma como está sendo conduzida a prefeitura: “Da necessidade de uma reforma estrutural racional para uma administração funcional produtiva” (DIOGENES, 1984, p. 8), como é intitulada a matéria relacionada. Há também grande destaque (e não se esperaria diferente) das obras que foram e serão feitas pelo prefeito.

É dessa forma que se estrutura o jornal, mas o boletim que pretende transmitir a

seriedade, a modernidade, eficiência, competência e demais sinônimos do tipo que poderiam ser usados para descrever a imagem do Executivo Municipal através de um discurso intelectual e tecnicista; antes pede licença no editorial de abertura a algo, com toda a certeza, mais importante socialmente do que isso, a religiosidade cristã:

Meus Conterrâneos,  
Reza o **Livro de Deus**, no Evangelho de Lucas, que o **bom servo dá conta de sua administração**.

Em obediência à norma evangélica, como filho de Deus e por me considerar, como **Prefeito, servo do Povo de Arapiraca**, é que venho, pela terceira vez, em um ano, prestar conta de minha administração. (LEÃO, 1984, p.01, grifos do autor).

Também não consegue esconder os velhos traços do Estado patrimonialista que sempre predominou no Brasil. Não há uma única página que não traga uma foto do prefeito ou mencione o prefeito como o responsável por tudo que está ocorrendo na cidade. É a disputa política que ocupa seu lugar, tentando se mascarar por trás de uma suposta imparcialidade científica da Administração Pública.

Não encontramos cópia desses planos diretores mencionados nos anos oitenta. Conseguimos obter apenas um plano de ação de 1990<sup>76</sup> no Arquivo Público de Alagoas elaborado a partir do plano diretor mais atual da época, também confeccionado por uma consultoria<sup>77</sup>. Este plano é dividido em duas partes: a primeira com um plano de ação global da prefeitura que aborda genericamente várias áreas: agricultura; indústria; comércio e serviços; organização do espaço urbano; educação; saúde; equipamentos, serviços e infraestrutura urbana e; reestruturação administrativa da prefeitura. A segunda parte que é o foco principal desse plano de ação, tratando da organização de transporte, trânsito e tráfego, com projeto para semáforos e circulação na área central. A forma de apresentação desse documento não se difere do que já expomos em relação à ideologia do planejamento urbano que, como vimos, continua nas décadas seguintes. Isso confirma que a política dos vários governos sempre vem “atacando” os problemas relativos ao crescimento urbano com leis, projetos de leis, administração racional, diagnósticos técnicos, planos de ação etc., mas a eficiência desses “ataques” é facilmente questionada através da análise da realidade da época ou do presente.

Considerando esse contexto histórico, temos balizas importantes para compreender o desenvolvimento local. O modo como a cidade cresce revela as disputas dos vários segmentos

---

<sup>76</sup> Arapiraca (1990).

<sup>77</sup> MMT Consultoria LTDA.

sociais pelo seu espaço e são essas disputas, esses modos de viver, que produzem a cidade que temos hoje. Com um distanciamento maior no tempo, podemos ter uma visão mais concisa da complexidade que envolve o planejamento urbano para então fazer o caminho inverso, do macro em direção ao micro, voltando a focar na área que foi o objeto impulsionador desta pesquisa.

## **4.2 Crescimento urbano de Arapiraca**

Prosseguimos fazendo uma análise nas legislações específicas sobre a malha urbana da cidade para demonstrar que a falta de controle do poder público foi muito comum. A cidade cresce e posteriormente o poder legislador acompanha esse processo e o que porventura acaba sendo planejado para o futuro não tem muito sucesso em sua aplicação. Mas quais serão os fatores motivadores dessa realidade?

A análise histórica é importante para elucidar essa questão, pois, uma visão pontual nos permite apontar uma relação de força em que o poder econômico mostra ser preponderante, submetendo o poder político a seus interesses. Esta leitura, de modo geral, está correta. Porém um distanciamento no tempo nos faz acreditar que há algo mais abrangente nessa relação, isto é, a inércia da Administração Pública para disciplinar a cidade não se trata de uma característica do presente, mas possui origens mais enraizadas no tempo que vem a ser um fator adicional para essa postura, mostrando ser um processo histórico com continuidades que se chocam diretamente com essa sistematização da política de urbanização representada no PDMA de 2006 da mesma forma como entravam em contradição com os planos diretores anteriores.

Para um começo de história, o que podemos falar sobre as características do crescimento de Arapiraca? Uma cidade que cresce rápido e desordenadamente faz urgir a necessidade de lidar com esse processo. É uma demanda do próprio poder público para que possa realizar um planejamento urbano mínimo, afinal, como discutido, o que predomina administrativamente é a ótica de dar “ordem a desordem urbana” como solução para os problemas da cidade. Destarte, vamos encontrar análises recentes sobre o fenômeno urbano vivido por Arapiraca (também com estudos de caso de bairros específicos da cidade) principalmente nas áreas da geografia e do urbanismo, mas ainda há grandes lacunas no que diz respeito ao campo da História. Ela

normalmente aparece apenas como uma ferramenta auxiliar aos objetivos principais desses estudos e, em boa parte dos casos, como uma compilação da historiografia clássica produzida sobre a cidade, com pouca originalidade.

A partir de um levantamento bibliográfico consultando o acervo de monografias da biblioteca do campus Arapiraca da Universidade Estadual de Alagoas, há sete monografias do curso de Geografia que abordam a temática da expansão urbana da cidade, realizando estudos de caso de alguns bairros da mesma (UNEAL, 2017a), porém, no banco de monografias do Curso de História não foram encontrados trabalhos que foquem diretamente o crescimento urbano em Arapiraca (UNEAL, 2017b), há apenas uma monografia da especialização em Geohistória que toca no crescimento urbano impulsionado pelo apogeu da cultura do fumo na segunda metade do século XX (XAVIER; LIMA, 2006). Começamos a ter noção do tamanho das investigações dos urbanistas sobre Arapiraca quando, a partir de uma busca online simples, foi identificado nos anais do "7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional Integrado e Sustentável", ocorrido em 2016, em Maceió, onze artigos voltados à Arapiraca, um número expressivo quando comparamos aos trabalhos que há disponíveis nos cursos de geografia e história na UNEAL, o que nos obrigou a realizar uma visita à biblioteca do campus da Universidade Federal de Alagoas de Arapiraca. A presença de um curso de Arquitetura e Urbanismo na cidade mostrou ser uma excelente expressão da universidade enquanto centro produtor de conhecimentos, pois, foram identificadas dezenas de monografias que tratam de vários fenômenos urbanos da cidade, abordando uma gama de temas relacionados a conjuntos habitacionais, construções históricas, áreas de lazer, legislação urbanística, entre outras, evidenciando uma crescente produção científica (UFAL, 2019).

Por outro lado, continua a lacuna deixada pela ausência de estudos aprofundados sobre a temática no campo da história e as pesquisas na área da geografia e do urbanismo são ainda muito pontuais nos objetos de análise, sem tomar grandes dimensões. É Nardi (2010) quem aponta, em termos gerais, um pouco sobre a formação espacial de Arapiraca. Este autor divide a configuração da cidade a partir de sua fundação em quatro fases.

O primeiro período compreende o momento de colonização da região que vai de 1848 a emancipação política em 1924, em que além do povoado de Arapiraca (bairro do Centro), outros sítios um pouco mais afastados foram se formando, tornando-se também centros de povoamento. Com exceção dessa primeira fase, percebe-se que nessa classificação do autor

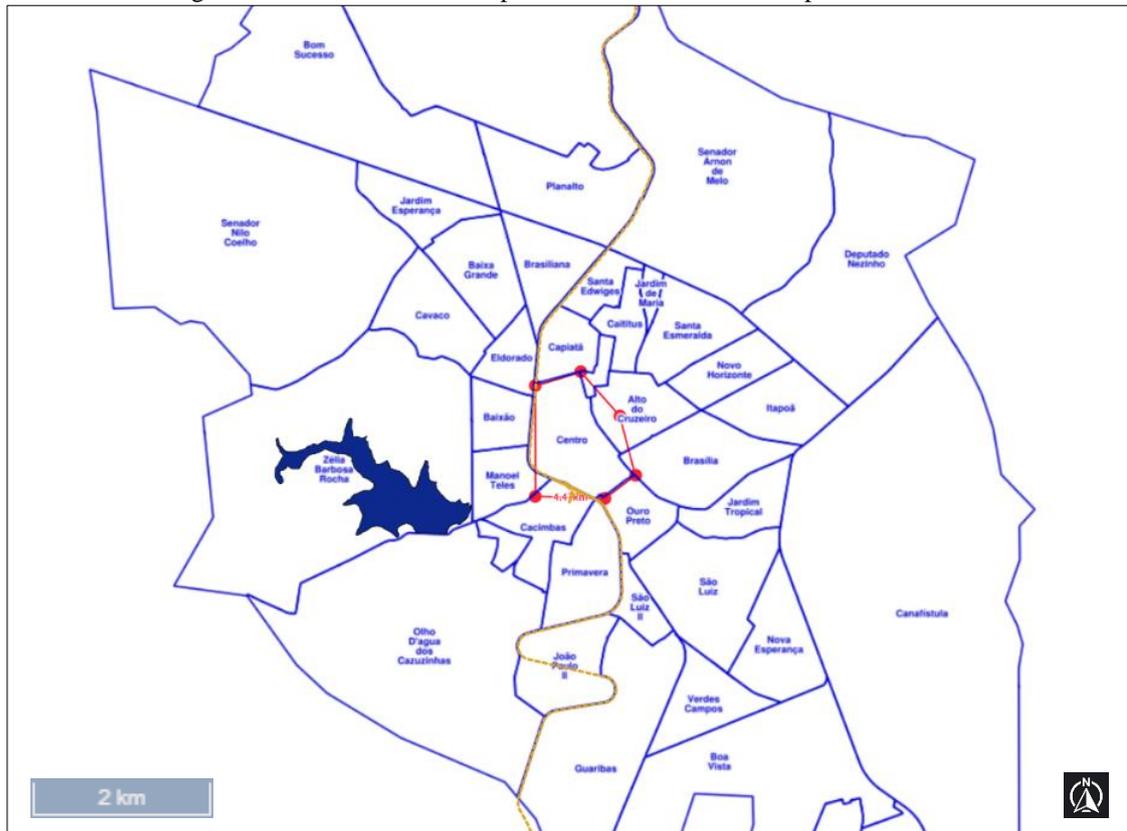
uma característica geral permeia todas as demais: a expansão do Centro em direção a esses povoados e destes ao encontro do Centro. Podemos enxergar que a segunda fase de 1924 a 1945, a terceira 1945 a 1960 e uma quarta que vai desta data ao presente têm esse aspecto. Assim, a divisão proposta por Nardi, que tem por fonte principal um diagnóstico comunitário urbano realizado pela Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Arapiraca (FACOMAR)<sup>78</sup> que traz uma pequena história das comunidades contada por seus próprios moradores (com provável época que os bairros surgiram e outras informações), busca caracterizar os espaços da cidade que primeiro foram povoados em relação a outros, não havendo o intuito de determinar qual seria o motor dessa expansão nesses períodos para as áreas em questão. É uma caracterização que pode nos servir de apoio, mas que não vamos nos limitar a essas delimitações temporais, pois as fontes que encontramos para o levantamento a seguir evidenciam que foi um processo bem complexo para ser enquadrado nessa proposta.

Ao longo de todo o século XX ocorreram poucas alterações nas demarcações do perímetro urbano. A primeira lei aprovada pela câmara de vereadores que delimita o perímetro urbano e suburbano da cidade foi a lei nº 20 de 02 de outubro de 1948, por ela enxergamos que o perímetro urbano não ia muito além das delimitações do atual Bairro do Centro. A linha férrea foi utilizada como marco divisório a oeste da cidade, havendo um prolongamento somente até a praça Pereira Magalhães no Bairro Cacimbas. Ao sul, o perímetro urbano terminava já próximo ao atual Bairro Ouro Preto, que só começou a ser loteado na década de 1960 (SANTOS, 2016), portanto é um ponto que indica onde terminava a área residencial e comercial, havendo, a partir daí, lavouras de fumo, principalmente. É o que também ocorre com as demais áreas que cercavam o Centro da cidade na época. À leste, a fronteira mal chegava a adentrar no atual Bairro Alto do Cruzeiro, parando basicamente nas proximidades da praça Santa Cruz; e ao norte o ponto limite é o cruzamento da linha férrea com a “rodagem que vai para Palmeira dos Índios”, que provavelmente se refere a atual Rua Expedicionários Brasileiros. Os marcos divisionais utilizados pela legislação não ajudam muito a precisar os locais exatos por onde passava a linha imaginária da área urbana, são pontos de comércio, casas residenciais, etc. que não existem mais ou que não pertencem mais àquelas famílias citadas. A Figura 29 abaixo, traz o esboço possível a partir das informações que temos (polígono em vermelho):

---

<sup>78</sup> FACOMAR (2003).

Figura 29 - Perímetro urbano aproximado da cidade de Arapiraca em 1948.



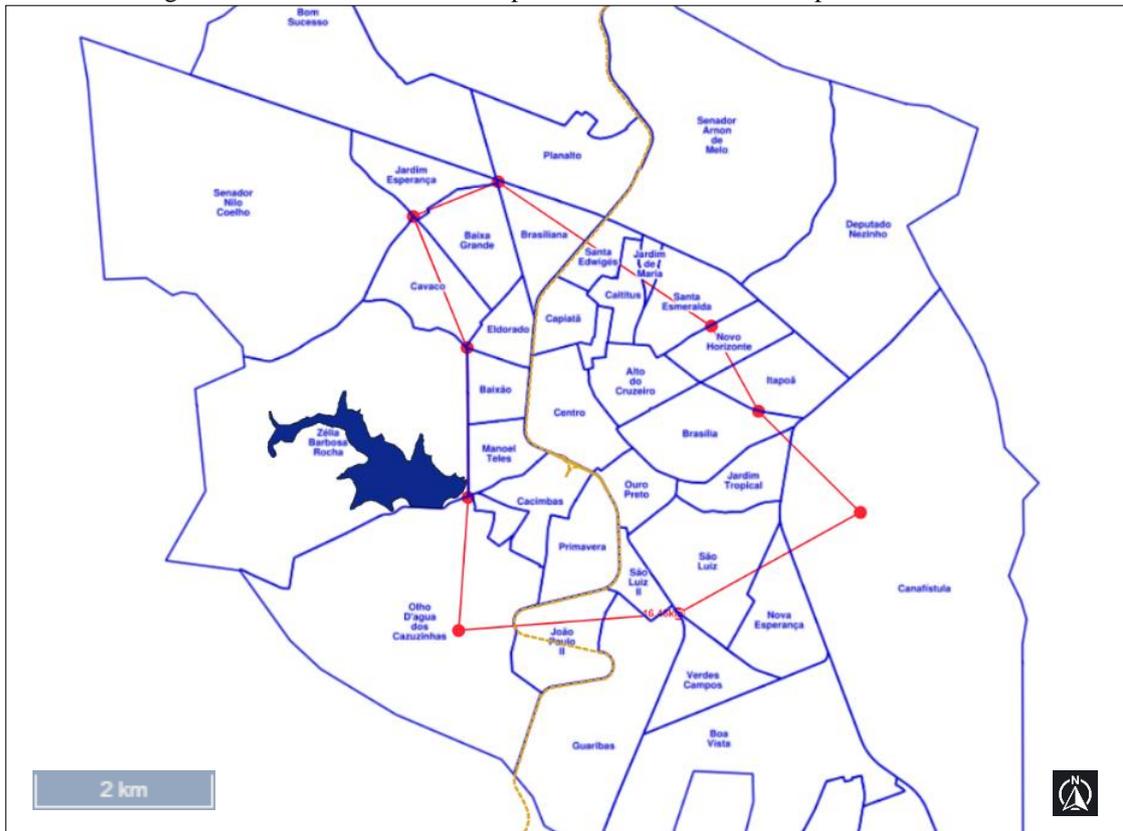
Fonte: Arapiraca (1948). Intervenção feita utilizando as ferramentas online do GeoArapiraca.

Tivemos maior dificuldade em precisar, por exemplo, o tracejado sentido leste-norte, pois o que a lei nos traz de informação é que chegando no armazém de Manoel Protasio, na rua da Aurora<sup>79</sup> (informação que nos levou a escolher a Praça Santa Cruz dessa rua como vértice limítrofe) “daí continuando para a casa dos herdeiros de Azarias Pereira, e por fim indo encontrar-se com o ponto de partida na linha ferrea (sic)” (ARAPIRACA, 1948, p.2). Torna-se difícil, sem um longo trabalho de história oral e uso de outras fontes, como as fotografias familiares, saber o local dessa casa. Foi a partir de outros referenciais mais facilmente identificáveis, que podemos fazer uma projeção sobre o mapa atual para termos esse comparativo.

Essa lei de 1948 também nos apresenta os limites suburbanos da cidade que possuem marcos divisórios ainda mais tênues, mas foi possível projetar uma representação cartográfica aproximada (Figura 30):

<sup>79</sup> Atual rua Domingos Vital, Alto do Cruzeiro.

Figura 30 - Perímetro suburbano aproximado da cidade de Arapiraca em 1948.



Fonte: Arapiraca (1948). Intervenção feita utilizando as ferramentas online do GeoArapiraca.

Essa representação se torna interessante para compararmos os tamanhos dos dois polígonos. A área suburbana é várias vezes maior que o espaço efetivamente considerado “urbano” para a época, e o que preenche a mesma são lavouras, currais e áreas não cultivadas, por vezes ainda de mata nativa onde até se praticava caça de animais<sup>80</sup>.

Martins (1992, p. 07, grifo do autor) nos traz que “Desde o século XVIII quando se começa a empregar a palavra *subúrbio* para designar os confins da cidade de São Paulo ou a zona rural que lhe era imediatamente próxima, ela já indica uma concepção de unidade da cidade e seu contorno”. Acreditamos que também está presente o sentido de unidade quando falamos da relação de Arapiraca com seu subúrbio, sendo o mesmo “um posto privilegiado para a observação e estudo das transformações da cidade e da formação das classes sociais” (MARTINS, 1992, p.08).

A lei de 1948 nos indica que é somente nas extremidades vértices desse perímetro que há novos povoamentos na cidade, já estando a maioria das localidades com denominações que

<sup>80</sup> Relato de entrevista com morador antigo (LIMA, 2019).

continuam hoje nos bairros que formaram, como: Baixa Grande, Cavaco e Guaribas. O fato de a parte sul também ser a mais extensa é um importante indicativo de que esta era a região mais povoada da época, hipótese que é respaldada mais adiante quando observamos o surgimento dos bairros na área. São as casas dos moradores mais conhecidos nesses povoados que se tornam pontos de referência na lei.

Pelas distinções de tratamento redigidas no texto, percebe-se que não se trata apenas de um fator de popularidade de determinada família (que pode ser advindo do pioneirismo de se estabelecer no local ou algum outro fator do tipo) que pesa na hora de estabelecer uma correspondência com aquele lugar, mas também daquelas que são mais abastadas, pois, para determinados lugares o texto nos informa que o limite suburbano são as casas de certos indivíduos, fazendo questão de nomeá-los um a um, enquanto em outros há menção de uma única pessoa, seguido de “e outros”. Outra importante distinção de classe mais explícita se dá quando o marco da divisão que representa a povoação daquele local não é constituído por casas, mas sim por “fazendas” de determinada pessoa ou família. Se essa distinção mereceu estar na lei, é porque, na forma como foi elaborada, as próprias pessoas da época encaravam esses espaços como distintos.

Obviamente não poderíamos deixar notar o corte de gênero existente. Sempre são os homens que são tomados para fazer alusão a determinado lugar e, quando é citada uma mulher, não se dão ao trabalho de registrar seu nome. Tal espaço é tratado como “a casa da viúva de fulano de tal”, não sendo, portanto, uma figura feminina, dentro desse universo machista, capaz de por si só representar autoridade para dizer: “existe gente aqui”. É preciso que o seu falecido marido empreste seu crédito *post mortem* para isso.

Não encontramos indicação no perímetro suburbano de nenhum ponto comercial que se faz marco, diferente da área urbana onde é utilizado uma fábrica e armazém de referência. Esse dado reforça o papel do Centro como área de abastecimento dessas localidades, o que não quer dizer que não existiam pequenas bodegas nas mesmas, destinadas a compras menores, afinal, a distância do Centro é um fator que veio a influenciar o surgimento das feiras-livres de bairros que ainda hoje existem na cidade em dias variados da semana, o que também ocorria em povoações que depois vieram a se emancipar, como Lagoa da Canoa.

A Lei 356/1960 foi a primeira a alterar a legislação nº 20/1948, contudo apenas há uma modificação da extremidade sul da zona urbana:

Art. 1º [...] partindo do açude publico (sic) situados abaixos (sic) das Cacimbas, para o ponto existente sôbre o Rio Perucaba, abaixo do Olho d'água dos Cazuzinhas, daí em linha reta para a casa do Senhor Joaquim Peixoto, de onde por outra reta segue para o Bairro Canafistula (sic), nos limites da propriedade da família dos Nezinhos; (ARAPIRACA, 1960, p.1).

O foco principal é delimitar as áreas limítrofes das vilas de Lagoa da Canoa e Craíbas, que posteriormente se desvincularam de Arapiraca em 1962 e 1986, respectivamente, formando novos municípios. Basicamente, o que essa lei fez foi considerar tudo que era área suburbana ao sul do Centro em 1948 como integrante da nova zona urbana da cidade.

Cabe-nos pensar o porquê de apenas essa região ter tido o perímetro suburbano incorporado ao urbano ao longo desse período. Se em 1948 o perímetro urbano se dobrava modestamente, após a linha férrea, para chegar à praça de Cacimbas, o que a legislação de 1960 demonstra é que houve o preenchimento da maior parte do vazio existente nessa área suburbana. A entrada em funcionamento da Estação Ferroviária de Arapiraca em 1950<sup>81</sup>, localizada exatamente na divisa entre o Centro e esse bairro, certamente influenciou o crescimento desse núcleo de povoamento, mas outros símbolos que expressam a movimentação da área na época podem ser encontrados hoje, como o Clube dos Fumicultores fundado em 1949. Em 1956 também já era criada por lei uma feira livre às quintas-feiras em Cacimbas<sup>82</sup>, evidenciando também as necessidades da área.

Além do crescimento de Cacimbas que veio a preencher o espaço à sudoeste que ia até o Olho D'água dos Cazuzinhas (sem desconsiderar que esse povoado também cresceu em direção ao Centro), temos o surgimento do bairro Primavera na década de 1950<sup>83</sup> (no mesmo sentido sudoeste e também crescendo para o sul) se encontrando com o vértice existente em Guaribas<sup>84</sup>. O fato de Primavera ser hoje o segundo bairro mais populoso de Arapiraca, atrás apenas de Brasília e, inclusive, com quase o dobro da população de Cacimbas<sup>85</sup> (que é bem mais antigo e se expandia na mesma época de surgimento deste bairro), mostra que o potencial atrativo da área foi enorme e continuou ao longo dos anos.

À sudeste é Canafístula quem cresce, sendo a rua Marechal Deodoro da Fonseca a que

---

<sup>81</sup> Inauguração (1950).

<sup>82</sup> Arapiraca (1956).

<sup>83</sup> FACOMAR (2003).

<sup>84</sup> Apesar de no mapa enxergarmos nesse vértice as divisas dos Bairro São Luiz I e II com Guaribas, nesse período os dois primeiros bairros não existiam, sendo toda a área considerada como do último.

<sup>85</sup> Censo 2010 disponível em Brasil Sabido (2014).

estabelecia a ligação desse bairro com a parte central. Essa rua foi um vetor de povoamento importante onde futuramente se estabeleceram grandes empresas de fumo e a rodoviária municipal. Isso implica destacar o papel que essas vias de acesso desempenharam como influenciadoras do povoamento das áreas, algumas das quais se tornaram rodovias. Por Cacimbas, Olho D'água dos Cazuzinhas etc., passava a via de acesso a Traipu; por Guaribas margeava a de acesso à Penedo; ao norte temos também a rodagem que vai para Palmeira dos Índios cortando bairros como Baixa Grande e Cavaco. Trata-se, assim, de ocupações de um certo modo “direcionadas”, para as quais o motor orientador era a dinâmica de circulação da economia.

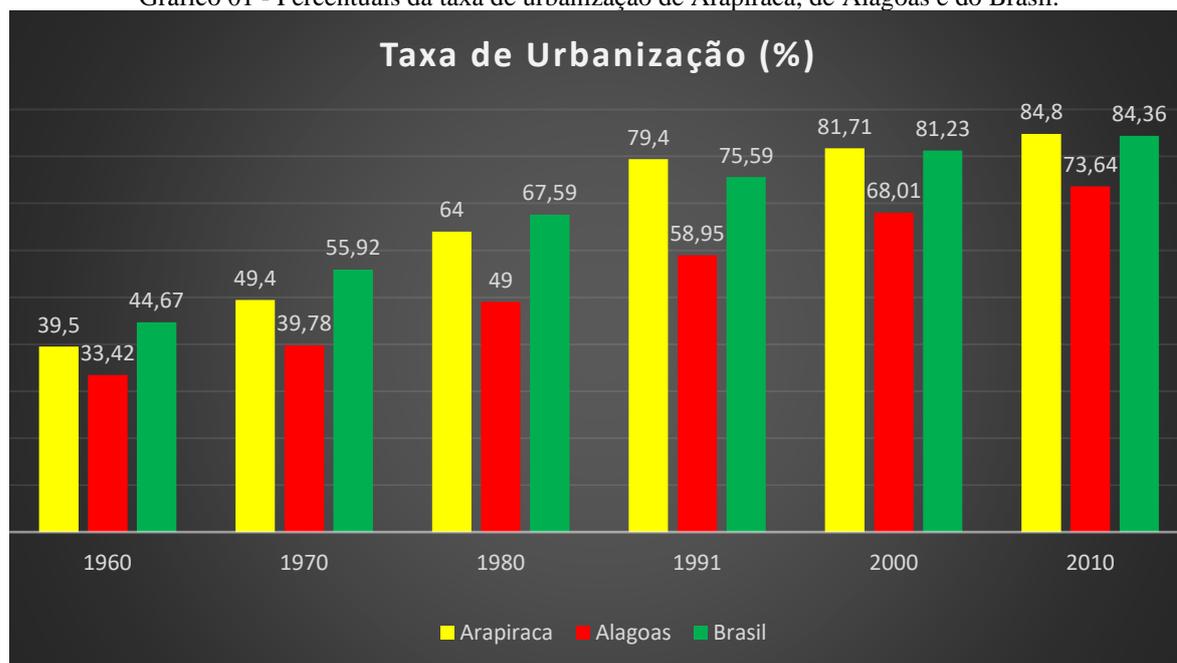
No período de 1950 a 1960 a população urbana de Arapiraca mais que dobrou, passando de 9.318 habitantes, em 1950, para 21.149, em 1960; a taxa de urbanização era de 40%<sup>86</sup> (NARDI, 2010), ou seja, cerca de 32 mil pessoas ainda residiam na zona rural do município. Observando essa lei de 1960 podemos ver que esse aumento se dá principalmente pela incorporação da maior parte do sul do perímetro suburbano de 1948.

Aqui achamos importante abrir um parêntese para abordar o crescimento urbano de Arapiraca em relação a Alagoas e ao Brasil para termos uma visão melhor do contexto local a partir de comparações nesse período da segunda metade do século XX. O crescimento urbano de Arapiraca em 1960 já se mostrava acima da média estadual: 33% (IBGE, 2002), mas inferior a nacional: 44% (IBGE, 2019). Ao longo das décadas seguintes Arapiraca abre uma distância cada vez maior em relação ao estado como um todo e aproxima-se, cada vez mais, da média nacional até ultrapassá-la na década de 1990. Em um gráfico podemos melhor visualizar esse processo:

---

<sup>86</sup> Algo semelhante à realidade brasileira da época cuja taxa de urbanização era de 36% (GIRARDI, 2008) e de Alagoas, 33% (IBGE, 2002). Nas demais décadas vê-se que Arapiraca, ao longo dos anos, não destoa do padrão nacional, porém fica bem acima da média alagoana.

Gráfico 01 - Percentuais da taxa de urbanização de Arapiraca, de Alagoas e do Brasil.

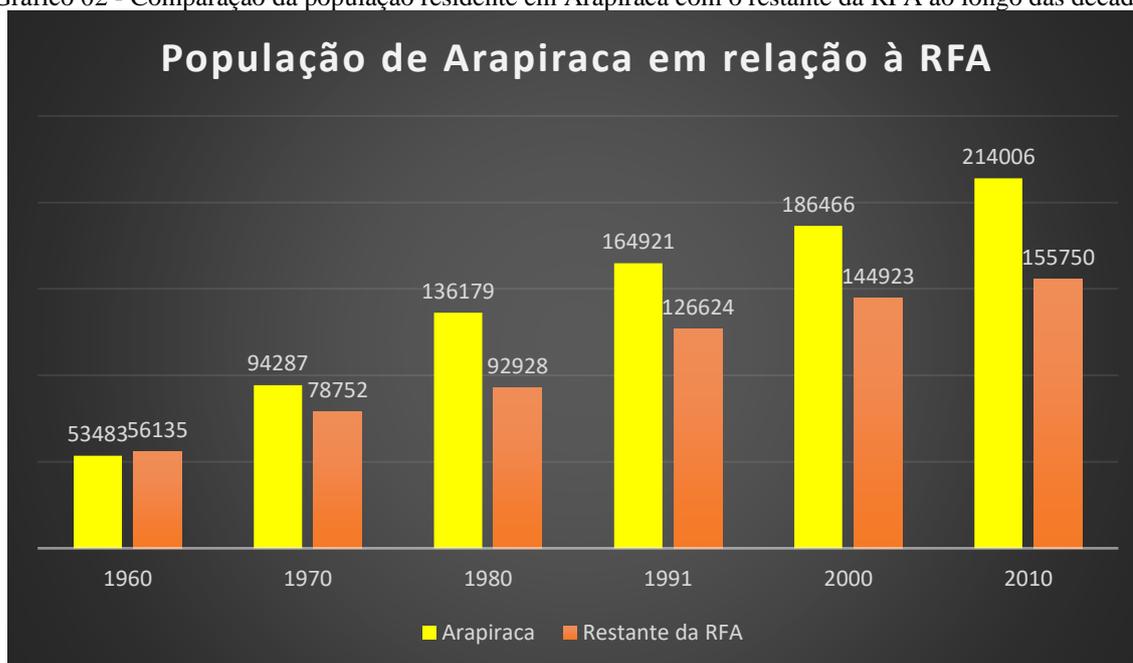


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados: Alagoas (2014); IBGE (2019; 2002); PNUD, IPEA, FJP (2019); UFAL (1999).

Esse crescimento populacional está obviamente ligado ao contexto da época, de grande ascensão da cultura fumageira no final da década de 1940 e começa a ganhar maior impulso a partir da década de 1950, expandindo-se de forma acelerada por todo o Agreste nos anos de 1960 (UFAL, 1999). Podemos dimensionar o papel estratégico de Arapiraca como cidade polo da Região Fumageira de Alagoas (RFA) no gráfico 02, pelo qual acompanhamos o crescimento populacional da cidade em relação aos demais municípios da referida região<sup>87</sup>:

<sup>87</sup> Os dados para a organização do gráfico foram sistematizados a partir de um estudo realizado pela UFAL (1999) que condensou uma série de estatísticas muito importantes da segunda metade do século XX sobre a Região Fumageira de Alagoas. Porém duas cidades que integram a área de influência do fumo no Agreste ficaram de fora: São Sebastião e Campo Grande. Desta forma, a série de estatísticas abrange oito municípios: Arapiraca, Craíbas, Coité do Nóia, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia e Taquarana. Os dados do ano 2000 e os de 2010 foram retirados da plataforma online do IBGE. Até 1980 a população de Craíbas é englobada pela de Arapiraca; a partir de 1991, há desvinculação devido à emancipação daquela. Assim, são 17.816 pessoas que deixam de ser contadas como população de Arapiraca e entram no somatório dos municípios da RFA. As duas cidades que não entraram nesses cálculos, em especial, São Sebastião representariam uma diferença a se notar já que este é o terceiro município mais populoso da área, após Girau do Ponciano e Arapiraca. Esses dois municípios excluídos, em 2010, representam 41.042 pessoas o que diminuiria a diferença entre a quantidade de pessoas residentes em Arapiraca em relação ao restante da RFA para 17.214; contudo, para os fins que pretendemos expor, esses dados não alteraram as conclusões

Gráfico 02 - Comparação da população residente em Arapiraca com o restante da RFA ao longo das décadas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados: UFAL (1999); IBGE (2000, 2010).

A população de Arapiraca cresce num ritmo, em média, duas vezes maior que as demais cidades da RFA, nesse período (se relativizarmos o resultado de 1991 à desvinculação de Craíbas em 1982). Se na Zona da Mata a capital exerceu o papel de atração migratória no estado, Arapiraca, no Agreste, resguardando as devidas proporções, também se apresenta nessa perspectiva, fato constatado quando comparamos com a taxa de urbanização de Alagoas, no gráfico anterior. É importante não menosprezar o papel que a feira livre e o comércio de uma forma geral tiveram para esse processo, afinal, a própria cessão de espaços (rurais) para a construção de residências, pontos comerciais etc., como veremos adiante, indica a existência de outras atividades laborais que não a fumicultura.

Após essa análise do crescimento urbano e populacional de Arapiraca, podemos retomar a análise anterior, seguindo para a próxima alteração na legislação urbana. Como vimos, em 1948, a área urbana de Arapiraca cresceu apenas ao sul, o restante do polígono urbano só vai ser alterado 10 anos depois pela lei 699/1970<sup>88</sup>, na qual também se modifica novamente os limites de Craíbas. Nessa reconfiguração nota-se que a legislação da cidade outra vez se adequa ao seu crescimento, pois, o povoamento das áreas agrícolas no perímetro suburbano norte é o principal motivador da ampliação da malha urbana, havendo apenas uma ligeira ampliação a nordeste (após Canafísutula), ultrapassando a área já classificada como suburbana, basicamente

<sup>88</sup> Arapiraca (1970a).

se estendendo às margens da atual AL-220. Nesse período, as propriedades agrícolas do atual bairro Brasiliana começam a ser loteadas<sup>89</sup> e também temos na extremidade mais ao norte, após o bairro Baixa Grande, a primeira produção de loteamentos de interesse social em Arapiraca, trata-se de um conjunto habitacional com 237 casas feito pela antiga COHAB-AL. Essa área se tornou o bairro Jardim Esperança em 1968<sup>90</sup>, apesar de popularmente sempre ter sido chamado de Cohab ou Cohab Velha após a COHAB-AL ter executado a segunda fase do projeto e construído um novo núcleo residencial na década de 1980 na outra margem da AL-220, ainda mais afastado do Centro que a primeira. Assim, a política de habitação no Brasil com grandes programas habitacionais, a começar na Ditadura Militar (1964-1985) com as COHABs, se mostra segregacionista desde as origens, e os novos programas que surgiram como o Habitar Brasil BID (governo FHC) e o Minha Casa Minha Vida (Lula/Dilma) não mudaram essa perspectiva, como se pode analisar em Arapiraca, estudo já desenvolvido por Oliveira (2017).

Uma boa opção para compreender melhor o processo de expansão de Arapiraca se dá através do surgimento de empreendimentos imobiliários privados, cujos registros a prefeitura têm a partir de 1962, porém com apenas um loteamento registrado nesse mesmo ano, sendo uma questão que mereceu maior atenção a partir da década seguinte, após a publicação de uma lei de loteamentos na cidade<sup>91</sup>, o que revela que o processo expansionista que vinha ocorrendo não mais podia ser ignorado pelo poder público. É uma legislação que veio complementar localmente o decreto-lei federal 58/1937<sup>92</sup> que trata do assunto em termos gerais, mas sendo uma matéria que só veio a ter regulamentação federal mais rigorosa a partir de 1979 com a lei de parcelamento do solo urbano<sup>93</sup>. Essa perspectiva de estudo já teve algum início como iniciativa dos próprios técnicos da prefeitura<sup>94</sup> ao passo que esses levantamentos iam sendo inseridos na base de dados do setor responsável. Com essas informações podendo ser filtradas em um mapa dinâmico da cidade alcançamos o resultado abaixo<sup>95</sup> para a década de 1970 em que são registrados 22 loteamentos (Figura 31).

---

<sup>89</sup> FACOMAR (2003).

<sup>90</sup> Arapiraca (1968).

<sup>91</sup> Arapiraca (1970d).

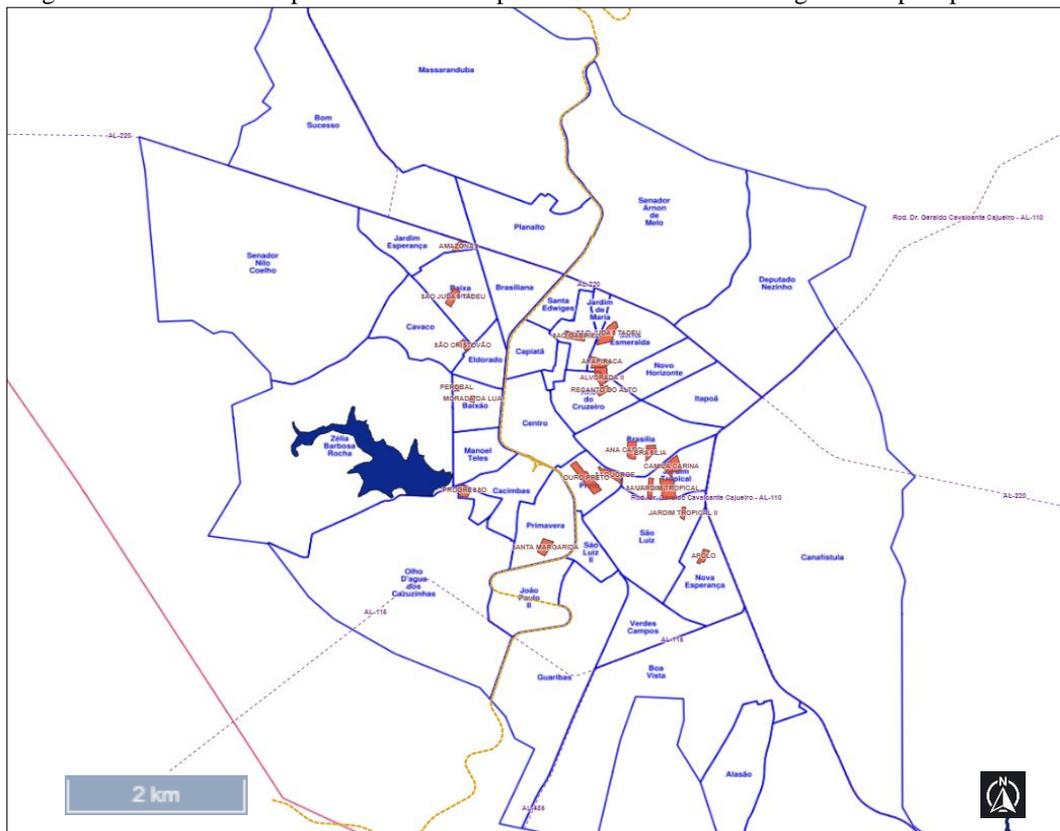
<sup>92</sup> Brasil (1937).

<sup>93</sup> Brasil (1979).

<sup>94</sup> Santos, Santos, Barbosa (2015) e Damasceno et al. (2016).

<sup>95</sup> Onde estão destacados os loteamentos em laranja, coloração que pode alternar para marrom ou azul-claro, principalmente a partir da década de 2000, quando se trata dos loteamentos totalmente regularizados pela prefeitura e que por isso são automaticamente identificados pelo sistema com cor diferente.

Figura 31 - Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1970 registrados pela prefeitura.



Fonte: GeoArapiraca (2019). Seleção feita a partir da base de dados disponibilizada em 2015 (ARAPIRACA, 2015a).

Podemos ver as áreas em que tais empreendimentos privados foram construídos e acompanhar a forma de expansão da cidade, mas é preciso levar em conta que são apenas uma parte da expressão do crescimento da época que, com certeza, é bem maior já que durante muito tempo não existia obrigatoriedade de formalizar essas construções com o poder público e, mesmo depois da regulamentação legal, continuaram surgindo loteamentos clandestinos. Afinal, os mais de 30 mil espaços de moradia não regulados, segundo estimativas da prefeitura em 2013<sup>96</sup>, evidenciam que o processo de ocupação da cidade em muito fugiu à capacidade de acompanhamento e fiscalização do Poder Público. Quando somamos a quantidade de lotes que a prefeitura conseguiu registrar de 1960 a 2015, chegamos a um número de 41.898. Isso implica afirmar que mais de 40% da cidade não se encontra registrada.

Observando o mapa podemos ver que a maioria dos empreendimentos se localiza na parte sul da cidade, isso mostra que a expansão da área nas duas décadas anteriores, como já abordado, continuou intensa, dirigindo-se, cada vez mais, para sudeste. Também é possível ver que a quantidade de loteamentos no perímetro norte, alvo da expansão da lei 699/1970,

<sup>96</sup> Arapiraca (2013a).

acompanhava o impulso ocorrido na década de 1960 sendo que o único loteamento que foi registrado dessa década (com 138 lotes) também se localiza nessa região, no bairro Caititus. Como o mapa demonstra, as áreas possuem variados tamanhos, a maior delas possui 133 lotes e a menor apenas 14, o que dá uma média de 65 casas, sendo o total geral de 1.421 espaços para construção de moradia formalmente registrados entre 1970 e 1979.

Se por um lado não havia exigência legal ou rigor no controle da Prefeitura para o registro dos loteamentos, por outro, deve ter existido algum motivo por trás da intencionalidade dos particulares em protocolarem seus empreendimentos na Administração Pública. Acreditamos que isso se deve à possibilidade de obter serviços públicos como iluminação e água encanada<sup>97</sup> para essas áreas como forma de atrativo para a venda, e também facilitar o financiamento da compra por meio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), do Banco Nacional da Habitação (BNH), ou outro meio estabelecido pela lei federal 4380/1964<sup>98</sup> que exigia a adequação da iniciativa privada às diretrizes urbanísticas locais para ter acesso ao crédito. Infelizmente não temos documentos sobre a concessão de crédito imobiliário em Arapiraca nessa época, mas sabe-se que esse tipo de financiamento já ocorria no final dos anos sessenta, sendo um exemplo disso o intermédio feito pela COHAB-AL junto a seus mutuários nos loteamentos construídos pela mesma.

Há uma nova lei que altera a zona urbana da cidade em 1984<sup>99</sup>, mas sua integralidade não foi conhecida, pois não se encontrou cópia na Câmara Municipal e apenas metade nos arquivos digitais disponibilizados pela Prefeitura. Contudo, trata-se da primeira a utilizar a tecnologia de localização por coordenadas geográficas e também pontos de referência mais perenes como as próprias rodovias, ao invés de “trancos de madeira” ou casas de pessoas conhecidas (na época). Dessa forma, ela origina o primeiro mapeamento urbano oficial que a prefeitura tem registro e que pode facilmente ser acessado pela plataforma online do Núcleo de Geoprocessamento de Arapiraca para diversos fins. É uma legislação que também se concentrou principalmente na ampliação da zona norte da cidade, ultrapassando a AL-220 que obviamente foi um vetor que influenciou a construção de moradias naquela região, mas por ser uma área afastada do Centro, os bairros que se formaram (Planalto, Senador Arnon de Melo e

---

<sup>97</sup> A hipótese de levar encanação de água a essas áreas como fator promotor da difusão desses loteamentos é defendida por Santos et al. (2016) após a implantação da Adutora do Agreste em 1973, informações que obteve com o engenheiro civil Adailton Barbosa que trabalhava na prefeitura desde a década de 1980, sendo, portanto, uma boa fonte oral para essa referência.

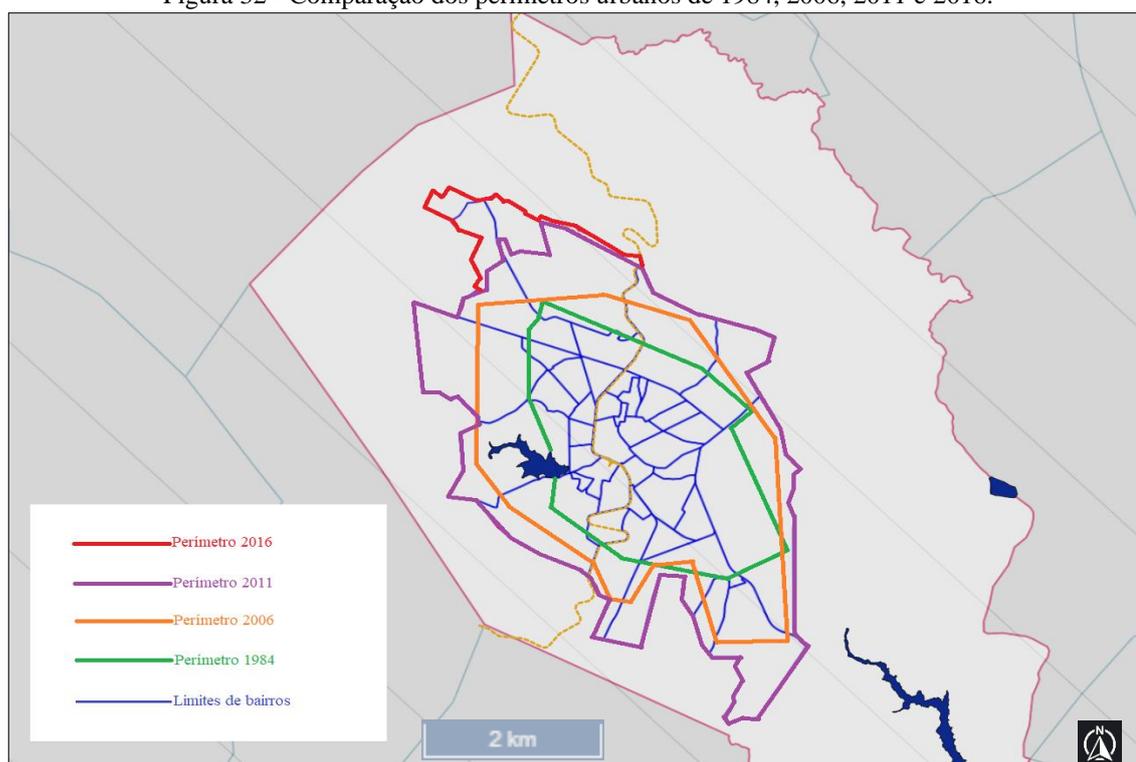
<sup>98</sup> Brasil (1964).

<sup>99</sup> Arapiraca (1984).

Deputado Nezinho) possuem um padrão social de baixa renda<sup>100</sup>, esses foram, portanto, alguns dos locais encontrados como “opção” para a classe trabalhadora que necessitava de moradia, lembrando que a continuação do projeto de habitações populares da COHAB-AL formou o bairro Planalto.

Trazemos esse mapa a seguir (Figura 32), para em uma mesma figura comparar a expansão do perímetro, a partir de 1984, com momentos posteriores, sendo que houve uma alteração pela lei 1911/1995<sup>101</sup> que não foi registrada em mapa, ou não foi adicionada à base cartográfica digital da prefeitura. Mas é uma mudança pequena; estende apenas parte do perímetro sul, representando um aumento de aproximadamente 13% no polígono urbano. As alterações posteriores estão todas registradas na base de dados. Esse mapa vai ser útil para proporcionar uma visão comparativa a partir de 1984 entre a zona urbana e as áreas de expansão da cidade:

Figura 32 - Comparação dos perímetros urbanos de 1984, 2006, 2011 e 2016.



Fonte: GeoArapiraca (2019).

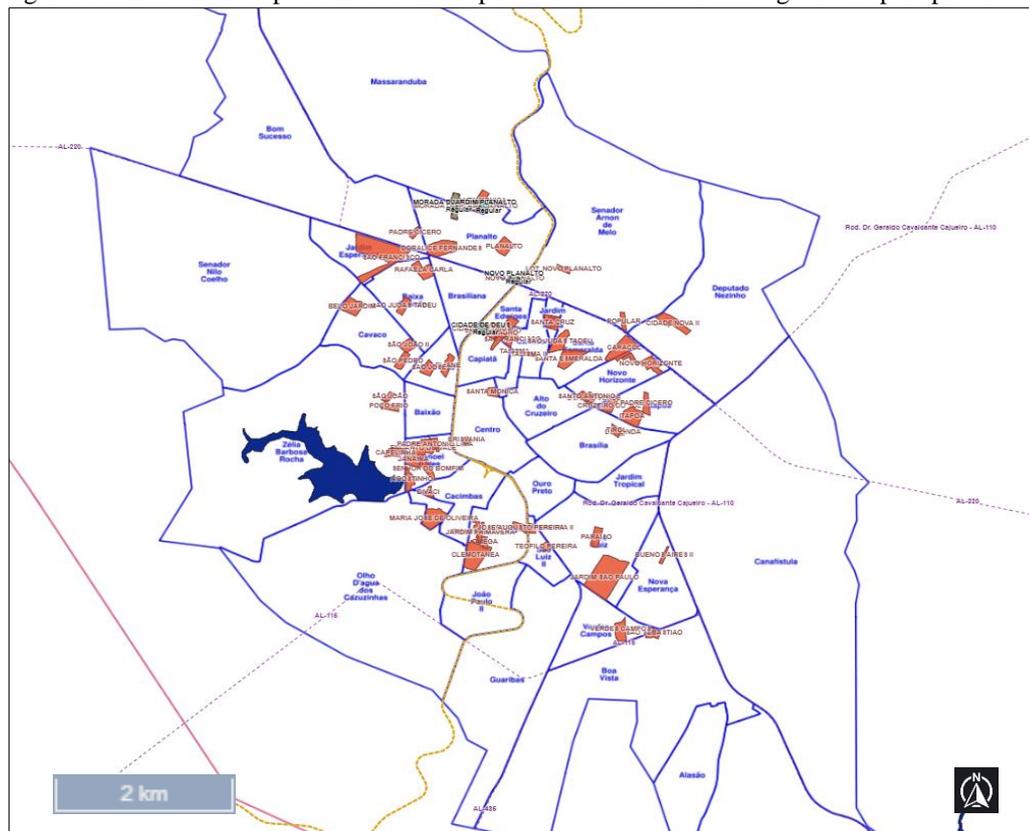
<sup>100</sup> Certamente há exceções, haja vista o tamanho da área, de modo que podemos encontrar condomínios de padrão elevado como o Ouro Verde, porém não deixa de ser um elemento de exclusão social já que são empreendimentos do tipo fechado que formam ilhas de isolamento do restante da periferia. E esse também é um fenômeno ocorrido em outro período histórico, de um contexto diferente desse da década de 1970, ou mesmo das duas décadas seguintes, mas já do início desse século quando há a inauguração de hospitais, como a Unidade de Emergência do Agreste, do Arapiraca Garden Shopping e do Centro Administrativo, que propiciaram de modo mais claro o surgimento dessas áreas de especulação e produção imobiliária.

<sup>101</sup> Arapiraca (1995).

A lei seguinte à de 1995 foi a 2470/2006<sup>102</sup> que demarca também os limites dos bairros. Importante mencionar que isso ocorreu logo após a aprovação do Plano Diretor, deixando-o desatualizado pouco depois de entrar em vigência (SANTOS et al., 2016). Se as alterações nessa legislação aconteceram até 2006 em intervalos de 10 a 14 anos, não passa despercebida a redução desse tempo ao novamente haver mudanças em 2011 (lei 2770<sup>103</sup>, também trata do parcelamento do solo urbano municipal) e 2016 (lei 3238<sup>104</sup>, que também define os limites de comunidades da zona rural classificadas como ilhas urbanas). Foram alterações cujo objetivo claro foi atender os interesses da especulação e produção imobiliária, como constataremos ao analisar esse período.

Seguindo para a década de 1980 e fazendo um novo mapa da ocupação da cidade a partir dos empreendimentos privados (Figura 33), podemos observar as seguintes mudanças e permanências no fenômeno de expansão:

Figura 33 - Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1980 registrados pela prefeitura.



Fonte: GeoArapiraca (2019), Arapiraca (2015a).

<sup>102</sup> Arapiraca (2006).

<sup>103</sup> Arapiraca (2011).

<sup>104</sup> Arapiraca (2016).

Nessa nova configuração se percebe que o perímetro urbano de 1970<sup>105</sup> (que é muito próximo, para fins de comparação, à área suburbana de 1948 exposta na Figura 30) já não dá conta da velocidade com que a cidade cresceu, principalmente ao norte. A ampliação de 1984 veio a corrigir essa diferença. Ao comparar com a Figura 32 nota-se que, ao menos até o final dessa década, todas as novas áreas residenciais estão compreendidas nos limites estabelecidos em 1984. Um outro ponto é que, nesse período, os locais desabitados mais próximos à área central da cidade são ocupadas, havendo inclusive dois loteamentos dentro do próprio bairro do Centro. É também o momento de formação do que veio a ser o atual bairro Manoel Teles que fica muito próximo ao ponto de partida desse estudo, o Lago da Perucaba, região que por esse motivo receberá um pouco mais de nossa atenção mais adiante.

A década de 1980 também é o período em que a Administração Pública começa a pôr em prática a projeção de um espaço próprio na cidade, deslocado do Centro<sup>106</sup>, sendo adquirida pela própria Prefeitura uma grande quantidade de terras situada no atual bairro Santa Edwiges, local às margens da rodovia AL-220, portanto um ponto de acesso movimentado da cidade, que hoje originou o atual Centro Administrativo, local de concentração da maioria das secretarias, onde também se instalou o Poder Judiciário Estadual e Federal e, em 2018, passa a sediar a Câmara de Vereadores. É a chamada Zona Institucional, do PDMA de 2006. Esse espaço é diferente do que preconizava o PDDI de 1979, que planejava construir tal zona mais próxima ao Centro, margeando o Riacho Piauí.

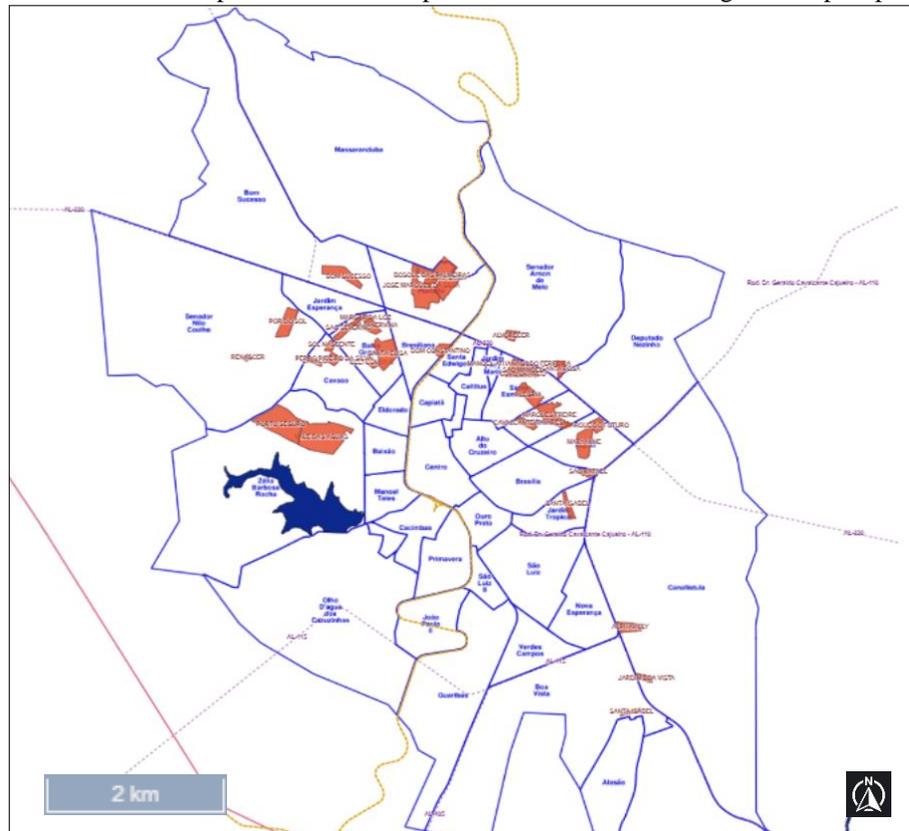
No mapa a seguir (Figura 34) podemos ver os empreendimentos legalmente registrados nos anos noventa:

---

<sup>105</sup> Como mencionado, a Prefeitura de Arapiraca só possui mapas da zona urbana a partir de 1984.

<sup>106</sup> Raíces... (2017).

Figura 34 - Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 1990 registrados pela prefeitura.



Fonte: GeoArapiraca (2019), Arapiraca (2015a).

Nessa década a maioria dos loteamentos ainda está a preencher os vazios urbanos existentes no polígono de 1984 na parte norte, mas já nos últimos anos, quatro loteamentos (três deles com grandes proporções para a época, sendo o menor com 366 lotes e os dois maiores com 652 e 751 demarcações) começam a extrapolar o perímetro à oeste. Percebe-se que nessa década o ritmo de crescimento ao sul, que de 1950 a 1970 tinha sido a área de maior concentração habitacional, está estacionado com apenas 4 novos loteamentos; e ao norte cujo processo de ocupação começa a aumentar apenas nos anos setenta, ainda se sustenta nessa década.

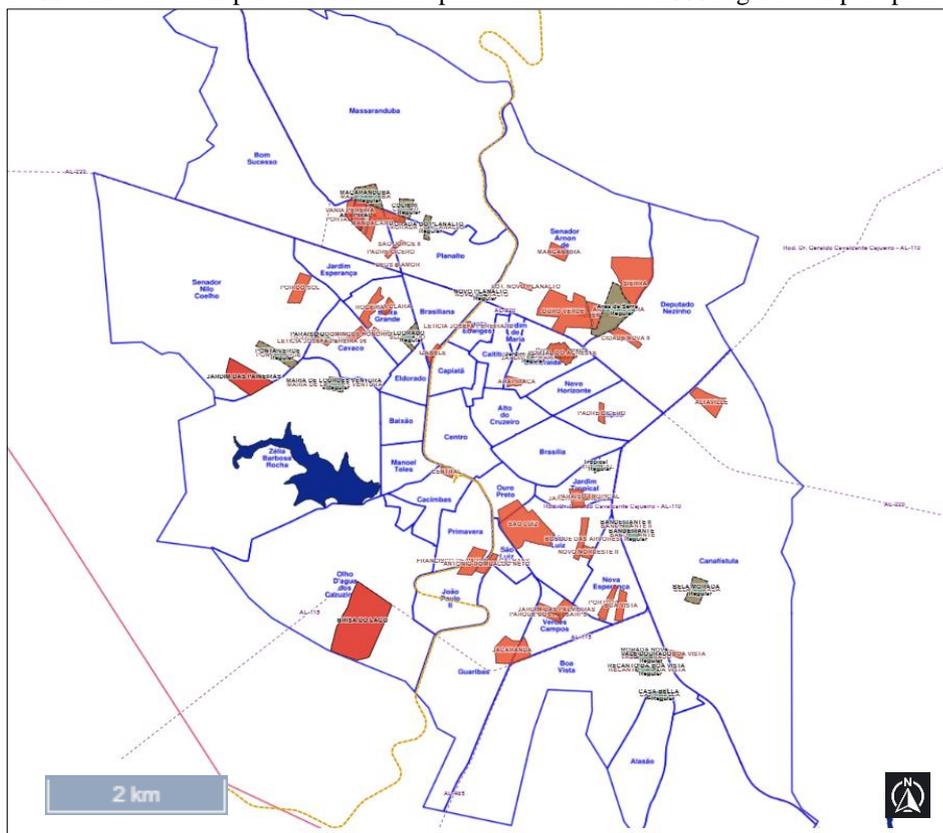
Nota-se que houve uma diminuição significativa das construções habitacionais da iniciativa privada nesse período em relação a 1980, havendo apenas 31 loteamentos, enquanto na década anterior foram 54. Santos, Santos e Barbosa (2015) ao se depararem com esse mesmo fenômeno apontam como hipótese explicativa para esse arrefecimento do mercado imobiliário a recessão pela qual o país passava. Também achamos um argumento válido, uma vez que dos 31 loteamentos inaugurados nesse período, apenas 5 são abertos entre 1990 e 1995, período mais grave da crise econômica, todos os demais surgem de 1995 a 1999, já com a estabilização

promovida pelo Plano Real. Mas se por um lado há uma diminuição no ritmo de construção de loteamentos, por outro os construídos nessa época são bem maiores que os anteriores, pois, a média de lotes por terreno, em 1980, era de 108 lotes enquanto, em 1990, chegava a 200. Assim, mesmo com um número menor de empreendimentos, nos anos noventa tivemos a abertura de 6.220 espaços residenciais, quantidade superior aos dez anos precedentes em que se registraram 5.838, portanto, mesmo com a crise, o ritmo de crescimento anterior foi preservado.

Para a realidade local isso também mostra que a crise na fusicultura em Arapiraca começa a levar os maiores proprietários a venderem seus terrenos, apostando no setor imobiliário, fenômeno que persiste nos anos seguintes de retomada no crescimento do mercado imobiliário. Isso vem acompanhado de dois outros processos correlatos que podemos levantar como hipótese: 1) o campo não conseguia manter mais uma parte da população e, em função do mercado de trabalho e da escassez de recursos, migravam ou eram engolidos pela cidade; 2) uma parcela da juventude rural passou cada vez mais a ser seduzida pelas oportunidades de estudo e crescimento profissional que Arapiraca possibilitava, almejando um futuro diferente daquele de seus pais e avós.

Nos anos 2000 há uma quantidade de novos loteamentos semelhante à da década de 1980, com 53 registros feitos até 2009. Fato interessante e obviamente não aleatório é que metade dessas construções surgiram todas nesse último ano, o que nos dá um sinal do que está por vir na década seguinte, consequência direta da política de habitação do Governo Federal (Programa Minha Casa Minha Vida) lançada em março de 2009.

Figura 35 - Loteamentos produzidos em Arapiraca na década de 2000 registrados pela prefeitura.



Fonte: GeoArapiraca (2019), Arapiraca (2015a).

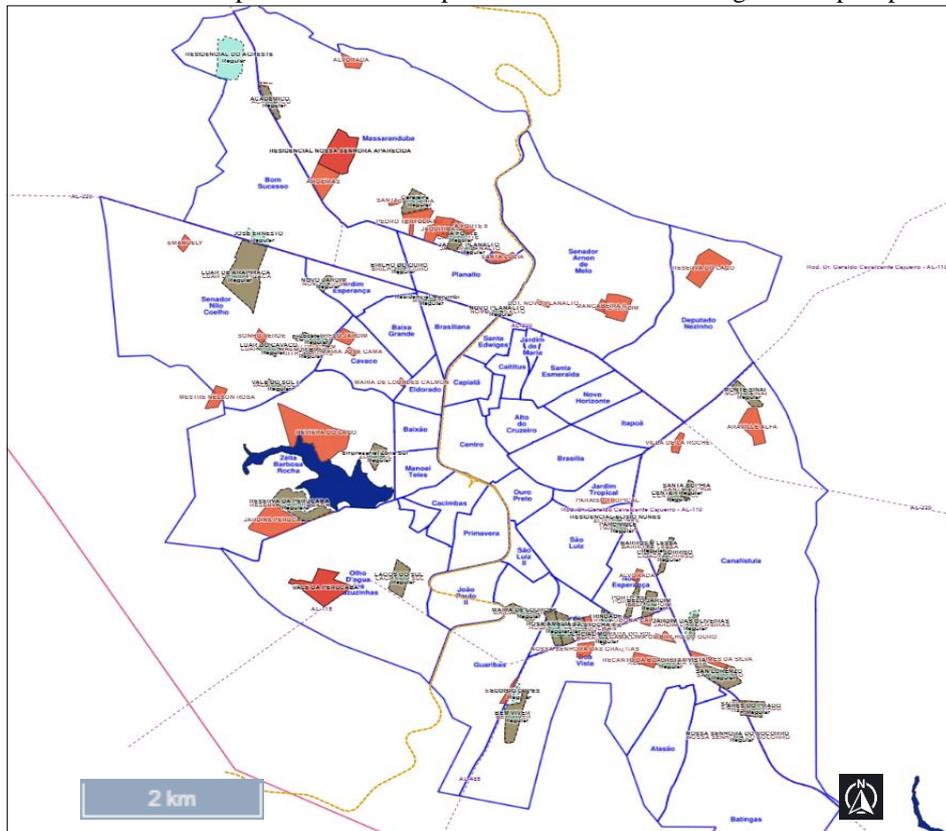
Em proporção ao período anterior, os loteamentos são ainda maiores com uma média de 239 lotes, sendo também construídos três conjuntos habitacionais populares: o Jardim das Paineiras, em 2002, com 608 moradias; o Arapiraca, em 2005, com 283; e o Brisa do Lago, em 2009, maior da cidade, com 1949<sup>107</sup>. Ao somarmos o total de espaços residenciais de todos os empreendimentos, chegamos há um número de 12.711 lotes, ou seja, em 10 anos se construíram quase a mesma quantidade de imóveis que nos últimos 30 anos anteriores, números que impressionam ainda mais se focarmos apenas em 2009. Nesse ano foi levantada uma quantidade de casas que podemos equivaler a toda uma década, com 5.604 lotes abertos.

<sup>107</sup> É importante salientar que o ano a que nos referimos é o de registro dos loteamentos e não o de término das construções, preferimos essa metodologia já que foi a mesma utilizada nas décadas anteriores e também não há informações sobre quando cada loteamento preencheu todos seus lotes com imóveis, porém o próprio contexto nos mostra que é um processo rápido, não deve ter levado mais que alguns anos. Afinal, se o mercado estivesse com dificuldades não se abririam tantos outros residenciais nesses períodos. Mantém-se, assim, uma mesma escala para analisar a expansão urbana de Arapiraca. Porém, é importante deixar o registro sobre datas de inauguração em relação aos conjuntos habitacionais populares para quando for o caso de associar os mesmos a períodos de desocupações de certas áreas da cidade em que os moradores foram destinados a eles, como é o caso do Jardim das Paineiras que recebeu muitas pessoas da favela do Caboje, onde hoje se localiza o Bosque das Arapiracas. Deste modo, esses residenciais só foram concluídos em 2007, 2008 e 2012, respectivamente.

Essa ilustração ainda nos mostra que o sul da cidade voltou a se expandir, mas uma expansão concentrada nos mesmos locais de antes, com a ocupação de vazios urbanos numa área ainda equivalente ao zoneamento de 1984, exceto a sudoeste, onde já há o Brisa do Lago, mas esse grande loteamento já começa a fugir ao próprio perímetro estabelecido em 2006, estando metade dentro da zona urbana e outra metade onde é considerado rural. As demais construções ao norte estão dentro desse último zoneamento, concentrando-se principalmente nos vazios da margem direita da AL-220. Existe outro fator que influencia no controle do crescimento urbano nessa região que é até bem mais contundente que a lei: trata-se da própria natureza, pois, os limites da zona urbana são marcados pelo início de serras como a dos Ferreira e das Mangabeiras, não sendo espaços que por hora sejam ocupados enquanto existir áreas mais planas, portanto mais adequadas à construção que esses acidentes geográficos.

A Figura 11 destaca os empreendimentos privados que surgiram entre 2010 e 2015, data final que a base de dados fornecida pela Prefeitura alcança. Nesse período de meia década, podemos ver os locais de expansão mais recentes da cidade e também ter uma melhor visão do impacto do Programa Minha Casa Minha Vida na transformação do espaço citadino:

Figura 36 - Loteamentos produzidos em Arapiraca entre 2010 e 2015 registrados pela prefeitura.



Fonte: GeoArapiraca (2019), Arapiraca (2015a).

Esses últimos 5 anos foram o de maior expansão da cidade com o surgimento de 69 novos loteamentos cadastrados pelo poder público com 16.991 lotes, tendo em média um tamanho semelhante aos da década anterior, com 246 casas por terreno. Os três novos conjuntos habitacionais de interesse social foram: O Nossa Senhora Aparecida e o Vale da Perucaba surgidos em 2012 que possuem 1009 e 999 casas, respectivamente, e o Residencial do Agreste, em 2013, também com 999 casas<sup>108</sup>. Eles estão localizados tão na extremidade da cidade que extrapolaram a última delimitação estabelecida em 2011, que já havia sido feita para abarcar a área em que vinha ocorrendo essas construções, precisando haver um prolongamento em 2016 para contemplar o Residencial do Agreste, já que é requisito do PMCMV que as residências estejam em área urbana.

Ao mesmo tempo temos áreas mais próximas ao centro que se tornam extremamente valorizadas, como é o caso do Açude do DNOCS, como podemos ver, no mapa, os condomínios e o Bairro Planejado tomando conta da maior parte de suas imediações.

As consequências dessa febre imobiliária podem ser percebidas de várias maneiras. Além do caso do Lago da Perucaba, há outros exemplos de coerções físicas que já se concretizaram em Arapiraca. Podemos citar uma das mais recentes que ocorreu em 2015, quando houve a desocupação forçada de assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de uma propriedade ocupada há mais de 13 anos, com a demolição de seus barracos e destruição das lavouras. Era um terreno situado às margens da rodovia AL-115, próximo ao campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde funcionava a antiga Estação de Pesquisa Agropecuária de Alagoas (EPEAL), fechada desde do ano 2000 e ocupada em 2002 pelos camponeses que reivindicavam a construção de uma escola agroecológica<sup>109</sup>. Apesar de haver uma universidade federal em frente ao lugar, desde 2006, havia um empecilho aos interesses da especulação imobiliária que era a existência do Presídio Des. Luis de Oliveira Sousa, mas após sua desativação em 2013, passou a ser uma área extremamente valorizada, cujo terreno era avaliado em mais de 16 milhões, mas que acabou sendo arrematada por pouco mais de 5 milhões em um leilão que, apesar de movido por questões trabalhistas envolvendo os funcionários daquele ente público, evidenciam outros interesses escusos por trás dessa ação quando vemos a discrepância da avaliação do terreno e o valor pelo qual foi adquirido, também

---

<sup>108</sup> Ano de inauguração: 2013, 2016 e 2014, respectivamente.

<sup>109</sup> MST (2015).

já sendo planejado pela construtora beneficiada a construção de um condomínio no local.

O setor privado vem se apropriando de terras públicas na cidade com uma certa frequência. Trata-se de uma reprodução local da política neoliberal mais ampla do capitalismo. Ao estudar esse processo em Arapiraca, Valões (2018, p. 68, grifo do autor) demonstra que:

a Prefeitura de Arapiraca doou os terrenos públicos ao setor privado, sem ter nenhuma mínima contrapartida. Até mesmo no caso em que foi estabelecida uma contrapartida muito abaixo do valor do terreno, esta não foi efetivada, o que configura a impossibilidade de assumir o ato o status de 'doação onerosa', já que a diferença entre o doado e a contrapartida estabelecida é inaceitável.

Essas terras estão situadas em locais bastante valorizados como a área próxima ao Centro Administrativo (Zona Institucional e adjacências) onde terrenos foram cedidos para a construção de um shopping, banco (Caixa Econômica Federal), Call Center, e uma empresa de concreto pré-moldado que nunca foi instalada, inclusive com o grupo empresarial vendendo as terras a outros particulares, sendo posteriormente adquirida pela Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) (VALÕES, 2018). Houve também doações de terras da prefeitura a outros entes públicos, mas com objetivos claros de influenciar na especulação imobiliária da área em que se situava, como ocorreu com a doação do terreno dentro do Perucaba Bairro Planejado para construir um novo campus para a Universidade Estadual de Alagoas<sup>110</sup>.

Podemos destacar também as violências de natureza simbólica cometidas pela ação do capital, uma delas é como a especulação imobiliária mexeu com as identidades dos bairros. O interesse do poder econômico que pressionou a ampliação do perímetro urbano em 2011 foi de tal forma que visou apenas atender às exigências burocráticas para a viabilização dos empreendimentos, contudo não houve nenhuma preocupação dos vereadores em realizar um novo zoneamento dos distritos. Os bairros das extremidades foram expandidos até os novos limites estabelecidos, incorporando comunidades rurais existentes nesses espaços, fazendo com que povoados inteiros “deixassem de existir” em termos legais, como é o caso da vila Batingas que se urbanizou bastante nos últimos anos e passou a ser incorporada oficialmente pela cidade com a legislação de 2011, porém, como parte do bairro vizinho, o Boa Vista. Aos poucos, à medida que se ia registrar um imóvel ou necessitar a utilização do CEP dos Correios, por exemplo, os moradores foram se deparando com essa situação em que seu bairro não existia mais e era identificado como outro, algo que movimentou a comunidade e a Associação de

---

<sup>110</sup> UNEAL (2012).

Moradores para cobrar satisfação dos órgãos públicos<sup>111</sup>. Um pouco desse clima pode ser visto nos registros de publicações na rede social da Associação:

Boa Tarde!!!(sic)

URGENTE!!!(sic)

Caros amigos e associados, estamos passando por um momento conturbado na história de Batingas, nesta sexta feira(06/02) fui informado por um morador que ao tentar registrar seu imóvel em cartório foi informado pela prefeitura que o mesmo estava localizado no bairro Boa Vista, INDIGNADO, ele me procurou para solucionar o problema.

Fui a prefeitura para esclarecer o mal entendido e fui informado que realmente a Batingas NÃO EXISTE nos arquivos da mesma, sendo todo território de Batingas pertencente ao bairro Boa Vista, mudança esta feita em 2012 e que não foi comunicada a população batinguense.

Peço o \*apoio de todos para que não deixemos isso acontecer definitivamente.

att.: Jean (presidente da Associação)

(\*confirme seu apoio deixando um comentário) (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BATINGAS, 2015, grifos do autor).

Com a pressão, uma reunião foi marcada pouco depois, exigindo-se a presença da prefeitura, representada pelo secretário de desenvolvimento urbano e habitação da cidade e equipe técnica para explicar o que estava ocorrendo<sup>112</sup>, tendo participação massiva dos moradores, principalmente os mais antigos. Por um lado, o público revoltado fazia falas defendendo o direito de a comunidade continuar com o nome que sempre teve, sendo ouvidos pelos servidores que realizaram uma palestra com recursos multimídia, mostrando mapas e diagnósticos da cidade com toda uma linguagem técnica e chegando a afirmar sem nenhum acanhamento que isso ocorrera motivado pela “especulação imobiliária” e que era preciso ser elaborada uma nova lei de bairros com novas delimitações para os casos em que as comunidades não aceitavam as mudanças para poder sanar esse problema. Além de Batingas, outros 9 povoados engolidos pela área urbana também estavam por esperar uma resolução para seu “sumiço” dos mapas, sendo realizadas reuniões semelhantes nessas comunidades<sup>113</sup>. Mas é um problema para o qual ainda hoje não foi apresentada solução. A prioridade foi continuar a ampliar a zona urbana onde era necessário construir grandes empreendimentos como novamente ocorreu em 2016, deixando questões de identificação social como estas para depois.

Agora que buscamos mostrar o contexto mais geral de urbanização vivenciado por Arapiraca, é mais fácil compreender a dinâmica do lugar do qual partimos. O crescimento da cidade foi um fenômeno muito intenso, principalmente a partir da segunda metade do século

<sup>111</sup> Esse bairro é onde o autor reside, sendo essas informações uma percepção pessoal da vivência desse processo.

<sup>112</sup> Reunião acompanhada pelo autor que ocorreu dia 24 de fevereiro de 2015.

<sup>113</sup> Estudo... (2015).

XX, apesar de, em algumas décadas, ter sido mais concentrado em determinadas áreas da cidade que em outras, vai de um modo geral se expandindo do Centro em direção às periferias. A dinâmica de venda de propriedades agrícolas antes ocupadas por lavouras da principal atividade produtiva (o fumo), faz com que mesmo os bairros mais bem localizados onde foram erguidas residências de alto padrão, tenham também uma mesclagem social variada quando melhor observarmos sua composição, o que indica que não houve grandes espaços de especulação antes do início deste século. Mesmo que o fator “distância em relação ao Centro” tenha influído no padrão social dos bairros mais afastados, principalmente onde instalaram-se os loteamentos de interesse social, não pode ser encarado de forma indiscriminada, já que há bairros muito carentes também próximos ao Centro da cidade, como é o caso do bairro Manoel Teles que está localizado na área de nosso objeto de estudo. Por isso, agora é preciso ir em direção a esse espaço específico para explicar um dos variados contextos sociais da cidade, como faremos a seguir.

### **4.3 A urbanização do Açude do DNOCS**

O atual Lago da Perucaba é uma obra de urbanização de um açude público de porte médio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com capacidade para 4.130.500m<sup>3</sup>, cuja construção foi iniciada após a aprovação do projeto em 1962<sup>114</sup>, sendo inaugurado em abril 1965<sup>115</sup> e, oficialmente, tornando-se propriedade federal do DNOCS em agosto deste mesmo ano<sup>116</sup>. Sabe-se, através de depoimentos orais de antigos moradores da área<sup>117</sup>, que já existia um açude menor muito antigo, que uma matéria de jornal da década de 1970 atribuíu sua construção ainda aos últimos anos do século XIX<sup>118</sup>; além dessa fonte, o Diário Oficial da União (DOU) de 1951, em que se publicam a aprovação de dotações para a execução de estudos, projetos e obras diversas do DNOCS, também menciona um açude a ser construído em Arapiraca enquadrado no orçamento destinado a “aumento e consolidação de barragens” e não na parte de “estudos e construção” no qual se listam açudes a serem feitos em diversos outros

---

<sup>114</sup> Diário Oficial da União de 24/09/1962 (BRASIL, 1962).

<sup>115</sup> Amanhã... (1965).

<sup>116</sup> Decreto 56.704 de 10 de agosto de 1965 (BRASIL, 1965)

<sup>117</sup> Entrevistas realizadas pelo autor (LIMA, 2019).

<sup>118</sup> Correia (1972).

municípios<sup>119</sup>. A partir dessas pistas, procurou-se maiores informações em documentos mais antigos, sendo encontrado de fato na “Mensagem do Governador Gabino Besouro ao Congresso Alagoano de 1894”<sup>120</sup> menção à realização de tal obra:

Um outro importantíssimo melhoramento está reclamando o Estado, e vem a ser a construção de pequenos açudes em toda zona sertaneja, compreendida entre os municípios de Palmeira dos Índios e Paulo Affonso.

[...]

Reconhecendo uma tal necessidade na viagem que fiz o anno passado por aquella zona, determinei a construção de alguns em Paulo Affonso, no Agreste entre Ipanema e Pão de Assucar, no município de Traipú, no de Limoeiro e de Cacimbinhas no de Plameira dos Índios, abrindo para esse fim credits, na conformidade do art. 13 da lei n. 25 de 19 de Maio de 1892. (ALAGOAS, 1894, p. 12-13).

Acreditamos que o açude feito em Limoeiro seja o de Arapiraca, uma vez que esta era uma vila que ainda pertencia àquele município nessa época. Confirmamos essa informação com novos materiais que citam expressamente o açude feito em Arapiraca, como vemos na coluna destinada a publicações oficiais do jornal Gutenberg:

Açudes – em Julho do anno passado resolveu o Governador mandar sustar as obras dos açudes em construção nos municípios de Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios, Traipú, Pão de Assucar e Paulo Affonso e para as quaes haviam sido entregues aos respectivos Intendentes quantias na importância de 41:0008000.

Posteriormente foram nomeadas comissões compostas de pessoas da localidade para darem parecer sobre o estado das obras.

[...]

À vista do parecer da Comissão do Limoeiro de Anadia, foram regularmente feitas as obras de açude de Arapiraca. (PARTE..., 1895, p. 1)

Não bastasse essa informação novamente um ano depois, nesse mesmo veículo, um outro ofício publicado no jornal cobra a prestação de contas da quantia empregada na construção do açude em Arapiraca:

– Ao Intendente do município de Limoeiro – Não tendo até hoje tido solução do officio que vos dirigi, de ordem do sr. Governador, em data de 10 do mez findo, de novo peço vos que com a máxima brevidade apresenteis as contas relativas a importancia de 4:000\$000 réis que recebestes para construção do açude em Arapiraca, afim de que, estando comprovadas, possam ser liquidadas e aprovadas. (DIA..., 1896, p.01).

Deste modo, o açude construído pelos munícipes com recursos do governo estadual passa por uma primeira apropriação (material e simbólica) feita pelo DNOCS na década de 1960. A sua ampliação se encaixa no contexto de ações do órgão no Polígono das Secas do Nordeste, planejadas desde a década de 1950. Não apenas em Arapiraca, mas em várias outras

---

<sup>119</sup> Brasil (1951).

<sup>120</sup> Alagoas (1894).

idades nordestinas, açudes como este foram inaugurados, sendo usados pelo regime ditatorial então instalado no Brasil como propaganda das ações realizadas pelo governo militar em seu primeiro ano, sempre estando presentes nas festividades várias autoridades locais e, entre elas, o ministro da Viação e Obras Públicas, mal. Juarez Távora<sup>121</sup>.

A principal proposta ao construir o açude era abastecer com água a comunidade de Arapiraca<sup>122</sup>, uma finalidade, desde o início, problemática, pois, as águas do Riacho Perucaba, represado para provocar a inundação, tem altos teores salinos não sendo potável. Mas mesmo esse fator não parece ter sido razoável para os engenheiros, que chegaram a fazer a encanação para levar água do açude à praça do bairro de Cacimbas (um dos bairros mais populosos de Arapiraca na época, próximo cerca de 1km do local), onde haveriam chafarizes. Os próprios moradores já viam que era uma obra que não daria certo, como relatou um entrevistado: “Eles ia dizendo que ia encanar, botaram inté na praça ali, aqueles cano dessa grossura, da rede d’água, dizem que ia botar pra rua. Água salgada rapaz! ‘fica doce’, doce aonde rapaz? As terra tudo salgada aí, no berço da Perucaba” (LIMA, 2019, np., grifo da transcrição). Podemos cruzar essa informação com a de um jornal da época, mostrando que foi uma situação até mais vexatória, pois foi preciso que o próprio ministro Juarez Távora mandasse suspender a ligação da água do Açude ao constatar que a mesma não servia para consumo humano durante a solenidade de inauguração:

Segundo nos informam de Arapiraca, o Ministro Juarez Távora, em sua recente visita àquela cidade, ao inaugurar o açude de 4 milhões de metros cúbicos ali construído pelo DNOCS, teria determinado a suspensão imediata da obra de ligação do referido açude a dois chafarizes para abastecimento da população local.

Na ocasião em que a obra era inaugurada, teriam chamado a atenção do ministro para o fato de que a cidade necessitava de água potável e não água salgada como a existente no açude. Verificando que o líquido do reservatório realmente era de alto teor de salinidade, o titular da Viação e Obras Públicas prometeu o apoio do DNOCS, no sentido da construção duma adutora que abasteça Arapiraca com água do São Francisco.

Estará assim o problema da “capital do fumo” para sempre solucionado em tómos (sic) definitivos através da Casal, a quem o DNOCS transferiria recursos destinados à construção duma adutora nos moldes da que já está sendo construída pela Cia. De Abastecimento d’água e Saneamento, na Bacia Leiteira do sertão alagoano (JUAREZ..., 1965, p.6).

Nas memórias de um historiador local também achamos um lamento quanto à realização dessa obra que extinguiu uma área utilizada para lazer onde a população se banhava,

<sup>121</sup> *Imagens...* (2010).

<sup>122</sup> Ofício 136-T de 24/09/1962 do diretor Geral do DNOCS (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 2014, p. 215).

principalmente, durante as cheias do Perucaba: “construir uma barragem em um riacho de água insalubre, como a Perucaba, foi realmente um ato de pouco alcance, uma insensatez que, no futuro, iria dar trabalho novamente para desativar a água represada e completamente poluída com os esgotos de hospitais dejetos de matadouros, sujeira de mercado público, etc.” (GUEDES, 1999, p. 131).

É difícil de entender como uma obra planejada por mais de uma década, já que desde 1951 há recursos liberados para os estudos necessários, não previu que o represamento da água iria causar a concentração alta de minerais que tornariam a água impotável. Conseguimos encontrar em bibliografias mais especializadas sobre a construção de açudes no Nordeste motivos que levaram obras como a do açude de Arapiraca, a terem tão pouca serventia. Segundo José Campos (2014), a política adotada pelos governos do Brasil do final do século XIX à metade do XX perpassava pela ideia de que a construção de reservatórios, sejam eles grandes, médios ou pequenos, deixaria a região menos suscetível às secas; demais ações como transposição de rios perenes (como o São Francisco) não tinham capacidade técnica para serem executadas e principalmente as medidas de caráter socioeconômico, como uma reforma agrária, esbarravam diretamente nos interesses das elites. As novas orientações que começam a surgir a partir de 1958, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estando à sua frente Celso Furtado, são logo barradas pelo Golpe de 1964, ou seja, apenas medidas paliativas e pouco efetivas eram tomadas. Ao que diz respeito à própria forma como as obras eram planejadas, se percebe que também deixava muito a desejar:

Os projetos de construção que existem para cada açude obedecem a um modelo comum, que se concentra quase que exclusivamente nos aspectos de engenharia da barragem, sem incorporar nenhuma avaliação rigorosamente econômica, dando apenas vagas indicações dos usos futuros para a água acumulada. Somente depois da construção, e num ritmo lento, projetos foram feitos, e ainda assim para uma minoria de casos, para explorar a irrigação de culturas, o cultivo das áreas de montante, a criação de peixes, a perenização de rios e o abastecimento de água de áreas urbanas e rurais (ASSUNÇÃO; LIVINGSTONE, 1993, p. 430).

De fato, além do orçamento de despesas, o relatório para a obra do açude de Arapiraca trata apenas de questões técnicas quanto ao emprego do solo na construção de barragem de terra<sup>123</sup>. Somente um ano após a sua construção, é realizado um estudo sobre as condições do solo e da água, sendo descartado tanto sua potabilidade quanto seu uso para irrigação ou no máximo como irrigação complementar no verão, mas sendo recomendado pelo engenheiro que

---

<sup>123</sup> Relatório nº 72-LS-1961 (Ibdi., p. 206).

se faça um estudo prévio numa área piloto, já aconselhando também o cultivo de culturas tolerantes a sal, além de avaliar se os possíveis benefícios compensariam o investimento necessário para tal<sup>124</sup>.

Também não podemos descartar os interesses econômicos por trás da promoção dessas realizações. Pedro Campos (2014) evidencia que, no Nordeste brasileiro, o DNOCS foi um dos principais impulsionadores da indústria da construção civil e pesada da região, contratando empreiteiras para a construção de diversos empreendimentos públicos, entre eles, açudes como este. Isso nos ajuda a refletir um pouco sobre o porquê da (lucrativa) insensatez por trás da realização de tal obra.

Com a finalidade principal da construção frustrada, permaneceu o usufruto de antes da intervenção do DNOCS, ainda no velho açude: a pecuária, sendo fonte de água para o gado; e a pesca. A localidade do açude já tinha uma ocupação significativa na época das intervenções federais, pois o documento com a relação dos proprietários que possuíam terras que seriam alagadas com o represamento das águas da bacia do Perucaba<sup>125</sup> nos traz uma relação de 49 proprietários a serem desapropriados, somando uma área de 334,04ha, portanto estamos falando de pequenas propriedades com média de 6,8ha por pessoa; mesmo as terras de posse da Prefeitura não chegavam a 3ha. A maior parte das atividades praticadas era a criação de gado, havendo algumas tentativas de se plantar cana como recordam em entrevista moradores do local (LIMA, 2019).

Mas quanto ao uso residencial, após a construção começou a se estabelecer às margens uma comunidade de pescadores que complementava ou mesmo tiravam todo seu sustento da pesca como os próprios relatam em entrevista. Há, inclusive, pescadores que dizem ser filhos de funcionários do DNOCS. Relatório da autarquia confirma a afirmação sobre a ocupação antiga da área:

Situação do Açude: O açude Arapiraca está localizado em áreas urbana e suburbana da cidade de mesmo nome, acumulando 4.700.000 m<sup>3</sup> d'água. Sua bacia de captação é boa, fazendo que ele sangre de 5 a 6 meses por ano o que de certo modo é um benefício, pois evita que a sua água venha se tornar maiores concentrações de sal. Sua linha de contorno (faixa seca) **incluirá nada menos de 18 casas residenciais**, além do matadouro da cidade localizado no fim da avenida norte. A região é essencialmente agrícola, predominando a cultura do fumo que é a base econômica; a

---

<sup>124</sup> Considerações sobre solo e água do Açude Público Arapiraca-AL (Ibdi., p. 210).

<sup>125</sup> Relação dos proprietários que têm terras abrangidas pela bacia hidráulica do Açude Público “Arapiraca” e discriminação das respectivas áreas ocupadas (Ibdi., p. 203).

Pluviosidade é em média 1.200 mm ano (sic) (BEZERRA, 1966, p. 210, grifo nosso).

Ao pesquisar mais sobre a área vemos que a mesma continuou sendo desvalorizada aos olhos do poder público (e econômico). O Açude do DNOCS passou a ser o destino dos dejetos do matadouro público que já funcionava há anos no local e também dos esgotos do Centro da cidade e bairros vizinhos. A ocupação das proximidades foi se dando de forma irregular, mas não que essa seja a realidade apenas desse local da cidade, pois, pelas análises aqui já desenvolvidas, percebe-se que o processo de expansão urbana e o mercado habitacional em si nunca seguiu uma organização planejada em Arapiraca, fato também notado por Santos, Santos e Barbosa (2015).

Mas se os bairros que hoje são mais carentes da cidade foram se formando principalmente nas extremidades mais distantes do Centro, o entorno do Açude onde se encontra bairros como o Manoel Teles (na divisa com o Centro) é uma das exceções. Esse é um dos pontos onde notamos que foi povoado por pessoas de baixa renda, afinal, basta olhar nos registros o tamanho dos lotes à época da construção ou, no presente, a morfologia da área ao caminhar pelas ruas; além do perfil socioeconômico dos moradores, qualquer um desses fatores já é suficiente para essa conclusão.

Realizando novamente uma análise mais distante no tempo, vemos que a intensificação da ocupação das áreas ao redor do açude que hoje compõe partes dos bairros Manoel Teles, Cacimbas e Zélia Barbosa Rocha se deu a partir da década de 1980. Nesses locais são registrados mais de 900 novos lotes para construção de casas no período de 1980 a 1985<sup>126</sup>, ao observarmos a planta da área em que estão localizados esses loteamentos (vide Figura 08), se nota que não preenchem nem metade da área do bairro, o que demonstra a grande quantidade de construções que nunca foram regularizadas. Pode-se perguntar o porquê de uma área tão próxima ao Centro ter sido ocupada apenas na década de 1980 e por pessoas de baixa renda, quando antes disso já estava se intensificando o povoamento de regiões mais distantes. Uma resposta para isso está na configuração espacial da área, pois, trata-se de um baixio cortado ainda por um canal que levava os dejetos da cidade ao açude. O perfil dos moradores era principalmente de trabalhadores da indústria do fumo, do matadouro público e também pequenos mercadores da feira. Mesmo sendo uma região desvalorizada, os lotes ainda eram demasiadamente caros para a maioria conseguir quitá-los à vista, sendo comum o acordo com

---

<sup>126</sup> Registro dos loteamentos construídos em Arapiraca de 1960 a 2015 fornecidos pela SEDUH (ARAPIRACA, 2015).

o proprietário para ir pagando em pequenas prestações<sup>127</sup>.

Ao revisarmos os números já apresentados sobre aumento populacional, urbanização e crescimento habitacional, entendemos o contexto turbulento da década de 1980. Foi a necessidade de moradia que empurrou rapidamente famílias para ocupar áreas acidentadas e margens de esgotos como esta, formando em pouco tempo uma favela na cidade, a Vila Esperança, vulgarmente conhecida como “Escorrego da Catita”. Registro de antigas reportagens demonstram a precariedade das moradias e da infraestrutura no geral:

No bairro cacimbas, um dos mais populosos do município, está situado a Vila Esperança, mais conhecida como Escorrego da Catita, vive completamente abandonada, seus habitantes não tem condições de evolução, em vista a falta de assistência, pois as ruas estão tomadas de lama e a saúde de todos está ameaçada (NO “ESCORREGO”....., 1979, p.1).

Figura 37 - Favela Escorrego da Catita em 1979.



Fonte: No “escorrego”... (1979).

---

<sup>127</sup> Informação presente em entrevistas orais dos moradores mais antigos (LIMA, 2019).

Figura 38 - Favela Escorrego da Catita em 1979.



Fonte: No escorrego... (1979).

A precariedade, apesar de amenizada por algumas obras de melhoramento urbano no córrego, se manteve nas décadas seguintes<sup>128</sup>, perdurando uma situação muito difícil ainda hoje. Enfim, bairros como o Manoel Teles, em Arapiraca, são um retrato da triste imagem das periferias das cidades grandes e médias que sofrem com a falta de infraestrutura urbana.

Até o final de 1998, os esgotos ainda eram jogados diretamente no açude quando o canal passou a ser desviado para contornar o local e findar mais à frente, já no leito do riacho Perucaba. É nesse momento que se inicia o projeto de urbanização da área, inclusive transformar esse local numa área de preservação ambiental era um objetivo pessoal do vice-prefeito da nova gestão do executivo municipal eleita em 1996<sup>129</sup>, entrando como uma das metas do PPA de 1998 – 2001<sup>130</sup>. Mas um projeto ainda lento, cheio de entraves quanto à liberação de recursos federais e planos de recorrer até ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (como vemos na fonte de recursos para a execução das obras na área, que estão descritas no PPA) e também a possibilidade de haver a liberação de 8 milhões de reais

---

<sup>128</sup> Bairro... (2018).

<sup>129</sup> Arapiraca... (1997).

<sup>130</sup> Arapiraca (1997).

através do Banco Mundial<sup>131</sup>.

O projeto inicial para a área já dava indícios de a torna-la um ambiente de luxo, com a construção de um hotel 5 estrelas, quadra de tênis e outros equipamentos, de modo que era orçado em cerca de 5 milhões de reais. A incerteza quanto a vinda de recursos, ocasionou remodelação total, caindo para 690 mil reais<sup>132</sup>.

Apesar do desvio direto dos esgotos, o matadouro público ainda permaneceu jogando diretamente seus rejeitos nas águas, havendo também o descarte de resíduos sólidos, assim a poluição continuou em altos níveis de modo que, em 2005, uma reportagem ainda caracterizava o açude como uma lagoa de esgotos<sup>133</sup>.

Esse histórico nos revela bem como essa era uma área segregada da cidade, ocupada por pessoas simples e com uma escassez enorme de serviços públicos. Uma monografia defendida em 2006, antes das transformações na área, preservou bastante do imaginário que a população de Arapiraca possuía em relação ao açude. Ramos (2006) pesquisou a percepção ambiental da população arapiraquense em relação ao Açude do DNOCS através de questionários aplicados a moradores e não-moradores da área, comparando também os pontos de vista desses dois grupos. Foram entrevistadas 100 pessoas que pertenciam ao grupo externo ao açude e 15 pessoas entre as 40 famílias identificadas que viviam as suas margens. Desse primeiro grupo, quase todos têm uma opinião negativa sobre o açude; cerca de um quarto dos entrevistados nunca tinham visto o local, mas conheciam através de informações de terceiros, porém o tipo de resposta não sofre alteração em relação ao que o restante diz, o que para a autora demonstra que a imagem do Açude Público já se encontrava determinada na sociedade como negativa. 93% dos entrevistados que conheciam pessoalmente o Açude aprovavam a ideia de revitalização como forma de recuperar o meio ambiente e ter opção para lazer na cidade; os 7% restantes não acreditavam que isso seria possível, ou mesmo consideravam o fator distância em relação a outros pontos da cidade como impeditivo para tirar algum proveito da obra.

Quanto ao grupo que reside às margens, 80% já moravam há mais de 10 anos, portanto a maioria já tinha uma longa experiência de convívio no local, sendo que 60% afirmaram que gostavam de viver na área, 27% não gostavam e 13% disseram mais ou menos. Os pontos

---

<sup>131</sup> Arapiraca... (1999).

<sup>132</sup> Prefeita... (1997).

<sup>133</sup> Gonçalves (2005).

positivos de morar no local era a proximidade ao trabalho, já que, novamente segundo a autora, muitos trabalhavam no matadouro público, também que já estavam acostumados e que era um local tranquilo. As respostas dos que viam negativamente o local e dos que se colocaram no meio termo expuseram que o mau cheiro, moscas, o matadouro e até mesmo o próprio açude era o motivo de não gostarem da área. Vários foram os contextos que levaram esses entrevistados a residirem nesse lugar, mas o fator central girava em torno da falta de condições financeiras das famílias. Mesmo com a maioria afirmando que gostava de viver ali, há um predomínio de menções a pontos negativos quando se é solicitado para descreverem seu local de moradia, sendo 74% de características negativas apresentadas e apenas 24% de pontos positivos (dessas, 66% indicavam a pesca como a atividade positiva). Os pontos otimistas destacam, no geral, a tranquilidade do lugar, já os negativos trazem os fatores ligados à poluição e abandono do Poder Público. Isso impactou quando os moradores foram questionados se gostariam de morar em outro local, pois, 73% disse que sim, com justificativas que se relacionam diretamente com os pontos ruins mencionados. Ainda é explorado o que os moradores gostariam que mudasse na área, e as respostas estão ligadas à apresentação de soluções para os problemas:

Estas respostas mostram a preocupação dos moradores com o açude público. Ao perguntarmos se utilizam ou não o açude observamos que apesar de apenas 40% afirmarem que sim [...], ainda esse número poderia chegar a 100% pois todos os moradores têm uma grande contribuição na poluição do açude, pois nenhuma das quarenta casas possuem fossa. Além disso, como declararam utilizam também para banho de animais e para lavar chiqueiros e banheiros. (RAMOS, 2006, p. 48).

Essa é uma realidade que começa a mudar a partir de 2007, quando finalmente são iniciadas as obras para urbanizar o açude, nesse momento ainda com o plano de construir 100 moradias populares em suas margens para os moradores (ARAPIRACA, 2007), o que não se concretizou. A prefeitura realizou uma desapropriação das casas situadas nas margens do açude, indenizando algumas famílias, mas não executou o projeto de moradias populares. Aos olhos de grupos econômicos o resultado das intervenções tornou a área muito valorizada para abrigar trabalhadores e grupos expropriados.

Obviamente foi um processo que gerou tensões sociais, moradores das proximidades que acompanharam o drama das pessoas que foram desapropriadas relatam um pouco do contexto da época, das resistências em sair do local, da insuficiência das indenizações pagas pelo poder público para os mesmos adquirirem moradia em outro local, perda de seus pequenos comércios etc. São visões que variam muito, a depender do ponto de vista do indivíduo

envolvido, principalmente quando se trata de pessoas que apenas acompanharam de longe e daquelas que vivenciaram pessoalmente:

**E o que que vocês lembram, assim, como foi esse processo de tirada desse pessoal daí? Foi tranquilo, se teve gente que não queria sair?**

Manoel – Foi tranquilo.

Cícera – Mas teve gente que não queria sair não.

**Como foi?**

Cícera - Teve gente que... a pessoa nasceu e criou... pronto, eu nasci aqui nesse lugar, nessa casa, claro que tem a necessidade que eu tenho que sair, porque tinha que sair mesmo pra desocupar a casa...

Filha – Mãe, os que não queria sair era porque queria ganhar mais, sabe?

Cícera – A Dona Lourdes morreu preocupada. A dona Lourdes, mãe da Vilma.

Filha – Mas mãe, teve pessoas que a prefeitura deu um valor nas casas e eles disseram, “não, tá pouco, vou pedir mais”. Aí tava fazendo questão pra não sair por conta disso, porque queria ganhar bem mais e muita gente só saiu porque a prefeitura pagou o valor que a pessoa pediu (LIMA, 2019, n.p., grifos do autor).<sup>134</sup>

Percebemos os variados pontos de vista dentro de uma mesma família, algumas falas mais sensíveis às aflições passadas pelos moradores que foram expropriados, outras que não enxergaram conflitos no processo por não ter ocorrido grandes mobilizações contrárias ou presenciado ações mais violentas por parte do Estado. Também aquelas com tom de crítica às pessoas que foram mais inflexíveis em sair, por achar a indenização pequena. Mas onde se viu um dito “oportunismo” daquelas pessoas, podemos enxergar que a fala transparece uma forma de resistência, de conseguir mais dignidade diante de uma situação adversa enfrentada pela ação do poder público.

Depois desse conjunto de melhorias parte dos moradores deixou a margem leste do açude que passaria pela intervenção urbana e estabeleceram a atual Vila dos Pescadores em local que não seria atingido pela primeira fase das obras. São as pessoas que mais diretamente precisavam do açude para seu sustento diário, mesmo que se conseguisse uma casa em outro local (certamente distante, como vemos as localizações dos conjuntos habitacionais populares), sua subsistência estaria comprometida pelas complicações em se deslocar para o local de trabalho ou mesmo onde guardar os instrumentos usados para a pesca. Por parte desses indivíduos temos relatos mais enfáticos quanto aos problemas gerados pelas obras de urbanização, relatando como suas casas foram destruídas pelas máquinas, como seus peixes em gaiolas-criatórios foram mortos pelos resíduos químicos da pavimentação das ruas sem também

---

<sup>134</sup> Entrevista parte do acervo construído com os senhores Manoel e Cícera Salustiano, estando também presente nesse trecho falas de sua filha que participou momentaneamente da entrevista e se retirou para sua residência, sem dar tempo de tomar nota de seu nome. Perguntas do entrevistador estão em negrito.

serem indenizados por isso<sup>135</sup>.

Deste modo, podemos ir além de um paralelismo marcado pela contraposição “narrativa e contranarrativa” entre as classes dominantes e as classes subalternas, que não potencializa a composição da trama cotidiana da cidade (FREITAS, 2016). Mais do que expor ambos os interesses e os conflitos diretamente vinculado às classes sociais, também se enxerga através desta realidade um pouco do processo de disputa pelo direito de (sobre)viver e o modo próprio como os sujeitos constroem a cidade.

Com a inauguração da primeira etapa de urbanização do agora denominado Lago da Perucaba em 2009<sup>136</sup>, o empresariado local que já havia adquirido boa parte das terras da margem oeste do açude, enquanto ainda eram desvalorizadas, não perdeu tempo em lançar-se à empreitada imobiliária. Em matérias de jornais, obviamente de teor publicitário, encontramos um pouco da ação individual dos grupos empresariais, nos quais se reforça a narrativa empreendedora:

O empresário José Levino, de 60 anos, está otimista com o empreendimento que promete ser um marco no setor imobiliário do Estado. A ideia de criar o bairro aqui surgiu durante uma viagem. “Há seis anos, eu visitei o Alphaville em São Paulo, um bairro onde moram 80 mil pessoas e foi totalmente planejado. Eles estão com 40 anos. E visitamos outros em Santa Catarina e fora do Brasil, em Portugal”, relatou. (EMPREENDIMENTO..., 2013, np., grifo do autor).

Essa fala na reportagem nos dá dicas de como localmente as obras foram apoiadas pelos diferentes setores da sociedade. Como vimos no trabalho de Ramos (2006), a população de Arapiraca entrevistada e, especialmente, os moradores do entorno do açude (cujo perfil social é mais claro) sempre desejaram a resolução dos problemas da degradação da área, mas efetivamente o peso maior ocorre quando as elites locais também passam a manifestar seus interesses em recuperar o açude público, logicamente cada setor com suas intenções, numa clara manifestação da oposição entre valor de uso e valor de troca do espaço.

Sem querer questionar aqui o papel da individualidade dos empresários (afinal a pressão do poder econômico sobre o político é uma realidade de nossa sociedade), mas não conseguimos acreditar que uma intervenção como a do Bairro Planejado seja apenas fruto de uma “visão inovadora” trazida de fora. Ao observarmos a totalidade dos fenômenos sociais,

---

<sup>135</sup> Perucaba... (2015)

<sup>136</sup> Arapiraca (2009b).

percebe-se que o contexto nacional ajudou bastante, afinal, as obras públicas da cidade se inserem na conjuntura nacional pela qual o país passava no segundo Governo Lula, de oxigenação do setor privado com investimentos públicos, principalmente através do PAC:

Em linhas gerais, conclui-se que as obras nos setores da infraestrutura previstas no PAC têm por finalidade principal reduzir os custos e acelerar o processo de circulação das mercadorias controladas por grandes empresas residentes no país, ou seja, atende a exigência dos grandes empresários que estão em busca de circular suas mercadorias de forma mais competitiva. E aprofunda o neoliberalismo, isto porque transfere ao capital privado a possibilidade de comercializar serviços básicos da sociedade, tais como: saneamento, habitação, transportes (estradas, metrô) etc. (SILVA, s.n.t., p.4).

Também era o período de lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, grande motor da especulação imobiliária no país.

Após a inauguração, o Lago da Perucaba foi, por vários anos, o centro de grandes eventos artísticos organizados pela prefeitura, com a intenção de consolidar a área como o *point* do lazer e do entretenimento da cidade. No final de 2013, o Bairro Planejado passou a ser destaque na imprensa local, fazendo uma grande campanha de marketing. Ainda utilizando a matéria de jornal anteriormente citada podemos enxergar (para além da lógica econômica) a narrativa social do empreendimento: “O empresário prevê que Arapiraca deve crescer, na próxima década, o dobro do que foi desenvolvido nos últimos dez anos. Por todo esse cenário, ele afirma que ‘é um privilégio morar hoje em Arapiraca’”. (EMPREENDIMENTO..., 2013, np., grifo do autor). O grifo trazido na própria reportagem é o ponto no qual queremos chegar. Quando observamos o contexto político do espaço podemos compreender que o sentido de “privilégio” trazido na reportagem tem sérias implicações sociais.

É um impacto enorme para a cidade, que muda drasticamente a relação que se tem com a área e suas proximidades. É como se, de uma hora para a outra, toda uma relação histórica fosse invertida e o que antes era sinônimo de miséria, abandono, violência etc. passa a ser tratado pelos antônimos à essas características e às relações sociais que sempre existiram. É o caso, por exemplo, da criminalidade existente na comunidade carente do bairro Manoel Teles, que é vista como uma grave ameaça a esse local. Na matéria que trazemos a seguir “Tráfico de drogas e homicídios **transformam** bairro Manoel Teles em zona do medo” (TRÁFICO..., 2012, np., grifo nosso), já vemos no título a tentativa de encarar um fato antigo como novo. Há uma mescla dos traços de vulnerabilidade social, que sempre estiveram presentes no bairro, com as características do “vizinho” que foi completamente modificado pela urbanização:

O número de ocorrências ligadas à homicídios e tráfico de drogas vem crescendo assustadoramente na cidade de Arapiraca, em especial no bairro Manoel Teles, comunidade periférica que apresenta grande carência nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura e segurança. O bairro, que antes era conhecido como Escorrego da Catita, fica localizado numa **área geográfica privilegiada**, entre o centro da cidade e o Lago da Perucaba, uma das principais áreas de lazer da cidade (TRÁFICO..., 2012, np., grifo nosso).

Área geográfica privilegiada... este é um simbolismo inimaginável anos antes para se referir a esse bairro. Apesar de tratar especificamente do sofrimento e medo da população com a violência, a reportagem nos deixa transparecer também a oposição desses dois espaços sociais que entram em antagonismo provocado pelos usos e sentidos aplicados a esses locais. O próprio fato de destacar que o Manoel Teles está próximo de uma das principais áreas de lazer da cidade tem uma intencionalidade por trás, a da inadmissibilidade de esses dois espaços conviverem próximos um do outro.

Após as benfeitorias advindas da urbanização do açude, dois fatores continuaram sendo um estorvo para o Bairro Planejado. Um deles já foi “resolvido”, pois tratava-se do matadouro público que funcionava às margens do açude. Por mais de meio século a “matança”, como era popularmente conhecido, funcionou no local sendo responsável pelo abate de animais de corte não só de Arapiraca, mas da região Agreste. A cidade cresceu, centenas de moradores passaram a residir nas proximidades e a sofrer os estorvos diários que uma instalação como essa consequentemente traz, isto é, mau cheiro, moscas etc. Desde 1999 que existia o projeto de retirar o matadouro do local<sup>137</sup>, mas reclamações sobre esses problemas sempre houveram, porém, só foram efetivadas no início de 2016, processo que também carrega interesses e conflitos entre os pequenos comerciantes de carne, os marchantes, e a FrigoVale, concessionária privada que ganhou a licitação para administrar o novo matadouro público.

Durante anos não houve pressa do poder público em executar a obra, mesmo após a finalização da primeira parte da urbanização do Lago, ocorrida em 2009. Tiramos essa conclusão do fato de as obras do novo frigorífico localizado na Zona Industrial da cidade só terem começado em 2010<sup>138</sup>, tendo ficado durante muito tempo paralisadas, porque os próprios empresários não concordavam em ter um matadouro no Distrito Industrial, como destaca uma matéria de 2005<sup>139</sup>. Mesmo com a retomada das obras, havia diversos problemas, inclusive

---

<sup>137</sup> Arapiraca... (1999).

<sup>138</sup> Arapiraca (2010).

<sup>139</sup> Obras... (2005).

nunca entrou em funcionamento após a inauguração em 2012<sup>140</sup>, pois, já estava precisando de reformas<sup>141</sup>. Coincidentemente a agilização do processo de desativação do matadouro velho se deu após o lançamento do Bairro Planejado em 2013, afinal, além de estar na entrada do acesso ao condomínio, o mau cheiro era levado diretamente pelo vento ao local. Mas, na verdade, a aparente resolução desse problema apenas fez com que ele fosse transferido para outro lugar onde os mesmos transtornos de antes poderiam agora afetar outras pessoas que não os moradores do novo empreendimento de luxo. Atualmente, o local do novo frigorífico se encontra no final do Distrito Industrial; já próximo ao maior conjunto habitacional de Arapiraca, o Brisa do Lago, cujos moradores não demoraram a sentir os efeitos<sup>142</sup>.

Podemos aproveitar esse ponto para abordar um pouco desse outro aspecto dos conflitos de classe em Arapiraca. A mudança de local e de administração do matadouro, também impactou as relações sociais dos atores envolvidos. A pretexto da narrativa sanitarista da necessidade de melhorar as condições de higiene em que se dá o processo de abate dos animais, o capital encontra formas de aumentar sua lucratividade. Se compararmos a forma como o matadouro público era tratado pela imprensa, como podemos ver em reportagens antigas desde a década de 1990<sup>143</sup>, e o novo *marketing* feito pela vencedora da licitação<sup>144</sup>, podemos observar a construção dessa narrativa. O novo padrão estabelecido pela FrigoVale fez elevar o preço do abate para os marchantes, ainda havendo a apropriação por parte da empresa das vísceras dos animais sem qualquer compensação aos donos graças a “brechas” no contrato licitatório e decisões judiciais favoráveis à empresa. Ou seja, além de cobrar pelo abate, a empresa fica com o fígado, coração, rins e outras partes do animal. Se o marchante quiser as mesmas, terá de comprar da empresa. Esse conflito resultou em ações práticas desses atores, havendo várias manifestações, audiências públicas, boicotes (matança clandestina de animais), piquetes em frente a empresa, inclusive unindo a categoria dos marchantes com os moradores do Brisa do Lago que estavam sendo afetados pelos problemas ora mencionados<sup>145</sup>. Os conflitos ainda perduram, vários acordos são firmados e descumpridos e a pressão dos marchantes vem fazendo a prefeitura ceder em favor dos mesmos, ameaçando rescindir o contrato de concessão com a empresa, que sabe utilizar bem a narrativa de estar gerando emprego e apresentando um

---

<sup>140</sup> Arapiraca (2012).

<sup>141</sup> Arapiraca (2013b).

<sup>142</sup> Costa (2018).

<sup>143</sup> Farra... (2017).

<sup>144</sup> FrigoVale (2017).

<sup>145</sup> Marchantes... (2016); Gonçalves (2016).

produto com procedência confiável, além de que o encerramento de suas atividades geraria um caos na cidade<sup>146</sup>.

Mais uma vez vemos que não é o planejamento e gestão urbana que tem maior peso na organização cidadina. Afinal, o que levaria a se construir um grande conjunto habitacional em uma área considerada de Interesse Ambiental, próximo ao Distrito Industrial da cidade e ainda realocar o matadouro público para a vizinhança? É o tipo de planejamento que fica apenas no papel, não consegue interagir nem mesmo internamente à própria Administração Pública entre seus vários setores. São as relações materiais de produção que, na prática, constroem a cidade, impulsionadas pelo motor da luta de classes. É bem mais lucrativo para o proprietário lotear sua terra para se construir casas do que tratá-la como uma zona de manejo ambiental<sup>147</sup>, assim como é mais fácil também para o Poder Público ceder às pressões dos empresários em desativar algo que sempre foi um estorvo em termos sanitários e jogá-lo para a “planejada” Zona Industrial, sem se importar com o fato de ter havido sérias mudanças em seus arredores com a ocupação habitacional, mudando as características da área.

O segundo fator problemático para o Bairro Planejado ainda resiste nos dias de hoje. A comunidade de pescadores estabelecida próxima aos portões do empreendimento é uma continuidade histórica resistente à mudança sofrida por aquele espaço. Pelo que aqui já falamos sobre essa vila, percebe-se que a mesma representa uma resistência por parte desses trabalhadores em continuar a ocupar seu lugar dentro da cidade. Ao passar por essa segunda apropriação simbólica, transformando-se de Açude do DNOCS ou Açude do Governo, em “Lago da Perucaba”, a área apresenta uma característica semelhante a diversas outras que passam por essas modificações:

não são aceitas enquanto territórios já partilhados e construídos, mas sim como exceções da cidade que devem ser revitalizadas, isto é, devem ter vida em sintonia com o que é proposto por determinados grupos para ser a cidade. A ironia é que esse “ter vida” retira, de muitos, a condição de negociar seu direito à cidade. (FREITAS, 2016, p. 97, grifo da autora).

É possível analisar como a Prefeitura atende claramente aos interesses do capital imobiliário quando a mesma move, em 2014, um processo pedindo a reintegração de posse da área do açude (cuja propriedade oficialmente é do DNOCS) alegando que os pescadores que

---

<sup>146</sup> Sem a FrigoVale... (2019).

<sup>147</sup> Como é o caso do local onde está o Brisa do Lago, vide Figura 01, destaque abaixo do círculo vermelho na cor azul-claro, ZEIA B – Zona de Manejo.

residem na área há mais de meio século a estariam "monopolizando". Como podemos ver nos argumentos utilizados pela procuradoria municipal:

O que pode parecer algo inofensivo está se tornando um enorme problema para o Município de Arapiraca. A área é importante para o Município, pois se trata de um bem de uso comum do povo e também área de preservação permanente. A importância da área para o Município e para sua população é tamanha que existe um grande projeto, cujo objetivo é a execução de obras, serviço de urbanização e infraestrutura nas áreas degradadas da margem e do entorno do Lago da Perucaba. Esse projeto imenso, que conta com repasses de verbas federais, já se encontra em sua segunda etapa e foi justamente nessa fase que a obra estagnou, pois esbarrou na tal estrutura montada irregularmente pelos pescadores (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 2014, p. 5).

Se o peso usado para imputar aos pescadores o desacordo com normas ambientais fosse realmente isonômico, nunca deveria ter sido autorizada a construção do condomínio que, como dito, está situado em uma ZEIA. Santos et al. (2016), observam que a cidade “legal” está prospectada muito diferentemente da cidade “real”:

Em Arapiraca, assim como outras cidades interioranas de porte médio, nota-se que a expansão urbana descontínua do tecido consolidado da cidade, com a existência de diversos vazios urbanos, tem apontado um fator de grande relevância para que um estudo mais aprofundado venha ser desenvolvido. Nesse contexto, a atuação do mercado imobiliário tenta se beneficiar de uma parcela da cidade, desrespeitando leis de instrumentos norteadores de expansão e de desenvolvimento urbano (SANTOS et. al., 2016, p. 11-12).

Não se duvida também que a área é importante para o município, como afirmado pela Procuradoria, afinal se levarmos em conta a quantidade de convênios firmados entre Arapiraca e o Ministério do Turismo nota-se que em sua maioria são para intervenções nesse local: de oito convênios, entre 2008 e 2016, seis estão voltados a obras que abrangem a área do Lago da Perucaba<sup>148</sup> (BRASIL, 2017); o que nos cabe questionar: para que ou quem essa área é importante? Para quem sempre morou lá? Para os turistas de fora? Para a nova classe média e alta que residirá no local?

Respostas para essas perguntas são tiradas de mais alguns fatos presentes nesse contexto de especulação imobiliária. Ao mesmo tempo em que essa ação é movida, o empreendimento Perucaba Bairro Planejado já divulga em seus *folders* de propaganda um projeto de construir um hotel de luxo exatamente no local onde se localiza a vila dos pescadores, como mostra a figura 39:

---

<sup>148</sup> Refere-se aqui a convênios cuja liberação de recursos se concretizou. Há vários outros planos de cooperação com outras entidades e órgãos da União, mas optou-se por trazer apenas os conveniados com o Ministério do Turismo, suficiente para demonstrar o foco principal nesta área.

Figura 39 - Imagem ilustrativa do Perucaba Bairro Planejado. Destaque em círculo da área onde atualmente está localizada a Vila dos Pescadores na qual pode-se ver o projeto de um hotel à beira do açude.



Fonte: Urbis Perucaba Empreendimentos (2019) (Adaptado), sem escala.

Isso nos levou a tentar entender um pouco mais acerca da relação do empresariado local com as gestões da prefeitura. Isso é um fato que achamos prudente considerar, uma vez que:

Os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político) (FERNANDES, 2013, p. 54).

Destarte, optou-se por analisar as doações de campanha das eleições municipais. Para este trabalho, consultando as contas eleitorais das eleições de 2012, cujos documentos possuem uma acessibilidade mais fácil por estarem disponíveis na internet, identifica-se através da análise das planilhas de doadores, que os empresários (pessoa física) e grupos empresariais (pessoa jurídica) que são direta ou indiretamente ligados ao empreendimento Perucaba Bairro Planejado foram responsáveis por cerca de 1/4 das doações para a campanha da candidata vitoriosa no pleito (TSE, 2012a). Curiosamente o candidato que ficou em segundo lugar na disputa, também recebeu do mesmo grupo empresarial, excetuando os recursos advindos das pessoas físicas dos empresários, uma doação de mesmo valor (TSE, 2012b). Esses dados nos servem de apoio para uma hipótese bem evidente: não se tratam de "doações", mas de "investimentos" dos quais se espera um retorno e, dentro dessa lógica, a figura do político que esteja no poder não é o ponto mais significativo, já que há apostas nos dois lados.

Mas se as elites possuem seus meios de atingir os objetivos almejados, as classes populares também possuem, mesmo que esse objetivo não seja algo vindouro, isto é, um projeto para o futuro, mas sim a manutenção das atuais condições de subsistência, ou seja, a resistência. É nesse contexto que normalmente se ganha destaque os movimentos sociais, encarando-os, nos termos propostos por Gohn (2011, p. 335-336), como:

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas [...]. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.

O movimento que surge a partir da problemática enfrentada pelas famílias que dependem do açude, o “Perucaba para os Pescadores”, possui algumas peculiaridades. Apesar de os protagonistas serem, por direito, os moradores da área, há uma participação mais ativa de outros movimentos sociais que abraçaram a causa, como movimentos estudantis e também organizações políticas que contestam o projeto de Arapiraca que está sendo apresentado.

Vejamos que antes da atual Vila sofrer esse litígio, já havia ocorrido outro processo de desapropriação envolvendo até mais famílias do que as cerca de 13 que diretamente vivem no local (há outros pescadores que moram nas redondezas), mas sem uma repercussão tão significativa como a atual. Em Arapiraca também já ocorreram processos maiores do tipo, como o da Favela do Caboje onde hoje existe o Bosque das Arapiracas. Então, cabe a pergunta: por que esse caso dos pescadores do Lago da Perucaba gerou esse fenômeno?

Este é um estudo mais específico sobre os movimentos sociais contemporâneos, mas conseguimos fazer alguns apontamentos. Acreditamos que o próprio fato de ter havido uma organização desses trabalhadores foi fundamental para fortalecer sua resistência a pressão vertical dos atores econômicos e políticos, essa organização também se deu a partir do envolvimento dos outros atores políticos mencionados. Esse processo já se encontra descrito por Valões (2018, p. 108):

os pescadores resolvem se organizar a partir de um plano de ação. Em reunião realizada no dia 10 de Abril de 2015, os pescadores resolvem encaminhar o seguinte:

1. Criar a Associação dos Pescadores;
2. Realizar pesquisa para levantar quais eram agentes envolvidos na disputa pela área

e seus interesses;

3. Formar uma comissão composta por integrantes do Neajup<sup>149</sup> e Pescadores para realizar o estudo do processo judicial;

4. Dar visibilidade a luta: procurar programas de rádios, fazer visitas às universidades e realizar panfletagem no centro.

Deste modo, a presença de outros atores sociais que se solidarizaram com a luta veio a ser um importante ponto de apoio, pois, foi a partir de suas ações que se desenvolveu a cobertura midiática, principalmente através das redes sociais, e a assistência jurídica. A visibilidade dada a causa trazendo estudantes universitários à Vila dos Pescadores e também levando os pescadores a eventos na universidade, a produção de documentários amadores<sup>150</sup>, entrevistas em rádios<sup>151</sup>, páginas em redes sociais<sup>152</sup> etc. tem uma significativa importância para o fortalecimento da luta ao torná-la conhecida e conseguir uma rede maior de apoio.

A partir do envolvimento do DNOCS na causa, surge outro fator crucial que travou o uso da violência física por parte do Estado para forçar a retirada dos moradores. Se além de abastecer com água (finalidade descartada desde a construção no caso de Arapiraca) os açudes públicos construídos pelo órgão também tem o intuito de levar emprego e renda para as regiões onde atua, ao aceitar o projeto que o município pretendia vincular ao açude de Arapiraca, em detrimento da geração direta de empregos, colocar-se-ia em jogo a própria finalidade para a qual o DNOCS foi criado, deste modo, esse ente jurídico tem se posicionado pela permanência dos pescadores no local, ainda tecendo críticas às intervenções feitas na barragem que alteraram suas características originais, comprometendo a segurança do barramento<sup>153</sup>. Além disso, o sucateamento dessa autarquia federal a impossibilitava de manter uma presença física (sede, servidores etc.) no açude, fazendo isso por intermédio dos pescadores.

Assim, houve o reconhecimento de que se não fossem os pescadores a posse pelo DNOCS estaria comprometida e por esse motivo o DNOCS também defenderia a permanência dos pescadores na região, por isso foi considerado aliado nessa luta, mesmo com o receio de que algum acordo entre os órgãos estatais pudesse por em risco essa aliança (VALÕES, 2018, p. 109).

Levando em conta que a propriedade da área pertence oficialmente ao DNOCS, incluindo a área em seu entorno, a Prefeitura de Arapiraca não possuía competência para entrar com uma ação de reintegração de posse, mas isto não impediu a Justiça de reverter pareceres desfavoráveis à prefeitura, já que a mesma já havia perdido a ação na 1ª instância do judiciário,

<sup>149</sup> Núcleo de Extensão e Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Estadual de Alagoas.

<sup>150</sup> Perucaba para os Pescadores (2015).

<sup>151</sup> Valões, Alves, Félix (2015).

<sup>152</sup> Perucaba para os Pescadores (2019).

<sup>153</sup> Poder Judiciário de Alagoas (2014).

abrindo recurso.

A análise mais minuciosa desse processo em desfavor dos pescadores é também feita por Valões (2018). É demonstrado como a Prefeitura mascara as ambições do capital imobiliário sob a máscara do interesse público e também as interferências sobre o Poder Judiciário visando a retirada da Vila. O processo foi tramitado durante todo o tempo alheio ao conhecimento dos pescadores, não sendo intimados a participarem dos autos a não ser já no momento de dar ciência da decisão pela desapropriação dos mesmos do local. O Executivo Municipal também tenta desqualificar o DNOCS como parte interessada no processo, alegando que o Açude não seria sua propriedade, e que a opção daquele pela manutenção das atividades de pesca estaria privilegiando interesses de particulares em detrimento do bem público: “a prefeitura trata os pescadores como inimigos do interesse público e o DNOCS como um órgão que estaria a serviço do interesse privado, buscando impedir o município de defender o seu bem” (VALÕES, 2018, p. 102).

O movimento dos pescadores surtiu efeito, inclusive sobre o “imparcial” Poder Judiciário, pois, o juiz de 1º instância que já havia dado decisão favorável aos pescadores, mas obrigado a reverter pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, declinou os autos de competência para a Justiça Federal dado à presença do DNOCS, sem julgar mérito, portanto não sendo cumprida a sentença de reintegração de posse. O processo continua parado desde 2018 e os pescadores ainda resistem em seu local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são objeto de estudo dos historiadores desde o século XIX e as temáticas e marcos temporais são dos mais variados possíveis, indo desde a polis grega até às cidades medievais, ou às modernas metrópoles capitalistas da contemporaneidade. O surgimento de novos paradigmas (positivismo, materialismo-histórico, história nova etc.) e o avanço da historiografia no que diz respeito à ampliação das fontes históricas, campos de conhecimentos e a interdisciplinaridade, marcaram bastante o norte de estudo desses profissionais que trabalham com objetos inseridos em um contexto urbano: política, economia, religião, cultura, arquitetura, biografias, entre outros (RAMINELLI, 1997).

Nesse contexto, o campo de análises marxistas é um dos muitos que lançam seu viés interpretativo de mundo sobre esses estudos. De uma maneira geral, essa concepção compreende que: “A cidade insere-se antes de mais nada em um sistema econômico-social – ou mais propriamente um “modo de produção” específico. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano é um palco privilegiado para as lutas político-sociais” (BARROS, 2007, p. 60, grifo do autor). Assim, é com essa perspectiva que investigamos nossos objetos de estudo dentro da dinâmica social urbana de Arapiraca na contemporaneidade.

Ao observarmos o Centro da cidade, percebemos como sua organização ao longo do tempo vem seguindo uma determinada lógica socioeconômica ligada ao modo como as classes sociais presentes nesse espaço agiram. Certamente há vários outros atores que ficaram de fora de nossa análise que também estão presentes no cotidiano arapiraquense e possuem sua parcela de contribuição no processo de produção da cidade, como os assalariados do comércio (categoria que compõe a maior parte da classe trabalhadora da cidade) servidores públicos, camponeses e, claro, outros setores da classe dominante ligados a ramos diferentes, como o industrial e o de transportes. Mas certamente o conflito entre os lojistas e os pequenos mercadores vem a ser peça chave para demonstrar o modo como o Centro da cidade foi organizado ao longo dos anos com conseqüentes implicações em várias outras partes da cidade à medida que a feira foi deslocada para outros bairros, havendo também modificações no trânsito, na destinação cada vez maior do espaço do Centro para o comércio em detrimento do uso residencial, entre outros fatores.

Como vimos, a Feira Livre de Arapiraca existe desde os primórdios de formação da

cidade, sendo uma atividade fundamental para seu crescimento, para além da cultura fumageira. Não foi nosso objetivo traçar um paralelo entre a feira e essa gênese do desenvolvimento de Arapiraca, mas tendo isso como um pressuposto, percebemos como essa atividade que desempenhou um papel importante no processo de organização da cidade, foi alvo progressivo do choque de interesses com o capital varejista, cada vez mais consolidado, passando encarar os feirantes como um grande estorvo aos seus negócios.

A feira, enquanto objeto de estudo, pelo fato de aglomerar multidões, precisa ser encarada levando em conta essa grande dimensão, sendo um espaço de sociabilidade muito rico. Esse em um dos fatores que acreditamos influenciar o processo de resistência que se seguiu, mesmo após sua remoção do Centro, por meio dos ambulantes e camelôs que persistiram em manter suas atividades de subsistência num ambiente que se tornou cada vez mais hostil à sua permanência, dado a pressão das classes dominantes sobre o poder público. É por isso que mesmo aqueles mercadores que não são do tempo em que a feira ainda existia no Centro da cidade, tendo sua labuta iniciado mais recentemente, acabam se inserindo no contexto de um processo histórico de resistência já em curso, independentemente de sua vontade; integrando um projeto de organização da cidade que há muito tempo vem se chocando com a perspectiva que as elites possuem para a área. Desse modo, eles integram um dos vagões do trem da história que em nenhum momento deixou de se movimentar.

Ao seguirmos para a análise da área ao entorno do Lago da Perucaba, conseguimos demonstrar como os conflitos de classe também estão presentes em outras partes da cidade e são imperativos no processo de construção desses espaços. Como já expunham Marx e Engels (2005, p. 53, grifo dos autores): “todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”, mas para viver é preciso suprir suas necessidades primordiais, entre elas a de moradia. O sentido morar pode se alterar conforme a sociedade e o tempo, mas persiste:

num mundo do movimento, a realidade e a noção de residência (Husserl, Heidegger, Sartre) do homem não se esvaem. O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem (SANTOS, 2014, p. 328, grifo do autor).

Nesse sentido, no terceiro capítulo acompanhamos como essa região da cidade foi sendo povoada por pessoas de baixa renda, que pela necessidade e mesmo falta de outra opção ergueram suas casas formando as comunidades que existem hoje próximas ao Lago da Perucaba, onde muitas dessas pessoas passaram a tirar seu sustento do próprio açude. Uma área esquecida por muito tempo pelo poder público, teve sua organização ditada majoritariamente

pelo ritmo desses setores da sociedade, mas que, à medida que novos olhares passaram a se voltar para a região, se defrontaram com uma proposta de organização espacial que entrou em choque com a sociabilidade existente na área.

Para além de qualquer planejamento urbanístico feito pelo poder público que, supostamente, possui a solução para os problemas existentes na cidade; acreditamos que é na concretude da vida, através desses vários processos sociais (dos quais descrevemos alguns) que se constrói, na prática, a cidade que temos hoje. É a ação dos indivíduos, enquanto membros de uma classe e aplicando os projetos específicos dessa classe, seja os intencionalmente planejados ou os que são consequência de sua reprodução social, que tem maior peso nas transformações que ocorrem na sociedade.

Após todas essas observações, percebemos como o passado continua vivo no dia a dia. O cotidiano é repleto de múltiplas temporalidades, mais ou menos enraizadas no tempo; frutos de rupturas históricas ou enquanto um contínuo que, mesmo possuindo, às vezes, formas diferentes, revelam ser a persistência de um fenômeno social que existe há décadas na sociedade, dado a maneira como os indivíduos constroem a realidade em que se encontram.

Não é fácil fazer essas identificações, as demais ciências humanas como a antropologia, sociologia e a geografia tem imensas contribuições a serem feitas para compreendermos a sociedade, mas é o “tempo” que fornece a luz essencial para a compreensão desses fenômenos, dimensão esta própria da história. Assim, as ciências do homem não devem ser tratadas isoladamente, seu elo é o que permite a compreensão da totalidade que é o mundo, o que permite uma intervenção consequente.

É com esse objetivo que esperamos que esse estudo contribua. Precisamos conhecer a nossa realidade para pensarmos qual o projeto para a cidade que queremos, sem cair nas perspectivas horizontalistas que pregam que todos deve “caminhar juntos” para transformar o mundo, ignorando que o mesmo é regido por interesses ligados a classes sociais antagônicas. Se durante todo este trabalho buscamos nos distanciar das visões que evitam ou mesmo negam a existência de contradições na sociedade, não seria no momento das considerações finais (em que apresentamos este trabalho como uma singela contribuição para a organização de possíveis contraposições ao que vem sendo posto para Arapiraca) que faríamos diferente. Temos convicção que as ideias expostas aqui consequentemente tendem a pender para um dos lados no contexto da disputa de projetos políticos.

Além dessa dimensão política que todo trabalho possui, também esperamos que a pesquisa venha a oferecer, no meio acadêmico, colaborações para outros pesquisadores que porventura venham a se debruçar sobre essa temática ou a ela correlacionada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ASSUNÇÃO, L. M.; LIVINGSTONE, I. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, P. 425-448, 1993.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018a. Vol. I.

\_\_\_\_\_. **Passagens**. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b. Vol. II.

BERCOVICI, Gilberto. A volta dos que não foram: pra lembrar o “Estado regulador”. **Consultor Jurídico**. [s.l.], 05 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-05/estado-economia-volta-nao-foram-relembrar-estado-regulador>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL SABIDO. **População de Arapiraca**, 2014. Disponível em: <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/arapiraca-al-4974.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Tradução: Ana Maria de Almeida Camargo. **Revista de História**, vol. 30, n. 62, p. 261-294, abr./jun. 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 28, n. 82, P. 65 – 88, out./dez. 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes,

2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: PLURIS: CONTRASTES, CONTRADIÇÕES, COMPLEXIDADES: DESAFIOS URBANOS NO SÉCULO XXI, 7, 2016. Maceió. **Anais...** Maceió: Viva Editora, 2016.

DAMASCENO, A. T., et al. Análise espacial do desenho urbano contemporâneo: o processo de evolução da ocupação urbana a partir da expansão dos empreendimentos privados em Arapiraca/AL, Brasil. In: Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional Integrado e Sustentável: Pluris: Contrastes, Contradições, Complexidades: Desafios Urbanos no Século XXI, 7, 2016. Maceió. **Anais...** Maceió: Viva Editora, 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2011.

FACOMAR - Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Arapiraca. **Diagnóstico comunitário urbano**: Arapiraca pensada com seu povo. Arapiraca: FACOMAR, 2003.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE**: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. 2016. 316 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

FREHSE, Fraya. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, P. 299-317, 2006.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 39, p. 35 – 55, set. 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: [www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br). Acesso em: 07/10/2019

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, P. 333-361, mai.-ago. 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: O risorgimento.** Notas sobre a história da Itália. Tradução: Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.

GUEDES, Zezito (José Gomes Pereira). **Arapiraca através do Tempo.** Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** Tradução: Cid Knipel Moreira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Companhia de Bolso).

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001a.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço.** Tradução: Doralice Barros Pereira e Sergio Martins. [s.l., s.n.], 2006.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Digital Source. (Coleção Repertórios).

LIMA, Rodolfo José Oliveira. **Acervo de entrevistas orais sobre o desenvolvimento de Arapiraca.** Arapiraca, 2019.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução: Lucia Haddad. In: **Projeto História**, v. 17, jul./dez. 1998. P. 63-201.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina. **Revista NECAT**, Florianópolis, a. 4, n. 7, P. 23 – 37, jan. – jun. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** Tradução: Leandro Konder. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista.** Tradução: Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico.** Goiânia, v. 2, n. 2, P. 72 – 87, ago. 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Tradução: Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho).

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, José Valdir da Silva. **O plano diretor participativo de Arapiraca**: uma análise sobre a efetividade dos instrumentos urbanísticos. 2015. 92 fls. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2015.

NARDI, Jean Baptiste. **Acabou-se o fumo**: formação socioeconômica e espacial em Arapiraca-AL. Maceió: Q Gráfica, 2010.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Valeska Bezerra de. **Uma análise comparativa entre os programas habitacionais federais implantados em Arapiraca/AL**: COHABS, HBB e PMCMV. 2017. 106 fls. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, P. 3-15, 1989.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. P. 146-149.

RAMOS, Elaine de Araujo. **Percepção ambiental da população da cidade de Arapiraca em relação ao Açude do DNOCS**. 2006. 61 fls. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia). Fundação Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2006.

SANTOS, Amanda Gonzaga dos. **ZEIS - avaliação de sua aplicabilidade no município de Arapiraca - estudo de caso Frei Damião**. 2017. 87 fls. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2017.

SANTOS, J. C. dos; SANTOS, J. C. dos; BARBOSA, R. V. R. Análise têmporo-espacial do parcelamento de solo em Arapiraca utilizando Sistemas de Informação Geográfica (SIG). **GEOALAGOAS - Simpósio sobre geotecnologias e geoinformação do Estado de Alagoas**, 3., 2015, Maceió. Anais... Maceió: SEPLAG, 2015. P. 66 – 73.

SANTOS, J. C. et al. Estudo da evolução da malha urbana de Arapiraca-AL, Brasil: um comparativo entre a cartografia do plano diretor e os mapas georreferenciados contemporâneos. In: Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional Integrado e Sustentável: Pluris: Contrastes, Contradições, Complexidades: Desafios Urbanos no Século XXI, 7, 2016. Maceió. **Anais...** Maceió: Viva Editora, 2016.

SANTOS, Marlen Barbosa. O bairro Ouro Preto (Arapiraca-AL): uma unidade espacial da cidade analisada sobre a geografia do passado (1970 a 1973). In: Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, 18, 2016, São Luiz. **Anais...** São Luiz: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467490808\\_ARQUIVO\\_ARTIGODEFXV](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467490808_ARQUIVO_ARTIGODEFXV)

IIIENGMARLEN-02072016.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2014. (Coleção Milton Santos).

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2013. (Coleção Milton Santos).

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. **GEOUSP: Espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SILVEIRA, María Laura. Metrópoles do terceiro mundo: da história ao método, do método a história. In: SILVA, Catia Antônia da; CAMPOS, Andreilino. **Metrópoles em mutação: Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. P. 17-35.

TEIXEIRA, Denise Mendonça. Entrevistado: Flávio Villaça. **Entrevista**, São Paulo, ano 06, n. 024.04, Vitruvius, out. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.024/3309>. Acesso em 26 mai. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução: Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALÕES, José Inaldo. **A expansão do capital imobiliário, os conflitos pela terra e a atuação do estado: a ação político-jurídica dos pescadores de Perucaba, Arapiraca – AL**. 2018. 120 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2018.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Suelli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. P. 170 – 243.

XAVIER, Patricia da C. Dornellas da Silva; LIMA, Thelma Jackeline. **Crescimento urbano em Arapiraca-AL: impactos sócio-econômicos da atividade fumageira**. 2006. 49 fls. Monografia (especialização em Geo-história). Fundação Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2006.

## FONTES

### Legislações e documentos oficiais

ALAGOAS. **Lei 3068 de 13 de maio de 1970**. Dispõe sobre a organização dos municípios. Maceió: Palácio Marechal Floriano, 1970.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento. Fundação Instituto de Planejamento. Consultoria, Projetos e Engenharia Ltda. **Plano Diretor de Arapiraca**: legislação urbana. [s.l.: s.n.], 1979. Vol. 3.

\_\_\_\_\_. **Mensagem**: dirigida ao congresso alagoano pelo dr. Gabino Besouro governador do estado: por ocasião de abrir-se a 2º sessão ordinária da 2º legislatura em 15 de abril de 1894. Maceió: Typ. Da Empresa Gutemberg, 1894.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE. **Perfil municipal**: Arapiraca. Maceió: SEPLANDE, 2014.

ARAPIRACA. **Lei 20 de 02 de outubro de 1948**. Que abre novos limites no perímetro urbano e suburbano da cidade. Arapiraca: Secretaria Geral, 1948.

\_\_\_\_\_. **Lei 195 de 14 de novembro de 1955**. Reorganiza a administração geral e o quadro dos funcionários públicos do município, fixa a remuneração de seus serviços, institui salário-família e dá outras providências. Arapiraca: Secretaria Geral, 1955.

\_\_\_\_\_. **Lei 214 de 10 de julho de 1956**. Dispõe sobre a criação de uma feira no Arrebalde Cacimbas, desta cidade, as quintas feiras e das outras providências. Arapiraca: Secretaria Geral, 1956.

\_\_\_\_\_. **Lei 356 de 12 de novembro de 1960**. Retifica o art. 3º da Lei nº 20, de 2 de outubro de 1938 e abre novos limites nos perímetros urbanos e suburbanos das Vilas Craibas e Lagoa da Canôa. Arapiraca: Livro de Lei nº 7, 1960.

\_\_\_\_\_. **Lei 638 de 08 de julho de 1968**. Dispõe sobre a denominação do núcleo residencial construído pela COAHB-AL e com tem outras providências. Arapiraca: Secretarial Geral, 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei 699 de 17 de junho de 1970**. Dispõe sobre os limites urbanos da cidade de Arapiraca, do distrito de Craibas deste município e contém outras providências. Arapiraca: Secretaria Geral, 1970.

\_\_\_\_\_. **Lei 703 de 29 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Arapiraca. Arapiraca: Secretaria Geral, 1970.

\_\_\_\_\_. **Lei 704 de 29 de julho de 1970**. Dispõe sobre o quadro de pessoal da nova estrutura ao quadro do pessoal da prefeitura e dá outras providências. Arapiraca: Secretaria Geral, 1970.

\_\_\_\_\_. **Lei 707 de 21 de agosto de 1970**. Dispõe sobre loteamentos em todo território do

município e dá outras providências. Arapiraca: Secretaria Geral, 1970.

\_\_\_\_\_. **Lei 828 de 21 de novembro de 1973.** Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura de Arapiraca e dá outras providências. Arapiraca: Setor de Serviços auxiliares, 1973

\_\_\_\_\_. **Lei 1387 de 09 de abril de 1984.** Arapiraca: Secretaria Geral, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lei 1911 de 27 de dezembro de 1985.** Amplia o perímetro urbano de Arapiraca e adota outras providências. Arapiraca: Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lei 1991 de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre o plano plurianual do município, para o período de 1998 a 2001. Arapiraca: Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei 2073 de 16 de junho de 1999.** Doa terreno de propriedade do município de Arapiraca à empresa Agreste Shopping S/A, para a construção de um “shopping center” e adota providências correlatas. Arapiraca: Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei 2163 de 10 de novembro de 2000.** Altera disposição da lei n.º 2108, de 20 de março de 2000, que doa terreno de propriedade do município e adota providências correlatas. Arapiraca: Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei 2218 de 31 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre o plano plurianual do município de Arapiraca, para o período de 2002/2005. Arapiraca: Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei 2279 de 11 de dezembro de 2002.** Dá nova redação aos anexos da lei N.º 2218/2001, que dispõe sobre o plano plurianual de ações governamentais – PPAG, para o período de 2002/2005. Arapiraca: Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei 2333 de 16 de dezembro de 2003.** Dá nova redação aos anexos da lei n.º 2218/2001, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPAG, para o período de 2002 a 2005. Arapiraca: Centro Administrativo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei 2424 de 23 de janeiro de 2006.** Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca. Arapiraca: Centro Administrativo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei 2470 de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre as alterações dos perímetros da zona urbana do município de Arapiraca e seus bairros, definindo-os e nomeando-os e adota providências correlatas. Arapiraca: Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei 2590 de 22 de dezembro de 2008.** Autoriza a doar terreno de propriedade do município de Arapiraca para construção de um “shopping center” e adota providências correlatas. Arapiraca: Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei 2770 de 19 de outubro de 2011.** Dispõe Sobre Parcelamento de Solo Urbano no Município de Arapiraca, Amplia o Perímetro Urbano e dá Outras Providências. Arapiraca: Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 3238 de 30 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a delimitação dos perímetros das ilhas urbanas isoladas que menciona, definindo-as e adota providências correlatas. Arapiraca: Centro Administrativo, 2016.

\_\_\_\_\_. MMT Consultoria LTDA. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Arapiraca:** plano de ação municipal. Arapiraca: MMT Consultoria LTDA, 1990.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Arapiraca – SEDUH . **Loteamentos por data.** S. l.: s. n., 2015a. (Dados enviados por e-mail).

BEZERRA, Gilson Eduardo. Considerações sobre solo e água do Açude Público Arapiraca - AL. Ministério da Viação e Obras Públicas, Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, 3º Distrito de Fomento e Produção, Diretoria de Fomento e Produção, Divisão Agro-industrial, 1966. In: PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. 4ª Vara Civil de Arapiraca. **Reintegração / Manutenção de Posse, processo número 0000992-62.2014.8.02.0058,** Município de Arapiraca versus Omoacir Fernande da Silva e outros, P. 210. 15 fev. 2014.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Departamento de Estudos Econômicos. **Consumo de produtos industriais:** cidade de Arapiraca. [s.l.]: BNB-ETENE, 1972.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 08 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 56.704 de 10 de agosto de 1965.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Arapiraca, no município de Arapiraca, no Estado de Alagoas. **Diário Oficial,** Brasília, DF, 10 de agosto de 1965, p. 8172.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1964.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1967.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: Casa Civil, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Casa

Civil, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em 08 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Convênios por órgão concedente**: Ministério do Turismo e Município de Arapiraca. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/convenioslista.asp?uf=al&tipoconsulta=1&codorgao=54000&orgao=ministerio%20do%20turismo&codmunicipio=2705&municipio=arapiraca&periodo=>. Acesso em 26 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Viação e Obras Públicas. Consignação VI. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 14 de dezembro de 1951. P. 331-332.

\_\_\_\_\_. Ministério da Viação e Obras Públicas. Portarias de 26 de outubro de 1962. Atendendo ao que propôs o DNOCS no Ofício 136-T de 24 de setembro de 1962. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 06 de novembro de 1962. P. 11525.

\_\_\_\_\_. **Comunidade Ativa**. [s.l.: s.n.], [1999?]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/10006002830.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**: salário mínimo nominal e necessário. [s.l.]: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: municípios selecionados e microrregiões geográficas. Versão 1.5. [s.l.]: FJP, 2005. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>. Acesso em: 22 abr. 2019

\_\_\_\_\_. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Versão 0.0.0.0. [s.l.]: FJP, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>. Acesso em: 22 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Assessoria de comunicação. Fundação João Pinheiro divulga resultados do déficit habitacional no Brasil. **Fundação João Pinheiro**, [s.l.], 11/04/2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GEOARAPIRACA – Núcleo de Geoprocessamento de Arapiraca. **Mapas**: produção dinâmica de mapas temáticos. Arapiraca: geoweb, 2019. Disponível em: <https://geo.arapiraca.al.gov.br/geo/geoweb/>. Acesso em 16 mar. 2019

GEOARAPIRACA – Núcleo de Geoprocessamento de Arapiraca. **Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIS)**. Arapiraca: GeoArapiraca, 2016. Disponível em: <https://geo.arapiraca.al.gov.br/geoarapiraca/index.php/downloads/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil em Síntese**. Produto Interno Bruto dos Municípios. AL/Arapiraca. IBGE, 2016. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/pesquisa/38/46996>. Acesso em 16 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **O Brasil em Síntese**. AL/Arapiraca. IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>. Acesso em 16 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000: Alagoas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Séries históricas e estatísticas: taxa de urbanização**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em 14 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**: Tabela - População residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios. IBGE, 2000. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&uf=27](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=27). Acesso em: 17 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**: Tabela 3.1 - População residente, por situação do domicílio e a localização da área, segundo as Regiões Metropolitanas, as Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs, os municípios e o sexo – 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 17 abr. 2019

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atas de desenvolvimento humano no Brasil**: Alagoas. PNUD, IPEA, FJP, 2019. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/alagoas/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas/). Acesso em: 14 abr. 2019.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. 4ª Vara Civil de Arapiraca. **Reintegração / Manutenção de Posse, processo número 0000992-62.2014.8.02.0058**, Município de Arapiraca versus Omoacir Fernande da Silva e outros. 15 fev. 2014.

ROMÃO, Simone Rachel L. et al. **A cidade do futuro: agenda 21 Arapiraca**. Maceió: Ideário, 2008.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE Web. Prestação de contas eleitorais. **Consulta aos doadores e fornecedores de campanha de Candidatos**. Nº Controle: 0001427057AL2871120. Data da entrega: 05 nov. 2012a

\_\_\_\_\_. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE Web. Prestação de contas eleitorais. **Consulta aos doadores e fornecedores de campanha de Candidatos**. Nº Controle: 0004527057AL0293662. Data da entrega: 29 nov. 2012b.

UNEAL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS. Biblioteca do Campus I. **Inventário do acervo das monografias (TCC) de geografia tombadas**. Arapiraca: UNEAL, 26 out. 2017a.

\_\_\_\_\_. Biblioteca do Campus I. **Inventário do acervo das monografias (TCC) de história tombadas**. Arapiraca: UNEAL, 26 out. 2017b.

UFAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Núcleo Temático da Criança e do Adolescente. **A região fumageira de Alagoas**: perfil socioeconômico das famílias de produtores e trabalhadores. Maceió: UFAL, 1999.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Campus Arapiraca. **Repositório institucional**: biblioteca campus Arapiraca. Arapiraca: Núcleo de Tecnologia da Informação, UFAL, 2019. Disponível em: <http://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

### Jornais e sites

AMANHÃ em Alagoas o ministro Juarez Távora da Viação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1965. P. 6.

AO SNR. presidente da camara municipal da villa de Limoeiro. **O Orbe**. Maceió, 11 mar. 1887. P. 3.

ARAPIRACA espera verba para urbanizar açude. **New Dinamic**. Arapiraca, 16 abr. 1999. Caderno A2.

ARAPIRACA pode ter área de proteção ambiental. **Jornal Novo Nordeste**, 12 a 19 jan. 1997. P. 8.

ARAPIRACA. Arapiraca recebe outro belo cartão-postal. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 29 out. 2012. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2012/10/arapiraca-recebe-outro-belo-cartao-postal/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2012/10/arapiraca-recebe-outro-belo-cartao-postal/). Acesso em: 28 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Arapiraca tem 30 mil imóveis clandestinos. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 03 jul. 2013a. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2013/07/arapiraca-tem-30-mil-imoveis-clandestinos/>. Acesso em 27 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Arapiraca terá moderno matadouro público. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 12 mar. 2010. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2010/03/arapiraca-tera-moderno-matadouro-publico/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2010/03/arapiraca-tera-moderno-matadouro-publico/). Acesso em: 28 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. CDL Arapiraca apoia iniciativa do projeto centro limpo. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 21 jun. 2015b. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2015/06/cdl-arapiraca-apoia-iniciativa-do-projeto-centro-limpo/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2015/06/cdl-arapiraca-apoia-iniciativa-do-projeto-centro-limpo/). Acesso em 04 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Estação de tratamento do matadouro público recebe melhorias. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 09 jan. 2013b. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2013/01/estacao-de-tratamento-do-matadouro-publico-recebe-melhorias/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2013/01/estacao-de-tratamento-do-matadouro-publico-recebe-melhorias/). Acesso em 29 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lojas apresentam novas peças no “Desfile Centro Novo Fashion”. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 14 jun. 2016a. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2016/06/lojas-apresentam-novas-pecas-no-desfile-centro-novo-fashion/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Plano diretor de Arapiraca começa a ser revisado este mês. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 04 jan. 2016. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2016/01/plano-diretor-de-arapiraca-comeca-a-ser-revisado-este-mes/>. Acesso em: 26 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Projeto “Centro Novo” realiza ações comemorando dia das mães. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 09 mai. 2016b. Acesso em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2016/05/projeto-centro-novo-realiza-acoes-comemorando-dia-das-maes/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Reordenamento de ambulantes no Centro será realizado em etapas. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 03 abr. 2019. Acesso em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2019/04/reordenamento-de-ambulantes-no-centro-sera-realizado-em-etapas/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Rogério Teófilo assina contrato para início das obras do centro novo. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 30 dez. 2019b. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2019/12/rogerio-teofilo-assina-contrato-para-inicio-das-obras-do-centro-novo/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Rogério vai transformar centro comercial de Arapiraca em shopping center a céu aberto. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 25 abr. 2017. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2017/04/rogerio-teofilo-vai-transformar-centro-comercial-da-cidade-de-arapiraca-em-um-shopping-center-a-ceu-aberto/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2017/04/rogerio-teofilo-vai-transformar-centro-comercial-da-cidade-de-arapiraca-em-um-shopping-center-a-ceu-aberto/). Acesso em 11 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. SEDUH inicia operação centro limpo. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 07 jul. 2009a. Disponível em: [web.arapiraca.al.gov.br/2009/07/seduh-inicia-operacao-centro-limpo/](http://web.arapiraca.al.gov.br/2009/07/seduh-inicia-operacao-centro-limpo/). Acesso em: 04 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Dep. Imprensa. Governo Luciano executa 12 obras em Arapiraca. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 26 mar. 2007. Disponível em: [http://www.arapiraca.al.gov.br/v3\\_ok/noticia.php?notid=49](http://www.arapiraca.al.gov.br/v3_ok/noticia.php?notid=49). Acesso em 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Dep. Imprensa. Luciano e Renan garantem mais R\$ 3 mi para o Lago da Perucaba. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 20 mar. 2009b. Disponível em: [http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/news\\_html.php?notid=1336](http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/news_html.php?notid=1336). Acesso em 15 out. 2015.

ARAPIRACA atrai turistas com eventos e feira. **Municípios Turísticos**, [s.l.], 09 dez. 1995. P. 27. (Caderno de recortes da Casa da Cultura de Arapiraca).

ARAPIRACA ESPAÇO E TEMPO. Arapiraca, 31 de janeiro de 1984.

ASSOCIAÇÃO comercial com diretoria eleita. **Fôlha de Arapiraca – o jornal do Agreste**. Arapiraca, 30 out. 1971. P. 5.

AUMENTA número de barracos no aterro. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 03 a 09 ago. 1997. P. 4.

CANAL da Lagoa Olarias investimento em defesa da população. **Fôlha de Arapiraca – o jornal do Agreste**. Arapiraca, 30 out. 1971. Caderno especial.

CDL – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ARAPIRACA. **Centro Novo Arapiraca**. Arapiraca: CDL, 2016. Disponível em: <http://www.cdларapiraca.com.br/foto/16/-centro-novo-arapiraca>. Acesso em: 06 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Instituição**. Arapiraca: Franklin Web Designer, [2018?]. Disponível em: <http://www.cdларapiraca.com.br/instituicao>. Acesso em: 06 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Notícias**. Arapiraca: Franklin Web Designer, 2020. Disponível em: <http://www.cdларapiraca.com.br/noticias>. Acesso em 26 jan. 2020.

CDL quer mudar feira de Arapiraca. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 5 jan. 1997. P. 8.

COM DESCONTOS até sábado, Arapiraca recebe Feirão do Centro Novo. **Cada Minuto**. Arapiraca, 07 nov. 2016. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/294999/2016/11/07/com-descontos-ate-sabado-arapiraca-recebe-o-feirao-do-centro-novo>. Acesso em: 06 jan. 2020.

COMERCIANTES pedem apoio dos vereadores. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 19 a 23 out. 1997a. P. 03.

COMERCIANTES pedem melhorias no mercado. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 22 jun. a 02 ago. 1997b. P. 4.

CORREIA, Nelson Rodrigues. De Manoel André a Esperidião Rodrigues ou Roteiro Histórico dos Primórdios de Arapiraca. **Fôlha de Arapiraca – o jornal do Agreste**, Arapiraca, 29 out. – 04 nov. 1972. Segundo caderno.

COSTA, Flaviana. Moradores do Residencial Brisa do Lago reclamam do mau cheiro oriundo das atividades da FrigoVale. **Já É Notícia**, Arapiraca, 10 mai. 2018. Disponível em: <http://www.jaenoticia.com.br/noticia/52569/Moradores-do-Residencial-Brisa-do-Lago-reclamam-do-mau-cheiro-oriundo-das-atividades-da-FrigoVale>. Acesso em 31 jul. 2019.

DIA 23: Expediente do Secretário: Portarias. **Gutenberg**, Maceió, ano XV, n. 101, 05 mai. 1896. P. 01.

DIÁRIO DA MANHÃ. Inauguração do trecho ferroviário Arapiraca – Colégio. **Diário da Manhã**, Recife, 14 dez. 1950. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/arapiraca.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DIOGENES, Eliseu. Da necessidade de uma reforma estrutural racional para uma administração funcional e produtiva. **Arapiraca Espaço e Tempo**, Arapiraca, 31 de jan. 1984. P. 08.

EMPREENHIMENTO imobiliário deve transformar setor em Arapiraca. **Sete Segundos**. Arapiraca, 06 nov. 2013. Arapiraca. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2013/11/06/26747/empreendimento-imobiliario-deve-transformar-setor-em-arapiraca.html>. Acesso em: 05/11/2017.

EMPRESÁRIO inicia projeto para construção de um shopping em Arapiraca. **Jornal Novo Nordeste**. Arapiraca, 22 a 28 jun. 1997. P. 12.

ESTUDO prevê que Arapiraca pode ganhar dez novos bairros. **Minuto Arapiraca**. Arapiraca, 09 out. 2015. Agreste. Disponível em: <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/16126/2015/10/09/Estudante%20de%20Arapiraca%20fica%20entre%20as%20melhores%20do%20pa%C3%ADs%20em%20Olimp%C3%ADada%20de%20Biologia>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ENTRE “fogo de palha” foi comemorado ontem, o dia do comerciário. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 14 a 20 out. 1979. P. 9.

FALTA de infra-estrutura contribui para proliferação de favelas. **Jornal Novo Nordeste**. Arapiraca, 12 a 18 jul. 1998. P. 5.

FEIRA começa a ser alterada a partir de amanhã. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 02 a 8 dez. 1979. P. 7.

FEIRA livre de Arapiraca sinônimo de subdesenvolvimento ou alternativa comercial? **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 22 dez. 1996. P. 10.

FELISBERTO quer mudar a Feira de Arapiraca. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 25 a 01 dez. 1979. P. 8.

GONÇALVES, Roberto. Açude se tornou lagoa de esgoto. **Alagoas em Tempo**, Arapiraca, 03 a 10 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Capacitação de servidores motiva revisão do Plano Diretor de Arapiraca. **Cada Minuto**, Arapiraca, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/337456/2019/04/15/capacitacao-de-servidores-motiva-revisao-do-plano-diretor-de-arapiraca>. Acesso em: 17 abr. 2019

\_\_\_\_\_. Marchantes e moradores protestam contra a Frigovale em Arapiraca. **Todo Segundo**. Arapiraca, 23 fev. 2016. Disponível em: <https://todosegundo.com.br/noticia/alagoas/marchantes-e-moradores-protestam-contra-a-frigovale-em-arapiraca/23/8684>. Acesso em: 31 jul. 2019.

GOUVEIA, Graça. Feira do interior, réplica nordestina do mercado persa. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 dez. 1980. Geral, p. A-15.

JUAREZ quer água do São Francisco para Arapiraca. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 08 abr. 1965, p. 06.

LEÃO, Ronaldo. O pesadelo da feira. **Jornal Novo Nordeste**. Arapiraca, 17 a 23 ago. 1997.

P.2

LEÃO, Severino Barbosa. Um ano de trabalho “por amor a terra”. **Arapiraca Espaço e Tempo**, Arapiraca, 31 de janeiro de 1984. P. 01.

LOJAS de Arapiraca oferecem descontos de até 90% no 2º Feirão do Centro Novo. **Sete Segundos**, Arapiraca, 07 set. 2017. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2017/09/07/94988/video-lojas-de-arapiraca-oferecem-descontos-de-ate-90-no-2-feirao-do-centro-novo.html>. Acesso em: 06 jan. 2020.

LUNA, Mozart. Bancada. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 15 a 21 jun. 1997a. P. 03.

\_\_\_\_\_. Feira Livre. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 03 a 09 ago. 1997b. P. 03.

\_\_\_\_\_. Feira II. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 27 jun. a 02 ago. 1997c. P. 03.

MACENA, João Paulo. Seminário centro novo celebra ação do Sebrae na revitalização de Arapiraca. **Agência Sebrae de Notícias**, [s.l.], 14 dez. 2017. Disponível em: <http://www.al.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/AL/seminario-centro-novo-celebra-atuacao-do-sebrae-na-revitalizacao-de-arapiraca,f9c0c84a5f050610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MARCHANTES e moradores de residencial fecham rodovia em protesto contra a FrigoVale. **Minuto Arapiraca**, Arapiraca, 23 fev. 2016. Agreste. Disponível em: <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/16801/2016/02/23/marchantes-e-moradores-de-residencial-fecham-rodovia-em-protesto-contr-a-frigovale>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MEMORIAL da diretoria no começo das atividades da associação. **Fôlha de Arapiraca – o jornal do Agreste**, Arapiraca, 14 a 20 nov. 1971. P. 5.

MENINOS pagam Cr\$ 20,00 para emplacar carrinho de feira em Arapiraca. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jan. 1975. Nordeste e Município, p. 9.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Sem Terra se mobilizam em Arapiraca para denunciar especulação imobiliária. **Página do MST**, 15/09/2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/09/15/sem-terra-se-mobilizam-em-arapiraca-e-denunciam-a-especulacao-imobiliaria.html>. Acesso em: 12 jul. 2019.

NO “ESCORREGO” o povo não vive, “véve”. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 23 a 30 dez. 1979. P. 1.

NO ESCORREGO: um passo em falso é um tropeço na vida. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 23 a 30 dez. 1979. P. 3.

NOVAS estruturas para o Centro são discutidas. **Sete Segundos**, Arapiraca, 06 fev. 2016. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2016/02/06/56999/novas-estruturas-para-o-centro-sao-discutidas.html>. Acesso em 06 jan. 2020.

NUNES, Gilvan. A feira livre de Arapiraca. **Arapiraca Legal**, 2011. Disponível em: <https://arapiracalegal.wordpress.com/2011/09/03/feira-de-arapiraca/>. Acesso em 14 jan. 2020.

OBRAS do novo matadouro param e desperdiçam dinheiro público. **Alagoas em Tempo**. Arapiraca, 03 a 10 abr. 2005. Cidade.

O DIÁLOGO é sinal de democracia. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 19 a 25 out. 1997. P.2.

PARTE Official. **Gutenberg**, Maceió, ano XIV, n. 97, 01 mai. 1895. P. 01.

PETUBA, Paulo Jorge. Arapiraca: feira – fumo – turismo. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 02 a 08 dez. 1979.

PLANO Diretor fixa as diretrizes de governo. **Arapiraca Espaço e Tempo**, Arapiraca, 31 jan. 1984. P. 11.

PREFEITO de Arapiraca quer diálogo maior com Lamenha. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jan. 1970. Primeiro Caderno, p. 10.

PREFEITA viajará a Washington para buscar recursos no BID. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 11 a 17 mai. 1997. P. 4.

PREFEITURA faz pesquisa sobre feira. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 19 a 25 out. 1997a. P. 4.

PREFEITURA não dá prioridade à construção de shopping. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 19 a 25 jan. 1997b. P. 4.

PRESIDENTE diz que associação é conquista própria dos ambulantes de Arapiraca. **Sete Segundos**, Arapiraca 21 jul. 2015. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2015/07/21/49136/presidente-diz-que-associacao-e-conquista-propria-dos-ambulantes-de-arapiraca.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

PROJETO de shopping é cancelado. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 14 a 20 dez. 1997. P. 4.

QUANTIDADE de ambulantes e sujeira provocam transtornos no Centro de Arapiraca. **Minuto Arapiraca**, Arapiraca, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/20371/2019/02/12/quantidade-de-ambulantes-e-sujeira-provocam-transtornos-no-centro-de-arapiraca>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RESIDÊNCIAL RIVIERA DO LAGO. **O empreendimento**. Disponível em: <http://www.residencialrivieradolago.com.br/empreendimento>. Acesso em 13 abr. 2019.

SECRETÁRIO explica necessidade de mudança no mercado público. **Jornal Novo Nordeste**, Arapiraca, 21 a 27 set. 1997. P. 4.

"SEM A FRIGOVALE, caos social seria instalado em Arapiraca", afirma diretor executivo. **Sete Segundos**, Arapiraca, 03 abr. 2019. Disponível em:

<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2019/04/03/136546/sem-a-frigovale-caos-social-seria-instalado-em-arapiraca-afirma-diretor-executivo.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

**SEM FISCALIZAÇÃO**, ambulantes continuam comercializando no Centro de Arapiraca. **Sete Segundos**, Arapiraca, 02 abr. 2014. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2014/04/02/31836/sem-fiscalizacao-ambulantes-continuam-comercializando-no-centro-de-arapiraca.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, Edvaldo. O plano diretor. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 14 a 20 out. 1979. P. 2.

SOARES, Monsenhor (José Soares). O canal de olaria. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 16 a 22 set. 1979.

SURUAGY sabe de tudo o que Arapiraca precisa: o governador vem ajudando como na administração do prefeito Severino Barbosa Leão. **Arapiraca Espaço e Tempo**, Arapiraca, 31 jan. 1984. P. 03.

TOBIAS Granja vê a grande feira das 14 ruas. **Fôlha de Arapiraca – o jornal do Agreste**, Arapiraca, 30 out. 1971. P. 6.

TRÁFICO de drogas e homicídios transformam bairro Manoel Teles em zona de medo. **Minuto Arapiraca**, Arapiraca, 16 nov. 2012. Cidade. Disponível em: <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/8815/2012/11/16/trafico-de-drogas-e-homicidios-transformam-bairro-manoel-teles-em-zona-do-medo>. Acesso em: 09 out. 2019.

TRÂNSITO em Arapiraca está uma bagunça. **Novo Nordeste Jornal**, Arapiraca, 09 a 15 dez. 1979. P. 1.

TURISMO aqui. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 jun. 1979. P. A-6.

UNEAL. Sala de Imprensa. Prefeitura de Arapiraca doa, formalmente, terreno para o Campus I da Uneal. **UNEAL**, Arapiraca, 26 jun. 2012. Disponível em: <http://www.uneal.edu.br/sala-de-imprensa/noticias/prefeitura-de-arapiraca-doa-formalmente-terreno-para-o-campus-i-da-uneal-2>. Acesso em: 01 ago. 2019.

URBIS PERUCABA EMPREENDIMENTOS. **Perucaba, o bairro que já é uma realidade**. Disponível em: <http://perucababairroplanejado.com.br/>. Acesso em 27 mar. 2019.

### Audiovisuais

**ARAPIRACA 1983 feira livre e centro da cidade**. Fernando Valões. Youtube. 10 fev. 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=USPX-Z6wPp0>. Acesso em 11 jan. 2019.

**ARAPIRACA 1991 cólera no centro da cidade, na feira-livre no canal da lagoa, hoje parque ceci cunha**. Fernando Valões. Youtube. 07 mar. 2016b. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=RQJeWoFmO2s>. Acesso em: 11 jan. 2019.

**ARAPIRACA 1993 ambulantes reclamam da prefeitura.** Fernando Valões. Youtube. 29 nov. 2016c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RQJeWoFmO2s>. Acesso em: 11 jan. 2019.

**A ÚLTIMA feira.** Direção: Hermano Figueiredo. Produção: Regina Célia Barbosa; Antônio Albério Carvalho. Arapiraca: Ideário, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjYLbxMn9q8>. Acesso em: 16 mar. 2019.

**BAIRRO Manoel Teles de Arapiraca população sofre com um banheiro para 150 moradores em 1992.** Arquivo Valões. Youtube. 15 fev. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1nrIjSJ99ac>. Acesso em: 29 jul. 2019.

**FRIGOVALE – Arapiraca-AL.** Produção: Gonzaga Home Vídeo. Youtube. 04 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TBRfluO44sg>. Acesso em: 01 ago. 2019.

**FARRA do boi no matadouro de Arapiraca 1993.** Fernando Valões. Youtube. 12 de jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYwrtmVDIK0>. Acesso em: 29 jul. 2019.

**IMAGENS do Brasil:** cinejornal informativo n.8. Produção: Agência Nacional, Brasília, 1965. Arquivo Nacional: 2010. Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiRiRGOg9hq6X79WSg7ACmJO1lrb3F09uMRUBz5D-PXqI.&idRepositorio=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiRiRGOg9hq6X79WSg7ACmJO1lrb3F09uMRUBz5D-PXqI.&idRepositorio=0). Acesso em: 16 mar. 2019.

**PERUCABA Para os Pescadores.** Direção e produção: Rodolfo Oliveira; Cleiton dos Anjos; Henrique Felix; Leandro Alves; Daniel Alves. Arapiraca: Movimento Perucaba Para os Pescadores, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jSfUyM7VMEg>. Acesso em 26 out. 2017.

**PROJETO Centro Novo.** Direção: Wanderson Oliveira. Produção: Lohuama Alves. Arapiraca: TV OOPS; Youtube. 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVDgKyuevEc>. Acesso em: 04 jan. 2020.

**RAÍZES de Arapiraca.** Direção: Ricardo Nezinho. Produção: Ricardo Nezinho, Sandro Ferreira, Estúdio WMB, Aldo CS, Davi Salsa. Entrevistado: Severino Barbosa Leão. Arapiraca: Raízes de Arapiraca, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RIJQS1ym5BQ>. Acesso em 16 jun. 2019.

VALÕES, Inaldo; ALVES, Daniel; GILBERTO, Félix. Entrevista Sobre A Situação Dos Pescadores Da Perucaba. **Rádio Pajuçara FM 101,9mhz**, Arapiraca, 05 mai. 2015. Disponível em: <https://soundcloud.com/rodolfoujc/entrevista-sobre-a-situacao-dos-pescadores-da-perucaba?fbclid=IwAR3jHUDjf5eoWckB2CWewgsqRgPQ4tBuXmaNg3ETmsOg5YY3cML5JRxeTz4>. Acesso em: 01 ago. 2019.

## Mídias sociais

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BATINGAS. **Boa Tarde!!!**: Urgente!!!. Arapiraca, 13 fev. 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=568854813217611&id=475419945894432&\\_\\_xts\\_\\_\[0\]=68.ARCbvAkN1nC0slpxAatq6U3lr1EpzptB0O5GOeYDamTKlxD5r1YtKrKxEER74VKwsz0pOXX1YnMp8gZLNkHSNsQfYOt75xo6VQHI58tfJ-CUj-hapc9APIcUv5IZ2mrYRSCXG5DBL8Rgm\\_WjAwIgQAu2QBgB6WyiTmKYm2MIq8UsYgyd5jTnK0QsznKutbNpP53fTQdpPD8iSeRte5WsqWvcG77-rvE\\_XXoMKRYZw9qyV6hp0eTXxazceWU7dPKN-nVGEQSeofQ2RVdCkXPj4bMmFCjEbXKP7127fX-koHrLmkhgkmzP0tslxt8aFqdtbGWbrvoEbkd74ChRvU&\\_\\_tn\\_\\_=-R](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=568854813217611&id=475419945894432&__xts__[0]=68.ARCbvAkN1nC0slpxAatq6U3lr1EpzptB0O5GOeYDamTKlxD5r1YtKrKxEER74VKwsz0pOXX1YnMp8gZLNkHSNsQfYOt75xo6VQHI58tfJ-CUj-hapc9APIcUv5IZ2mrYRSCXG5DBL8Rgm_WjAwIgQAu2QBgB6WyiTmKYm2MIq8UsYgyd5jTnK0QsznKutbNpP53fTQdpPD8iSeRte5WsqWvcG77-rvE_XXoMKRYZw9qyV6hp0eTXxazceWU7dPKN-nVGEQSeofQ2RVdCkXPj4bMmFCjEbXKP7127fX-koHrLmkhgkmzP0tslxt8aFqdtbGWbrvoEbkd74ChRvU&__tn__=-R). Acesso em: 26 jun. 2019.

PERUCABA PARA OS PESCADORES. **Página Inicial**. Arapiraca, 01 ago. 2019. Facebook: perucabaparaospescadores. Disponível em: <https://www.facebook.com/perucabaparaospescadores/>. Acesso em: 01 ago. 2019.